

conjuntura brasileira

ano 1 - número 1 - outubro de 1974 - 5 Frs. ou US\$1.

APRESENTAÇÃO

A idéia da publicação deste boletim noticioso surge com a constatação de que a maioria dos brasileiros que estão na Europa, apesar do interesse que manifestam, têm um acesso muito limitado às notícias do Brasil. Reproduzindo um conjunto de notícias sobre a realidade brasileira hoje - conjuntura brasileira - o boletim se dirige à este público.

Nossa disposição num primeiro momento é de reproduzir notícias da imprensa consentida ou legal e da imprensa semi-legal e clandestina. Naturalmente que no que se refere à imprensa consentida há uma enorme limitação em função da censura e da auto-censura. Quanto a imprensa semi-legal e clandestina, alguns problemas nos impediram de utilizá-las neste primeiro número. Estas as duas maiores limitações do boletim.

Nosso principal objetivo será alcançado na medida em que o boletim, como fonte de informações, sirva para favorecer a discussão dos diferentes aspectos da atual realidade brasileira.

relação das publicações utilizadas neste número:

jornal o estado de são paulo - esp
jornal do brasil
revista visão
revista conjuntura econômica
revista banas
revista veja

4° P 8821

Construtora não paga e provoca revolta na Bahia

ESP. - 31-03-74

Revoltados por não ter o dinheiro da feira no fim da semana, 600 operários que trabalham na construção de dois conjuntos habitacionais da Urbi de Salvador — Urbanização e Habitação da Bahia, empresa de capital misto, pararam suas atividades ontem às 9 h da manhã, por falta de pagamento e começaram a quebrar os tijolos.

A obra pertence à Master Incesa Engenharia S.A., empresa cearense da qual o humorista Chico Anísio é um dos principais acionistas, segundo a direção da Urbi há três semanas não paga os operários. Ao saber, pelo supervisor dos serviços, José Fontinelli, que também este fim-de-semana não haveria dinheiro para ninguém, os operários pararam os trabalhos. A princípio limitaram-se a cruzar os braços e indagar porque não saíam os pagamentos, mas ante as ameaças do supervisor eles começaram a quebrar o material que estava empilhado por perto.

Imediatamente, o supervisor mandou chamar a polícia, e minutos depois chegavam 36 viaturas da Rádio Patrulha com mais de 150 homens. Com a chegada do 1.º Batalhão de Rádio Patrulha, sob o comando do major Etienne Falcão, os operários se acalmaram. Foram presos três dos cinco apontados pelo engenheiro José Fon-

telletti como os cabeças do movimento. Os outros dois conseguiram fugir antes de serem presos.

Muito embora o secretário da Segurança Pública, coronel João de Figueiredo Barbosa, pretendesse que todos os 600 operários fossem detidos e postos à sua disposição, não houve mais prisões. O delegado de plantão na 6.ª Delegacia de Polícia, para onde foram levados presos os três trabalhadores, responsabilizou o supervisor da obra pelo início de tumulto, que poderia ter maiores consequências se não fosse a chegada da Polícia. Segundo o delegado, o engenheiro José Fontinelli, foi inábil. Em vez de procurar acalmar os operários ou tentar explicar a falta de pagamento, fez ameaças e assim acirrou ainda mais os ânimos.

A construção está situada no bairro de Brotas, nos fundos do antigo Município Judiciário e, segundo alguns dos operários grevistas, é a quarta vez que a empresa atrasa os pagamentos. Da última vez, eles levaram quatro semanas sem receber dinheiro e muitos chegaram a pedir demissão. Os três operários presos foram soltos ontem mesmo, depois do meio dia e, como os demais companheiros, foram para casa pela terceira semana consecutiva sem o dinheiro para comprar o alimento da família.

Sindicato não é local de política

ESP. - 12-08-74

"Sindicato não é local de comícios; portanto, o trabalhador que desejar fazer política deverá filiar-se ao partido político que mais lhe convier — o que mais se identifique com a sua ideologia — e exercer essa atividade bem à margem de suas atividades trabalhistas". Esta posição foi defendida, ontem, pelo titular da nova Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, cuja preocupação principal deverá ser a diminuição do índice de acidentes trabalhistas.

Carlos Alberto Chiarelli prometeu fortalecer "a ação sindical no País" a partir de hoje, quando será empossado pelo ministro Arnaldo Prieto, mas já adiantou que acha ótima a situação dos trabalhadores: "A medida que ocorre o desenvolvimento no Brasil, observa-se uma notável melhoria salarial, como vem ocorrendo nos últimos anos. Além disso, o fortalecimento dos sindicatos, que, além de prestarem serviços sociais devem exercer inclusive o direito de

reivindicações, nos permite antever situação cada vez melhor para o trabalhador".

Depois de sublinhar que os serviços sociais (assistência médica, etc.) são muito importantes e devem ser intensificados, Chiarelli afirmou que não há perigo de, com o fortalecimento pretendido, surgir no futuro uma central ou confederação nacional de trabalhadores. Ele acha que ambas as organizações devem ser evitadas, porque, "normalmente, extrapolam de suas atribuições e partem para o campo político ou ideológico, o que não convém ao trabalhador, cuja preocupação no âmbito de seu sindicato deve restringir-se a problemas de trabalho. Os sindicatos, como ocorre em outros países, não devem ser utilizados como instrumentos políticos".

Carlos Chiarelli é doutor em Direito de Trabalho e Previdência Social e deverá dirigir uma secretaria composta de três subsecretarias: Proteção ao Trabalhador, Assuntos Sindicais e Higiene e Segurança do Trabalho.

Governo disposto a fechar sindicatos sob intervenção

ESP. - 16-08-74

O ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho, disse ontem que o governo prefere fechar definitivamente um sindicato "a ver entidades funcionando sem objetividade, sob constante intervenção e a desserviço da classe que representa". A afirmação de Prieto foi feita quando ele explicava aos jornalistas sua decisão de mandar realizar um estudo visando à suspensão de interventores em entidades sindicais no país.

Segundo o ministro, o governo federal não teme os sindicatos, e o exemplo "são os cartéis sindicais que assinam quase diariamente". Acrescentou que, da mesma forma, também não

reluta em cassar definitivamente uma entidade sindical "como fizemos ontem, quando o Sindicato dos Empregados de Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras, de Santos, teve suspensas suas atividades por uma série de irregularidades administrativas".

Atualmente, dos sete mil sindicatos brasileiros, pelo menos duzentos estão sob intervenção do governo, em sua maior parte devido a problemas de ordem administrativa, segundo o ministro do Trabalho. O número de sindicatos sob intervenção por motivos políticos ou casos de subversão é muito reduzido e, segundo afirmação do ministro, "não chega a meia-dúzia".

Hora extra na construção é ilegal

ESP. - 17-05-74

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil da Guanabara, Arnaldo Rodrigues Coelho, protestou ontem contra o pedido de aumento da jornada de trabalho para 12 horas, formulado pelos empresários do setor. Para ele, a prorrogação não está prevista em lei e, se as empresas adotarem a superjornada, "estarão burlando a legislação, o que leva o problema para a esfera da fiscalização do Ministério do Trabalho".

Esclarecendo o que foi interpretado como um pedido de prorrogação da jornada de trabalho, o presidente do Sindicato da Indústria de Construção Civil, engenheiro Haroldo da Graça Couto, disse que os empresários estão querendo simplesmente a formalização de um determinado tipo de acordo que vem sendo feito há mais de 20 anos com os operários: aumento do período de trabalho diário em uma hora e meia ou duas horas, com pagamento de extras e dispensa do pessoal depois do meio-dia do sábado. "Como agora existe um

dispositivo que exige a homologação dos contratos pelo Ministério do Trabalho, as empresas querem formalizar um costume adotado até agora rotineiramente".

TRABALHO PESADO

O líder dos trabalhadores não parece ter nada a opor à formalização do acordo, uma vez que a lei permite jornadas diárias de até 10 horas de trabalho: oito horas normais e duas extras, remuneradas com mais 20 por cento. "Passando daí — disse Arnaldo Coelho — além de ser muito duro para o operário, a empresa já está burlando a lei".

O trabalho aos sábados, segundo Coelho, só é permitido até às 11 horas. Para ultrapassar esse tempo, o empregador tem que comunicar ao sindicato que precisa realizar obras urgentes, obrigando-se a pagar em dobro o salário dos seus empregados. "Mesmo assim, algumas empresas não cumprem este dispositivo legal e obrigam seus operários a trabalhar além do permitido, sem qualquer comunicação oficial ao sindicato".

Trabalhador negligente poderá ser despedido

ESP. - 18-06-74

A demissão sumária do trabalhador considerado negligente está entre os planos do governo para reduzir o atual índice de acidentes do trabalho. A informação é de um técnico do Ministério do Trabalho, segundo a qual o assunto está sendo estudado de tal forma que caracterize "falta grave" o acidente provocado por culpa do empregado, permitindo assim a demissão por "justa causa", que reobra o trabalhador inclusive o direito de receber o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Embora o governo entenda que o próprio trabalhador é um dos maiores responsáveis pelo alto índice de cinco mil acidentes de trabalho por dia útil, tendo chegado à conclusão de que "coagir o trabalhador, ameaçando e consumando demissões, pode ser a melhor forma de fazê-lo trabalhar com mais atenção", o técnico do Ministério admitiu que, os acidentes "também ocorrem por culpa do empregador e, às vezes, do próprio governo, que não dispõe de fiscais suficientes para coibir os abusos".

A multa é a única punição que o governo aplica ao empregador que infringe as normas de segurança do trabalho. Segundo o técnico do Ministério do Trabalho, no entanto, "não adianta multar as empresas infratoras". Quanto à fiscalização das empresas pelos sindicatos — tendo em vista a insuficiência de fiscais do governo — ela afirma que "isso é muito perigoso e não seria admi-

tido nunca, mesmo porque significaria um risco muito grande para o empregador, do qual os sindicatos poderiam passar a exigir demais".

Atualmente, o Ministério do Trabalho dispõe de apenas mil fiscais em todo o país e esse número poderá ser reduzido a 200, até o final deste ano, quando entrar em prática o plano de classificação do servidor. As necessidades atuais do País, no entanto, são de pelo menos oito mil fiscais do trabalho.

Para o técnico do Ministério do Trabalho, os acidentes de trabalho "oneram sensivelmente as despesas da Previdência Social e, em sua maioria, são provocados por complexo de machismo do empregado, que deixa de usar luvas, óculos, elmos e outros instrumentos de segurança".

O número desse tipo de empregado foi revelado em recentes declarações do ministro Arnaldo Prado, citando estatísticas de 1972. Segundo o ministro, para 7.773 mil empregados registrados, houve 1.085 mil acidentes de trabalho, resultando uma taxa de 19 por cento, ou, nas palavras do ministro, "uma das mais altas do mundo". Desse total, registraram-se 2.938 mortes e 46.452 casos de invalidez permanente. Foram perdidas 192.533 mil horas de trabalho, que custaram ao país, 3.152 milhões de cruzeiros, quantia que o governo pretende deixar de perder, com as novas medidas programadas pelos seus técnicos do Ministério do Trabalho.

Trabalhadores do Sul pedem abono

4-07-74

Os trabalhadores gauchos pediram ao ministro Arnaldo Prado um abono de emergência de 15 por cento, a todos os empregados, independente de classe ou tempo de serviço. O pedido foi feito ontem, na Delegação Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, durante audiência concedida pelo ministro aos representantes de 12 federações de trabalhadores gauchos. A reivindicação foi fundamentada com uma análise da atual política salarial do governo contida num documento entregue ao ministro.

Nesse documento os presidentes de federações de trabalhadores afirmam que "devido às distorções ocorridas na aplicação da política salarial, verifica-se uma sensível redução do poder aquisitivo do trabalhador brasileiro, embora os elementos considerados para reconstituição dos salários sejam os índices apurados mensalmente pelo Conselho Nacional de Política Salarial, o índice de produtividade nacional e a taxa de residuo inflacionário". Apesar disso, queixam-se os trabalhadores gauchos de que "até hoje nossas entidades representativas não conseguiram saber, junto às autoridades, como são realmente apurados esses índices, o que os torna incapazes de um pronunciamento mais fundamentado a respeito".

URGÊNCIA

Fundamentados na "profunda dissanância entre a taxa inflacionária prevista e considerada para fins de aumentos salariais e aquela que realmente ocorre

no período entre um dissídio e outro", os representantes dos trabalhadores gauchos pediram urgência na concessão do abono de 15 por cento, a exemplo de que foi feito em 1968.

No documento entregue ao ministro do Trabalho, os presidentes de federações denunciaram, também, a "instabilidade surgida com a implantação do Fundo de Garantia, que aumentou a relatividade de empregos, permitiu a manutenção de baixos salários e criou dificuldades de reemprego para o trabalhador com mais de 35 anos". Neste item, lembraram "a necessidade de adequar o Banco Nacional de Habitação à sua verdadeira finalidade: em vez de proporcionar condições para o trabalhador construir sua casa, o BNH se transformou numa empresa captadora de recursos". E pediram uma revisão na "possibilidade de retirar o Fundo de Garantia aos cinco anos de serviço para construção da casa própria, pois o empregado só pode fazer a retirada se compra casa ou apartamento do BNH e não pode, por exemplo, construir uma casa num terreno que já tenha comprado anteriormente".

Após a entrega do documento, os presidentes e representantes de federações de trabalhadores gauchos manifestaram alguma esperança em relação às reivindicações, embora o ministro não se tenha comprometido com uma resposta ou algum prazo. Mas, como disse o representante dos bancários, Flavio Marchiori Moura, "ele prometeu estudar o documento, o que já é alguma coisa".

E.S.P. - 11-07-74

OPERÁRIOS CONTRA JORNADA DE 12 horas

Operários da Pirelli e da Firestone de Santo André estão reclamando do novo calendário adotado pelas empresas, que estabelece jornadas de 12 horas em dois dias da semana, inclusive domingo. Eles já procuraram um vereador para tornar oficial o seu descontentamento, mas a situação deverá, ainda assim, perdurar por 60 dias, uma vez que foi aprovada pela Delegacia do Trabalho de São Paulo.

O novo calendário de trabalho — que começa a vigorar domingo — foi proposto pelas empresas para aumentar a produção de pneus. Elas vão conceder dois dias de folga na semana seguinte e pagar as horas extraordinárias, mas os operários alegam que as horas de descanso não compensarão as de trabalho intenso.

Todavia, essa programação conta com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Artefatos de Borracha de São Paulo, São Caetano do Sul e Santo André. O presidente da entidade, Geraldo Santana de Oliveira, afirma que, entre várias propostas apresentando dois de 12 horas. Na semana seguinte, folgarão dois dias. Vão receber 25 por cento a mais pelas duas primeiras horas extras e 50 por cento sobre as restantes (se for domingo ou feriado, há um acréscimo de mais 50 por cento sobre cada hora).

Esse calendário, porém, não é novo: vinha sendo adotado ilegalmente pelas empresas há mais de um ano. A novidade está na aprovação pelo delegado do Trabalho, Alcísio Simões de Campos, com base na lei 605 e no decreto 27.046, ar-

tigo 8.º, que autorizam o trabalho em dias de repouso, em caráter excepcional, durante dois meses.

A autorização está em vigor desde o dia 23 do mês passado, mas só agora houve acordo das empresas com os empregados para estabelecer um programa aceitável, pelo menos pela maioria.

Na primeira semana, os operários vão trabalhar sete dias, todas pelas fabricas, essa foi a aceita por uma comissão de trabalhadores.

O mesmo decreto que autoriza o trabalho excepcional aos domingos estabelece que, se a empresa conceder folga em outro dia, não precisa pagar o feriado em dobro. O fato de as empresas se obrigarem a pagar mais 50 por cento aos operários que trabalharem nesses

dias é considerado uma vitória pelos dirigentes sindicais.

Para efeito de pagamento, já está sendo considerado o reajuste de 23 por cento concedido aos trabalhadores das indústrias de pneus a partir de 1.º de junho, que elevou o piso da categoria para 600 cruzeiros mensais ou 2,5 cruzeiros por hora. Mesmo assim, nem todos os trabalhadores estão satisfeitos com o calendário.

A Pirelli e a Firestone alegam que a falta de pneus no mercado, principalmente para veículos pesados, confere o caráter de exceção exigido pela lei para aprovação do trabalho em dias de repouso. A Pirelli prevê, para este ano, a produção de 17 milhões de unidades, 30 por cento mais que no ano passado, meta prejudicada pela falta de matéria-prima e que a empresa pretende recuperar agora.

PESCADOR TENTA PROTESTAR. POLICIA IMPEDE

E.S.P. - 21-05-74

Quando varios operarios quiseram entrar, ontem à tarde, na industria de sardinha Pescanova, em Bertoga, para tomar parte nas manifestações dos pescadores que não recebem pagamento há um mês, foram impedidos pela Polícia Militar e um operario foi detido. No interior da fábrica, também houve atritos entre policiais e pescadores, sendo preso outro funcionario da Pescanova.

Segundo os trabalhadores residentes no alojamento da fábrica — migrantes na maioria —, um dos detidos é conhecido por Nilo e o outro por Paulo. Ambos foram levados na vintura da PM até a delegacia de Bertoga e dali conduzidos para local ignorado. Até as ultimas horas da noite, não tinham voltado ao alojamento.

Outro disturbio ocorreu quando uma equipe da Televisão Cultura, Canal 2, filmava as dependencias da industria. Os guardas de segurança da fábrica reagiram de forma grosseira, tentando inclusive tomar os filmes dos cinegrafistas e chamando os policiais federais que se encontravam no local. Os jornalistas do Canal 2 tiveram que deixar a fábrica, sendo transportados em veículos do DOPS até o centro de Bertoga, com a recomendação de não voltarem.

Ocupação

Uma semana após o inicio dos serios problemas de ordem interna criados pelos operarios e pescadores por causa de atraso de pagamento, a Pescanova de Bertoga tem um aspecto bem diferente dos dias comuns. Praticamente ocupada por um

destacamento da Polícia Militar e pelos vigilantes da empresa, suas dependencias estão fechadas para estranhos e até para os empregados.

Diante da fábrica, geralmente de portões abertos nos dias normais — agora estão fechados a cadeados — poucos se arriscam a ficar olhando pelo arame de proteção. Os vigilantes mandam os curiosos embora e se há aglomeração são ameaçados pela Polícia Militar.

Os empregados que residem no alojamento só podem entrar na sede da industria nas horas de refeições. Os pescadores, em numero de 130, estão alojados nos barcos atracados no fundo da empresa que fica na margem de um canal, cercada por altos muros. Segundo os pescadores eles receberam ontem um vale de 20 cruzeiros cada um, bem menos que o normal para um trabalhador que recebe de mil a 1.500 cruzeiros por mês. Os outros trabalhadores, que operam as máquinas da industria, nada receberam.

As aglomerações, segundo os próprios operarios, não são para criar problemas. "Somos convocados pela industria para receber pagamento. No final nada recebemos e como sempre há reclamações logo vem a policia". Na industria ninguém oferece um esclarecimento, nem aos empregados nem a imprensa. Ontem à tarde, um sargento da PM, tentando acalmar os animos, disse que "está tudo calmo por aqui". Quanto à presença da policia ele justificou como ato de rotina numa grande empresa.

Mostrando-se muito preocupado com a repercussão provocada pelo fato junto aos meios empresariais do Estado, o chefe de relações publicas da industria de pesca Pescanova, Augusto Mário, procurou explicar ontem a concessão de férias coletivas para seus 1.200 funcionarios como uma necessidade "para normalizar o estoque". Segundo ele, a firma trabalha com um estoque muito alto e é bem normal, que nesta época, encontre problemas para adquirir a matéria-prima.

O relações publicas referia-se à sardinha, segundo ele atualmente muito escassa, com que a Pescanova produz cerca de 200 mil latas diárias. Para Augusto Mário, porém, quando a matéria-prima desaparece, causa menor prejuizo parar do que trabalhar menos.

"A fábrica ainda está em fase de implantação, diz ele, existindo inclusive deficiência de pessoal. Por isso, não existe nenhuma anomalia em sua situação." Essas afirmações são contestadas, no entanto, por alguns funcionarios e ex-funcionarios da Pescanova. Segundo eles, um dos grandes problemas enfrentados atualmente pela empresa é sustentar todo o seu quadro de funcionarios, uma vez que ele é maior que as suas necessidades atuais. E, se aparentemente a empresa tentou manter seu quadro intacto, é porque a região é carente de mão-de-obra.

Linha sofisticada

Como as outras empresas de industrialização do pescado, o planejamento da Pescanova, na época da sua formação, foi todo voltado para a exportação. Os produtos integravam uma

linha sofisticada e sem quaisquer possibilidades de aceitação no mercado interno. Com a escrência do pescado, óleo combustível para o preparo e matéria-prima para embalagens — caso da Pescanova, alumínio — o custo de produção elevou-se acima do planejado. E, para atender os contratos do mercado externo, a fábrica — incluindo a Pescanova — passaram a enfrentar serios prejuizos.

Sem capital de giro — já que terminaram os inventos — a Pescanova não pode estocar seu produto. E agora, no periodo de escassez do pescado, foi obrigada a parar. Hoje, a Pescanova enfrenta serios problemas de falta de capital para liquidar suas dividas e pagar seus funcionarios. E, segundo alguns comentários, sua principal credora — uma firma canadense — estaria interessada na compra das suas instalações.

Atraso de salários

Até o momento não ficou definida a situação dos funcionarios da divisão de pesca da empresa, que há 18 dias decidiram parar de trabalhar, porque não haviam recebido os pagamentos relativos ao pescado entregue no mês anterior. Foi depois das reclamações desses pescadores que a Pescanova decidiu dar férias coletivas aos funcionarios da divisão industrial.

A situação chegou ao auge, na quarta-feira, quando os diretores foram obrigados a chamar a policia militar para conter o animo dos pescadores. Apesar da promessa dos diretores de que ontem tudo seria resolvido, o policiamento permanece dentro da fábrica.

POPULAÇÃO AUXILIA ASSALTANTES

E.S.P. - 22-05-74

Em troca de comida, quinze mil desempregados de Passo Fundo — distante 326 km de Porto Alegre — estão ajudando os assaltantes que agem livremente pela cidade e depois se refugiam numa das 69 vilas, onde a população recebe a bala os policiais que se atrevem a persegui-los. Desde o ano passado, devido à proteção popular os ladrões, seis soldados da Brigada Militar já foram mortos em tiroteios nas vilas. Os assaltantes ganharam o apelido de "Turma do Robin Hood" depois que fizeram a primeira distribuição de generos alimenticios roubados de uma mercearia situada no centro da cidade.

Além disto, o comandante do destacamento de Passo Fundo, da Brigada Militar, capitão Murilo, reconheceu que "é impossível prender qualquer bandido por causa da proteção popular e porque já esgotamos nossa quota de gasolina para este ano".

A situação de Passo Fundo foi denunciada ontem à tarde, na Assembléia Legislativa gaúcha, pelo deputado Carlos Giacomazzi, que estranhou: "Logo a Capital do Planalto, que até há pouco era considerada como uma cidade ordeira e das mais belas de nosso Estado, virou uma verdadeira "Chicago dos Pampas" como foi definida pela dona de um posto de ga-

solina recentemente atacado por quatro jovens assaltantes".

O parlamentar disse que a situação "se torna muito grave, ainda que muitos não se apercebem disto, porque ao mesmo tempo que a população protege bandidos para conseguir alimento, a policia reconhece sua incapacidade de deter a onda de violencia que existe em Passo Fundo".

E afirmou aos colegas da Assembléia: "Vejam os senhores a que ponto estamos chegando em nosso Estado, quando a força militar não tem condições de reprimir a ocorrência de assaltos, que crescem diariamente de maneira assustadora".

ESP. - 12-06-74

Rotatividade é denunciada

Num ofício enviado ao ministro do Trabalho, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Paulo Vidal Neto, voltou a denunciar a existência de rotatividade de mão-de-obra nas indústrias do município, lamentando que "na área sindical alguns pretendam minimizar o problema". O documento apresenta a reprovação do dirigente sindical à posição que a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo assumiu, por intermédio de seu presidente, Argen Egídio dos Santos, "que chegou ao absurdo de declarar que o problema da rotatividade de mão-de-obra é tanto o suborno: todo mundo sabe que existe, mas ninguém pode provar".

Para Vidal Neto, as afirmações do presidente da Federação soam como um desafio às autoridades interessadas em descobrir até onde chega a rotatividade e quais os seus efeitos. Segundo o dirigente sindical, para comprovar a existência do problema, bastaria consultar as relações do empregados — artigo 580 da CLT — e o cadastro de empregados — Lei 4923 — para ter uma idéia exata e

precisa. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo não dispõe, segundo Vidal Neto, de uma documentação que demonstre a complexidade do chamado "abatamento salarial" no município, provocado pela rotatividade de mão-de-obra. Mas recebe informações seguras de que o problema ainda não foi eliminado nas principais indústrias da cidade. "As homologações comprovam que um número excessivo de empregados com mais de um ano de firma tem sido demitido", diz Vidal Neto, "porque a grande maioria das empresas prefere fazer as homologações de rescisão de contrato na DRT, quando pode, por lei, fazer no sindicato."

De uma coisa, entretanto, o dirigente sindical diz estar certo: "As empresas usam a rotatividade com objetivos econômicos, pois conseguem economizar verdadeiras fortunas num só ano, demitindo empregados que começam a subir na carreira profissional e contratando outros com salários inferiores".

ESP. - 2-08-74

3 milhões sem emprego

Ao ser empossado ontem, em Brasília, pelo ministro Arnaldo Frieto na Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, o novo secretário, João Jesus Sales Pupo, afirmou que atualmente existem no Brasil cerca de três milhões de desempregados, observando, entretanto, que "não existe desemprego na Região Sul" e que esses três milhões de desempregados estão em sua maior parte no Nordeste e em outras regiões menos favorecidas do País. Na mesma cerimônia, o ministro do Trabalho empossou também o novo secretário de Relações do Trabalho, Carlos Alberto Chiarelli, e seu assessor direto, Luiz Gonzaga Ferreira.

A afirmação do novo secretário de Emprego e Salário contradiz o ministro Nascimento Silva, da Previdência, que se manifestou contrário à instituição do seguro-desemprego no Brasil sob a alegação de que "atualmente o País atravessa uma fase de pleno emprego". Sobre essa controvérsia — muito comum entre os funcionários do governo — Sales Pupo explicou que "trata-se de uma questão de ponto de vista, já que pleno emprego existe apenas em alguns países, com raríssimas exceções mesmo, como é exemplo a Suécia". Além disso, ele disse que entre os três milhões de desempregados se incluem "todos os maiores de 18 anos que estão em e não trabalham".

Sobre salário, o novo secretário negou que nos últimos anos tenha havido uma devalu-

ção do salário do trabalhador, afirmando que, ao contrário, "desde 1968 o percentual de aumento de salário no País tem sido bastante superior ao resíduo inflacionário". Sales Pupo falou também sobre o problema da sub-valorização da mão-de-obra. Para ele, "numa sociedade livre e democrática como a nossa não se pode impedir que uma empresa obtenha lucros com a locação de empregados, que em preferir chamar de prestação de serviços, para mim um negócio como outro qualquer".

RELAÇÕES DO TRABALHO
Também o novo secretário de Relações do Trabalho, Carlos Alberto Chiarelli, referiu-se ontem a problemas de sua secretaria. Ao falar sobre os sindicatos, disse que "não queremos assembleias despoçadas de associados, nem decisões submissas e pensamentos isolados, referendados por assinaturas de favor, no livro circulante que cumpre o itinerário dos ausentes aos indefinidos. Queremos um sindicato vivo, prestativo, legítimo, que saiba defender, respeitoso como todos a lei e aos princípios da convivência social, os interesses legítimos da categoria, seja ela patronal ou de trabalhadores, urbana ou rural. Queremos um sindicato autônomo, sem prepotências; livre, sem violências; autêntico, sem discriminações; reivindicatório, sem radicalismos". E afirmou que sua secretaria quer e deve ser instrumento de uma política de diálogo.

Sul dispensa 350 operários

ESP. - 3-08-74

Mais de 350 operários já foram dispensados por três fábricas de calçados do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, empresas falidas em consequência da restrição de crédito imposta pelo governo e do corte das importações, por parte dos Estados Unidos, enquanto não se define a percentagem exata da sobretaxa sobre as exportações brasileiras.

Segundo Orlando Müller, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Novo Hamburgo, "os operários demitidos pertenciam às fábricas Irmãos Fleck (130); Calçados Arthur (80); e Cantearil (140). Mas outros 70 empregados, orientados por nós, vão rescindir contrato se não receberem seus salários atrasados até o dia 16".

O sindicalista acrescentou que "os operários estão realmente em pânico com a crise nas fábricas de calçados gaúchos, pois dos 32 mil habitantes de Novo Hamburgo — a 41 quilômetros de Porto Alegre — aproximadamente 12 mil trabalham na indústria de calçados ou pelo menos, dependem diretamente dela".

Segundo cálculos do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Novo Hamburgo, as fábricas falidas devem mais de 500 mil cruzeiros em salários atrasados, assim discriminados: Fleck, 250 mil; Cantearil, 200 mil; e Arthur, 60 mil cruzeiros. Orlando Müller disse da sua estranheza quanto à elaboração de um documento que será entregue pelos empresários, sexta-feira próxima, em Brasília, ao ministro do Trabalho, Arnaldo Frieto, detalhando a crise no setor e

sem que o sindicato dos empregados fosse sequer consultado.

Quanto aos empresários, a opinião geral é que a fusão ou incorporação de diversas indústrias é a única maneira de enfrentar a crise que envolve o setor da indústria calçadista do Rio Grande do Sul. Das 419 fábricas existentes no Estado, 356 localizam-se no Vale do Rio dos Sinos. Destas, 140 empregam de 11 a 50 pessoas; 195 não chegam a ter dez empregados; 70 estão na faixa dos 50 a 100 funcionários; 56 a 101 têm 200 trabalhadores; 38 empregam de 200 a 500 homens; onze possuem mais de 500 operários e apenas duas reúnem mais de 1.500 trabalhadores.

Ao todo, o Vale dos Sinos emprega 35.200 pessoas, 32.700 na área de produção e 2.500 fora do setor produtivo, administração, comércio e outros. Para Luis Mandelli, presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, que admitiu a ameaça de uma crise de desemprego no vale, "uma das soluções para o comércio exterior se tornar favorável às empresas gaúchas seria a formação de um consórcio exportador, o que eliminaria os intermediários".

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, Níveo Leopoldo Friedrich, afirmou que "a indústria calçadista, devido à sua fragilidade econômico-financeira, não tem condições de ser enquadrada numa política econômica comum a todos os setores de manufaturados, pois ela evoluiu a partir de uma infra-estrutura artesanal sem ter capacidade para assumir todas as responsabilidades delegadas pelo governo".

Tecelões negam apóio

ESP. - 29-05-74

O pedido de autorização para trabalhar em dias de repouso, feito ao Ministério do Trabalho por 14 empresas de fiação e tecelagem de Minas Gerais não tem o apoio dos tecelões. O anúncio foi feito, em Belo Horizonte, pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, que já enviou à Delegacia Regional do Trabalho um abaixo assinado contra a medida, além de denunciar a implantação do sistema, sem autorização oficial, em duas fábricas do Estado.

Segundo José do Espírito Santo, presidente do Sindicato, o sistema tem algum alcance so-

cial, pois poderá determinar a criação de mais empregos. Mas ele afirma que um sistema desse tipo não pode ser implantado na base da pressão sobre os atuais empregados: "Eles aceitaram a medida, numa pesquisa feita pelos patrões, com medo de represálias. Mas, depois, oficializaram a sua discordância, no abaixo-assinado". José do Espírito Santo denunciou também que as indústrias Santa Elizabeth e Paraopeba Industrial, mesmo sem autorização oficial já adotaram o novo sistema.

ACIDENTES TEMA QUE UNE

ESP. - 09-74

Após seis anos de hibernação, o movimento sindical brasileiro — melhor dito, paulista — começa a despertar, à procura de um rumo. É o que se nota, com o simples fato de que, menos de dois meses a esta parte, esboçam-se reuniões intersindicais, que seriam inimagináveis há um ano.

No governo passado, foi o fantasma de eventual CGT que derrubou, sem prévio aviso, um alte fi-

O tema do congresso intersindical foi cuidadosamente escolhido, sendo voto vencido os que desejavam que a discussão girasse em torno dos salários. Salários, no momento, não são capazes de motivar um congresso desse tipo, pois os índices governamentais de correção salarial, agora em ... 30%, são considerados mais do que há 12 meses, ou, mesmo, seis meses.

Inflação nativa e inflação importada são termos bastante conhecidos nas assembleias sindicais, durante anos submetidas à pedagogia monetarista ou estruturalista. Por isso mesmo, os salários não poderiam constituir a motivação do primeiro congresso intersindical que se faz no Brasil, desde o dia 13 de dezembro de 1968, data da edição do Ato Institucional n.º 5.

Meio sem jeito, a furto e medo, as reuniões intersindicais foram semeadas com o anúncio de que a Consolidação das Leis do Trabalho, velha já aos 31 anos de idade, passaria por uma cirurgia plástica.

Não houve a esperada e temida reação oficial, de modo que surgiu a idéia não mais de simples reunião, mas já de congresso, com todo o formalismo que a palavra onera.

Assim foi realizado o 1.º Congresso Intersindical de Acidentes no Trabalho, numa colocação mais alta, com ordem e ponderação, bastante segurança, ao contrário de reuniões do gênero que se verificavam antes de 69, em que o observador poderia ter a impressão de que o sistema seria posto no banco dos réus, para não dizer mais nada.

Ordem, ponderação e segurança, no entanto, não escondem o fato de que o movimento intersindical, sem plantear problemas políticos imediatos, não perde de mira aspectos táticos, que, a seu ver, são relevantes.

Entre tais aspectos situa-se a constituição de delegados sin-

gurão do Ministério do Trabalho, em meio a uma partida de futebol, e que decretou intervenção em determinada Confederação Nacional de Trabalhadores, a qual ainda perdura.

Agora, quase que sem repetir erros passados, um grupo de dirigentes sindicais paulistas, de categorias de trabalhadores das mais conhecidas, começa a arregimentar forças e a fazer o inventário de suas próprias condições, pouco

dicais de empresa, com estabilidade provisória, capazes de influir diretamente nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes. Tais comissões, ou CIPAs, são obrigatórias, por lei, nas empresas com mais de 100 empregados; só que sua atual constituição, dizem os participantes do aludido congresso intersindical, representa um entrave para a diminuição dos acidentes no trabalho.

Melhor explicado, ou a CIPA é exclusivamente indicada pela empresa, daí nascendo o desinteresse, a desmotivação, que leva ao acidente, ou então é "patronal", o que conduz a igual falta de interesse. Tal é o pensamento dos aludidos congressistas, representantes de metalúrgicos, bancários, têxteis, químicos, trabalhadores na alimentação etc.

Em contrapartida, o membro da CIPA, eleito pela categoria, com estabilidade provisória no emprego, seria um delegado do sindicato; isso representaria o fortalecimento das entidades de classe. E o fortalecimento dos sindicatos pelo menos é apregoado como tarefa necessária, pelo próprio sistema, fato que o futuro comprovará ser ou não verdadeiro.

Dois são as verdades: a lei 32, anterior à CLT, que é de 1943, já previa a existência de delegados sindicais de empresa; a segunda verdade é que, em outubro, com a presença do presidente da República, general Geisel, haverá um congresso nacional sobre prevenção de acidentes no trabalho, assembleia que, além de técnicos, empresários, burocratas, INPS, e Ministério do Trabalho, contará com a presença de entidades de trabalhadores.

As conclusões do congresso intersindical ontem encerrado deverão ser levadas ao sofisticado plenário do Parque Anhembi, em outubro.

Em jornalismo há um velho ditado, que diz que quando um cão morde um homem não há

a pouco deixando de lado receios que a simples menção da palavra "intersindical" evocava. E os encontros intersindicais se delinham e efetivam, tendo chegado, anteontem e ontem, até mesmo ao nível de um congresso.

A razão desse congresso, assim foi anunciado, é a alarmante ocorrência de acidentes no trabalho. O Brasil, como se sabe sobejamente, é campeão nesse campo: um em sete trabalhadores se acidenta, ao cabo de um ano.

há notícia, pois se trata de fato rotineiro e previsível. A notícia ocorre, porém, quando o homem morde o cão.

Traduzindo o velho aforisma à realidade social prática, vê-se que a notícia não existe quando dirigentes sindicais assistem, como espectadores, a um congresso sobre acidentes no trabalho, em Guarapari (1973), ou a uma festiva inauguração de ambulatório médico. Ela, a notícia, se apresenta, quando, após anos de ausência, se efetua um congresso intersindical,

plificando maior participação nas soluções dos acidentes no trabalho, não devidamente estudadas por quem quer que seja, diga-se de passagem.

O ponto central é a maior participação na própria vida da empresa, tese que poderá vir ser aceita ou contestada, no oficial XIII Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes, presentes o presidente da República e seu ministro do Trabalho.

De definitivo, quanto à representação legal dos trabalhadores, o que se observa é uma tendência para saída da hibernação, após um letargo de seis anos. O comportamento inicial não é de surpreender, mesmo porque é de se notar a insistência com que se usa a frase "processo de conscientização nacional", em nível oficial.

Não há contestação, como em 68, mas tampouco se verifica a unânime ausência, de 69 a 72. Não é a maioria dos sindicatos que ensaia os encontros intersindicais, mas o número que aí se encontra já constitui notícia.

Finalmente, uma nota que causou contrariedade a muitos dos participantes do congresso intersindical: o convite para que um parlamentar fizesse, no encerramento dos trabalhos, o convite foi feito pelo "dono da casa", o presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de São Paulo.

Bancários

ESP. - 24-08-74

Apesar de os cálculos feitos dentro da política salarial do governo apontarem um índice de 29 por cento, os bancários paulistas iniciaram a campanha salarial deste ano pedindo um reajuste de 38,5 por cento. No projeto de convenção coletiva de trabalho encaminhado ontem ao Sindicato dos Bancos, o Sindicato dos Bancários justificou o pedido alegando que nesse índice estão compreendidos o índice de reposição parcial da perda do poder aquisitivo dos salários nos últimos 10 anos e a reconstituição do salário real médio e da taxa de aumento da produtividade nacional, "de acordo com a correta aplicação da política salarial do governo".

O projeto de convenção elaborado pelo Sindicato — que tem como associados cerca de 30 mil dos 60 mil bancários existentes no Capital —, caso seja aprovado, deverá vigorar a partir de 1.º de setembro. Embora o atual acordo expire a 12 de outubro, habitualmente é a partir de setembro que se inicia a vigência das normas de trabalho entre empregados e empregadores do setor.

Além do reajuste, o documento dos bancários pede também uma revisão dos salários profissionais da categoria. Para o pessoal de portaria, o pedido é de dois salários mínimos; para o pessoal de escritório, dois salários mínimos, acrescidos de 30 por cento; para o pessoal de tesouraria, caixas e caixas-executivos, dois salários mínimos, acrescidos de 40 por cento.

Férias anuais de 30 dias, remuneradas em dobro, constituem outra reivindicação, assim como estabilidade da gestante, que não poderá ser despedida no período compreendido entre o início da gravidez e quatro meses após o término da licença-maternidade, a não ser pela prática de falta grave, comprovada por inquérito trabalhista.

Outra cláusula — são 19 ao todo — refere-se ao problema da locação de mão-de-obra. O pedido dos bancários é no sentido de que "aqueles que se encontram na situação mencionada nesta cláusula serão imediatamente reconhecidos como empregados dos estabelecimentos de crédito, tomadores dos seus serviços, e registrados nos seus quadros respectivos como seus empregados, para todos os efeitos legais".

Os bancários desejam ainda a designação de delegados sindicais, nas agências, com frequência livre para participação em congressos, convenções e assembleias da categoria, cujas atribuições seriam intensificar o relacionamento entre os empregados e o sindicato, coordenar as reivindicações no plano da agência e levá-las ao sindicato.

FERROVIÁRIOS denunciam 'achatamento'

ESP. - 25-07-74

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Paulista voltou ontem a denunciar ao ministro Arnaldo Frieto o "achatamento salarial" e o "péssimo relacionamento" entre a Fepasa e seus milhares de empregados. O presidente do sindicato, Narciso Waldomiro Somato, disse que a situação persiste apesar de ofícios enviados ao governador Laudo Natel e acusou a empresa de desrespeitar sistematicamente os princípios básicos do Direito do Trabalho, "em particular os que dizem respeito à inalterabilidade das condições contratuais, esquecendo-se de que sobre os mesmos repousam a paz e a justiça sociais".

O ministro do Trabalho foi informado de que centenas de decisões dos tribunais "já se cansaram de condenar a Fepasa" ao restabelecimento de inúmeras vantagens, "principalmente as de licença-prêmio em pecúnia e a complementação aos que se aposentaram com 30 anos de serviço". Em ofício entregue a Frieto, os ferroviários observam que "cabe ao governo do Estado de São Paulo, quando no exercício da atividade empresarial, dar o exemplo de obediência às leis trabalhistas, não podendo invocar o interesse público como fórmula mágica para escapar dos riscos do negócio que assumiu, substituído-se a iniciativa privada".

Depois de afirmar que a Fepasa continua ignorando a súmula número 51 do Tribunal Superior do Trabalho, segundo a qual "as cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas ante-

riormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revolução ou alteração do regulamento", Narciso Somato disse ao ministro Arnaldo Frieto que esse é apenas um dos aspectos da questão, agravado sensivelmente por outras medidas da empresa, que começaram com as transferências abusivas, por que não decorrentes da necessidade do serviço, passando pela ilegal ampliação da jornada de trabalho do pessoal das oficinas, para culminarem com o atraso de seis meses na concessão das majorações salariais de

ordem geral, que do mês de janeiro acabaram ficando para o mês de julho, sem qualquer justificativa, já não bastassem os danos sofridos com os percentuais de aumentos adotados, sempre distantes da triste realidade do custo de vida".

Adiante, o presidente do sindicato disse ao ministro do Trabalho que apesar de recentes ofícios enviados ao governador do Estado, ao secretário de Transportes, ao presidente da Assembleia e ao diretor-presidente da Fepasa, em que foi pedida a correção dessas distorções salariais, fazendo-se o colálio com os salários mínimos legais dos últimos dez anos, que apontava uma diferença de 72 por cento contra os ferroviários, e com os reajustes normativos alcançados por outras categorias profissionais, sempre superiores aos obtidos por nossa sofrida classe, apenas 24,27 por cento de aumento foi concedido no corrente ano, e, mais uma vez, a partir do dia 1.º de julho, quando é certo que o funcionalismo estadual foi aumentado com

efeito retroativo, a conta de 1.º de janeiro".

Depois de observar esses fatos, e lembrar que os ferroviários concordaram com um aumento de apenas 35 por cento, reduzindo suas justas reivindicações salariais que mesmo assim não foram atendidas, o líder sindical pediu ao ministro Arnaldo Frieto a mediação do Ministério do Trabalho para que se chegue a "uma solução honrosa, evitando-se os demorados e tortuosos caminhos das pendências judiciais, que tanto vêm desgastando a economia da estrada, hoje obrigada a manter um verdadeiro exército de advogados, além de contratar grandes escritórios de advocacia especializada, para poder, quando muito, procrastinar a solução de litígios criados por uma superada mentalidade empresarial, que ainda entende inovativa a burla às leis trabalhistas".

Ao concluir, Narciso Somato entregou ao ministro Arnaldo Frieto a cópia de um dos ofícios enviados ao governador Laudo Natel, no qual o sindicato reclama "a necessidade absoluta de um substancial reajustamento nos vencimentos dos ferroviários, em face das dificuldades econômicas em que se encontram, dado o acentuado achatamento salarial, a que vêm sendo submetidos nos últimos dez anos".

ESP. - 20-08-74

Acidentes de trabalho no Paraná

Os acidentes de trabalho no Paraná, durante o primeiro semestre deste ano, chegaram a 41 mil, com média diária de 368 casos e um total de 103 mortes, representando um custo de 153 milhões e 750 mil cruzeiros, superando deste modo, os custos do ano passado em Cr\$ 26 milhões. Foram consideradas incapacitadas, permanente ou temporariamente, 40.888 pessoas, o que significou uma perda de quase 5 milhões de horas de trabalho, equivalentes à paralisação de 400 empresas de 100 empregados durante seis meses.

Motoristas: S.Paulo 10-7-74

Motoristas e cobradores de empresas particulares de ônibus da Capital já se estão movimentando para conseguir um contrato coletivo de trabalho igual ao firmado entre a CMTC, as respectivas categorias profissionais e o sindicato de classe. Os empregados das empresas particulares têm procurado o seu sindicato, a fim de que este tome as primeiras providências para lhes obter um bom acordo.

Segundo o seu diretor, João Gonçalves, ele não foi total e durou cerca de duas horas. O motivo do movimento, disse o empresário, está ligado a um eventual acordo coletivo de trabalho. A firma entendeu-se com os motoristas e cobradores, que voltaram ao trabalho, ficando de estudar mais detidamente a questão.

O acordo firmado com a CMTC e cuja extensão é pretendida pelos empregados de empresas particulares trata de dois pontos principais: redução da jornada de trabalho e pagamento com base na antiga jornada. Dessa forma, os motoristas e cobradores trabalham oito horas normais e mais uma extraordinária, recebendo o correspondente a 14 horas de serviço, como era antigamente.

Os trabalhadores em transportes coletivos obtiveram um reajuste salarial de 18 por cento, no Tribunal Regional do Trabalho, em maio último. No entanto, o sindicato aguarda julgamento de recurso, no Tribunal Superior do Trabalho. Pleiteia a entidade de classe, entre outras coisas, um reajuste de 4,5 por cento, no mínimo, superior aos índices determinados pelo TRT paulista.

Por outro lado, 6 de 25 por cento a contraproposta conciliatória de reajuste, formulada pelo presidente do TRT, juiz Homero Diniz Gonçalves, no dissídio coletivo que abrange os motoristas do chamado setor diferenciado. Este setor é o que abrange os motoristas de indústrias, comércio e serviços, num total de 162 sindicatos patronais e mais 20 cooperativas de consumo. A contraproposta conciliatória foi feita recentemente, devendo o dissídio ser julgado ainda este mês, com base nos novos índices de reconstituição salarial batizados pelo governo.

Motoristas: Recife

ESP. - 9-08-74

Aproximadamente 900 motoristas de táxi pararam de trabalhar ontem à tarde no Recife, por causa da morte de um companheiro, assassinado na noite anterior por assaltantes. Gritando "abaixo a polícia" e "morte aos ladrões", eles se encontraram no Cemitério de Santo Amaro — onde estavam outras três mil pessoas — para assistir ao sepultamento. Antes disso, os motoristas foram até o Palácio dos Despachos, a fim de solicitar maior proteção para a classe. Tentaram falar diretamente com o governador Eraldo Góes, mas não conseguiram serem recebidos pelo chefe da

Casa Militar, coronel Atênio de Machado e este escamoteou o problema para a Secretaria da Segurança Pública.

Durante o enterro, os motoristas reclamaram muito da falta de policiamento noturno na cidade, argumentando que além dos assaltos — 70% já foram vítimas de ladrões — outros cinco companheiros haviam sido assassinados de fevereiro até o mês passado. O delegado de Roubo e Furtos, João Aciole Sobrinho, diante da repercussão do novo crime, prometeu que reduzirá em 80% os assaltos a motoristas de táxi, mas não explicou como conseguirá isso.

PRIETO: CLT MANTEM DIREITOS

Após dar posse ontem à comissão encarregada de atualizar a Consolidação das Leis do Trabalho, o ministro Arnaldo Prieto afirmou que sua função não é alterar direitos e obrigações, mas preservar o patrimônio jurídico brasileiro e "assimilar os diferentes fragmentos esparsos que passaram a incidir sobre empregados e empregadores".

Segundo o ex-ministro Arnaldo Sussekind, o principal objetivo da comissão, da qual será o presidente, é "colocar toda a legislação em vigor num texto único e sistematizado, procurando a sintonia entre as várias disposições". A comissão procurará também "clarificar, talvez com alteração de textos, as dúvidas que normalmente surgem durante a aplicação de alguns dispositivos da legislação trabalhista".

CORREÇÕES

Para conseguir o objetivo, a comissão deverá — segundo Sussekind — corrigir possíveis conceitos considerados obsoletos ou confusos, bem como aprimorar as regras correspondentes. O ex-ministro considera muito curto o prazo de seis meses estipulado pela portaria que criou a comissão para a conclusão dos trabalhos, mas acredita que, dentro de oito meses, poderá apresentar o projeto de lei propondo a atualização da Consolidação.

Ao tomar posse, Sussekind afirmou que, "por conciliar os

interesses do Estado com a liberdade de iniciativa, a Consolidação resistiu às alterações dos textos constitucionais em 1946, 1967 e 1969". A propósito disso, o ministro Arnaldo Prieto recordou que a exposição de motivos que a acompanhou o decreto de criação da CLT, o então ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, afirmou: "A Consolidação constitui um marco venerável na história de nossa Civilização, demonstra a vocação brasileira pelo Direito e, na escuridão que envolve a humanidade, representa a expressão de uma luz que não se apagou".

Sindicatos pedem esclarecimentos

Sindicatos e federações de trabalhadores paulistas — nem todos, mas em grande número — querem saber do ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, quais os objetivos do governo federal, quanto à reformulação da Consolidação das Leis do Trabalho. Na próxima semana, uma comissão de sindicalistas irá a Brasília, para entregar documento ao titular do Trabalho, tratando desse assunto.

Ontem, no Sindicato dos Marceneiros, reuniram-se os representantes das organizações sindicais paulistas que querem conhecer como será a nova Consolidação das Leis do Trabalho ou, eventualmente, o Código Nacional do Trabalho. O encontro estendeu-se por uma hora

e houve críticas às Confederações Nacionais de Trabalhadores e a muitas federações estaduais de trabalhadores do Estado de São Paulo, que, no entender dos oradores, estariam sendo omissas.

No documento a ser entregue ao ministro Prieto, os representantes de marceneiros, metalúrgicos, têxteis, gráficos, bancários, químicos e muitas outras profissões ressaltam que "legislar sobre Direito do Trabalho é uma das competências reservadas à União e o Poder Legislativo somente pode ser exercido pelo Congresso Nacional, segundo as regras impostergáveis da Constituição Federal".

O DOCUMENTO

Este é um trecho do documento: "As entidades sindicais subscritoras do presente documento, após se reunirem para tentar uma avaliação dos prováveis rumos que serão tomados na reformulação das leis do trabalho, anunciada insistentemente pela imprensa, decidiram, neste primeiro momento, dirigir-se diretamente a V. Exa., dando destaque a dois aspectos que reputam ser de maior acentuada importância.

Inicialmente, em consequência da falta de clareza das notícias que circulam, precisam saber exatamente quais os objetivos do Governo Federal nesse campo. Extra-oficialmente, divulga-se que a meta é a reunião, em um único corpo harmônico, da Legislação do Trabalho, eliminando-se as disposi-

ções repetitivas, nada se suprimindo e nenhuma novidade se acrescentando".

"Se assim for, outra não poderá ser a orientação dos esforços consagrados à reconstrução, pois legislar sobre Direito do Trabalho é uma das competências reservadas à União e o Poder Legislativo somente pode ser exercido pelo Congresso Nacional, segundo as regras impostergáveis da Constituição Federal, lembrando-se, nesta oportunidade, que deste órgão foi V. Exa. um dos mais eminentes integrantes, até a data em que assumiu, para satisfação nossa, a titularidade do Pasta do Trabalho".

Acrescenta o documento, em outro trecho (Alcy Nogueira, presidente da Federação dos Trabalhadores em Indústrias Químicas, solicitou que, "por uma questão de ética, o memorial não seja divulgado na íntegra, antes de ser entregue ao ministro":

"Conquanto proibidos do exercício de atividades político-partidárias, medida que tem impedido o acesso ao Congresso Nacional de representantes diretamente indicados pelas entidades sindicais, conservamos as prerrogativas de nos organizar para fins de estudo, defesa e coordenação dos nossos interesses, de representar perante as autoridades administrativas os interesses gerais das nossas categorias e de colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que nos dizem respeito".

BRASIL DISCORDA DA OIT

ESP. - 16-08-74

O governo brasileiro resolveu não ratificar a convenção da Organização Internacional do Trabalho, que se refere à idade mínima de admissão em emprego, por entender, nos termos do parecer do Ministério do Trabalho, que "a convenção é extremamente subordinativa, não atendendo às conveniências de um país em desenvolvimento como o Brasil, que deve adotar soluções particulares para resolver seus problemas".

A convenção sobre a idade mínima foi adotada no final da 58.ª Conferência da OIT, em Genebra, a 6 de junho do ano passado, e recomendada aos países membros da organização, como é o caso do Brasil. Ontem, entretanto, o general Geisel enviou ao Congresso o texto da convenção, com exposição de motivos do ministro das Relações Exteriores, assinalando que o Ministério do Trabalho manifestou-se contrário à sua adoção.

Idade mínima

A idade mínima especificada

pela convenção para o trabalho do menor é de 15 anos, podendo ser diminuída para 14 anos no caso de países cuja economia e as instituições escolares não estejam suficientemente desenvolvidas. Segundo a convenção, a idade mínima de admissão a qualquer tipo de emprego ou de trabalho que, por sua natureza ou condições nas quais se exerce, é suscetível de comprometer a saúde, a segurança ou a moralidade dos adolescentes, não deverá ser inferior a 18 anos.

O campo de aplicação da convenção deve incluir indústrias extrativas; indústrias manufatureiras; construção civil e obras públicas; eletricidade, luz e água; serviços sanitários; transportes, entrepostos e comunicações; plantações e outras empresas agrícolas exploradas principalmente para fins comerciais. A convenção não se aplica ao trabalho de crianças ou adolescentes em estabelecimentos de ensino e escolas de formação profissional.

A Organização Internacional do Trabalho estabelece ainda

que qualquer membro cuja economia e serviços administrativos não tenham atingido um desenvolvimento suficiente poderá, depois de consultadas as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, se existirem, limitar, numa primeira etapa, a área de aplicação da convenção sobre a idade mínima.

Parecer

No parecer de seu consultor jurídico, Marcelo Pimentel, o Ministério do Trabalho aponta a facilidade com que se verifica "o choque entre as disposições da convenção e as normas constitucionais em vigor, pois, de acordo com o artigo 165, item 10, da emenda constitucional número 1, o trabalho ficou proibido a menores de 12 anos".

Pimentel condena o aspecto da convenção que subordina toda e qualquer providência que o governo adotar a prévio entendimento com as entidades representativas de empregados e empregadores, já que o ministro do Trabalho "tem

insistido em não admitir que o governo, principal responsável pelo cumprimento de acordos internacionais, fiscal da conveniência das medidas a serem adotadas, fique subordinado à ditadura de classes, proventura interessadas".

Máxima

Um funcionário do Ministério do Trabalho admitiu ontem, em Brasília, que "será muito difícil" para o governo colocar em prática uma legislação obrigando as empresas a manterem em seus quadros empregados de idade igual ou superior à 35 anos. Explicou que "o governo, ao limitar a idade para concurso de funcionários públicos, feitos pelo DASP, é o primeiro a se utilizar dessa prática discriminatória".

Sindicatos apoiam pedido a Prieto

ESP. - 21-08-74

Aprovada no final da última semana pela assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, a taxa de reposição salarial de 23 por cento, que será solicitada num documento a ser entregue amanhã ao ministro Arnaldo Prieto, recebeu a aprovação dos Sindicatos de Metalúrgicos de Santo André e São Caetano. Baseando-se na diferença entre o reajuste concedido em abril último — 18 por cento — e o aumento do custo de vida desde o reajuste anterior, em 1973 — 46 por cento, segundo o DIEESE, (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) —, o documento que levará ao ministro as reclamações dos trabalhadores da categoria solicita, além da reposição nos salários, que "o governo promova a abertura legal indispensável para corrigir as injustiças salariais". Antes mesmo de ouvir qualquer resposta do ministro, os metalúrgicos de São Bernardo já anunciaram para o período entre os dias 6 e 8 de setembro a realização de um grande congresso sindical, durante o qual analisarão a política salarial em todos os seus pontos, iniciando os estudos para a campanha salarial de 1975 e procurando evitar o que consideram "erros cometidos este ano, como as constantes depreciações salariais dos trabalhadores".

No documento a ser entregue amanhã ao ministro do Trabalho, os metalúrgicos de São Bernardo afirmam que, desde a sua implantação, a política salarial "jamais atendeu às necessidades do povo. Mas,

em regiões como a nossa, marcada pela transformação rápida de um desenvolvimento sem precedentes, a política de salários em vigor revela-se inadequada e obsoleta. Nossas empresas modernas, constituídas pelas indústrias automobilísticas e caudalárias, apresentam índices de rentabilidade e produtividade realmente notáveis".

Segundo afirma o documento, "este tratamento dispensado ao obreiro é fonte de grave descontentamento e de uma surda revolta que lava nas fábricas e se manifesta de forma irretorquível no descrédito generalizado de que são vítimas as entidades de classe. Estas, amarradas por uma legislação de salários rígida e silenciada pelas leis das leis de segurança, já não detêm o comando de seus representantes, cuja revolta pode, de um momento a outro, sopitar em movimentos espontâneos e incontroláveis".

Em outro trecho, dirigindo-se ao ministro, dizem os metalúrgicos: "V. Exa. há de ouvir que não podemos cruzar os braços, enquanto a inflação corrói nossos míseros salários e, em nome de uma falsa paz social, aceitamos uma situação que vai levando ao desespero as pessoas mais paratas e ordeiras. Nesse aspecto, achamos que todos, inclusive as autoridades, devem ser coerentes. Admitida a elevação do custo de vida em índices superiores às otimistas previsões da administração anterior, por que temar na manutenção de índices salariais fora da realidade? Afinal, os trabalhadores também precisam viver".

Estiva quer moralização

ESP. - 14-09-74

Enquanto o presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, acusado juntamente com os tesoureiros da entidade de desviar mais de 700 mil cruzeiros, recusa-se a comentar a denúncia e seu advogado promete processar os acusadores por difamação, o representante dos 3.571 operários que pediram em juízo a destituição dos dirigentes afirma que só o Ministério do Trabalho poderá moralizar o sindicato, "dominado por uma verdadeira máfia".

Os estivadores afirmam que essa moralização vem sendo tentada desde janeiro do ano passado, quando 67 trabalhadores moveram ação ordinária para obter devolução de excesso recolhido a título de contribuição para o Departamento de Assis-

tência Social. Na defesa, os dirigentes apresentaram um quadro contábil que registrava uma diferença de Cr\$ 179.627,41 em relação ao balanço financeiro entregue à Delegacia Regional do Trabalho.

Essa diferença motivou um pedido de perícia fiscal na contabilidade do sindicato que revelou outras diferenças mais significativas e que deram origem ao atual processo. Na petição inicial, com cópias enviadas à Capitania dos Portos e à Polícia Federal, o presidente Percy de Souza Patto e os tesoureiros Elydio da Cruz, Osvaldo Alves e Benedito Hypólito dos Santos são acusados de cometerem irregularidades contábeis desde 1966, durante sucessivos mandatos.

Definida a posição dos metalúrgicos

ESP. - 21-05-74

Reafirmando a necessidade da livre contratação coletiva de trabalho, para que as peculiares condições do setor sejam regulamentadas segundo o interesse do trabalhador e da produção, os trabalhadores em indústrias automobilísticas, tratores e implementos agrícolas motorizados divulgaram um documento, ao final de sua 2ª Conferência Nacional, realizada na colônia de férias dos metalúrgicos, na Praia Grande, à qual compareceram 54 delegados dos diversos sindicatos e Federações do setor.

O plenário aprovou um pedido de providências ao ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho, "no sentido de determinar a realização de eleições livres no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Guanabara, devolvendo aquele órgão à administração de seus filiados democraticamente eleitos, normalizando, assim, a vida de tão importante órgão de classe". Outras reivindicações, que constam do documento elaborado pelos participantes do encontro, referem-se à melhor distribuição da renda à subordinação dos interesses das empresas transnacionais aos interesses do povo brasileiro.

Ao final da conferência, foi estranhada a não-participação da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo no simpósio.

O documento

2 — a seguinte a íntegra do documento divulgado após o encontro:

"Reunidos no município de Praia Grande, São Paulo, nos dias 16 a 18 de maio de 1974, os representantes dos trabalhadores nas empresas automobilísticas, de tratores e implementos agrícolas: Mercedes Benz do Brasil SA, Chrysler Corporation, Ford do Brasil SA, Volkswagen do Brasil SA, Karmann Ghia do Brasil, General Motors do Brasil SA, Inzer Cummins, Saab Scania, Toyota, Agrale, CRT, Cia. Ind. Pasco, Kubota Tekko, Massey Ferguson, Valmet, Caterpillar, Tratores Fiat, Malves SA, Huber Warco, Vibro, Máquinas Agrícolas Ailvo EA e Cia. de Automóveis Sul-catarinense SA, representantes dos respectivos sindicatos, discutiram e analisaram as condições gerais de trabalho e demais problemas dos trabalhadores do setor.

"As delegações presentes à Conferência, imbuídas do propósito de melhorar as suas condições de salário e trabalho, bem como de oferecer às autoridades constituídas

soluções para os problemas existentes, como órgãos consultivos que não, de acordo com o que estabelece o art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho, deliberaram o seguinte:

"a — reafirmar que entendem como imprescindível o planejamento econômico, com a indispensável presença dos trabalhadores, para que o desenvolvimento do País não repita o ocorrido nos últimos tempos, quando o crescimento econômico se fez com acentuação das desigualdades regionais e pessoais na distribuição de renda.

"b — como a maioria das firmas do setor é parte integrante de grupos multinacionais, que encontram na baixa remuneração dos trabalhadores a razão para as suas operações no País, pugnar para que os interesses econômicos dessas empresas sejam subordinados aos interesses maiores do povo brasileiro.

"c — defender a necessidade da livre contratação coletiva de trabalho, para que as peculiares condições do setor, no que se refere a lucros, produtividade, nível de salários no País, em relação ao praticado internacionalmente, rotatividade de mão-de-obra, duração da jornada de trabalho, garantia de emprego, velocidade das linhas de produção em série etc., sejam devidamente regulamentadas, segundo o interesse do trabalhador e da produção.

"d — combater por todos os meios a coação exercida comumente pelas empresas, que exigem prestação de horas extraordinárias.

"e — ratificar os termos das reivindicações do movimento sindical brasileiro, aprovados no 12.º Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, realizado em Guarapari, ES, dando ênfase aos seguintes tópicos:

"1 — que os representantes de trabalhadores nas CIPAs sejam escolhidos em eleições livres, realizadas pelos sindicatos representativos da categoria profissional;

"2 — que esses representantes gozem de estabilidade provisória;

"3 — que os mandatos das CIPAs sejam de 3 anos e que os seus secretários sejam de livre indicação dos sindicatos;

"4 — realizar uma grande campanha junto aos trabalhadores, autoridades governamentais e empresas, para que sejam criados mecanismos que impeçam que as crises periódicas das indústrias de veículos acarretem o desemprego de grande número de trabalhadores;

"5 — intensificar a atividade sindical junto aos trabalhadores do setor, utilizando para isso todos os recursos disponíveis, tais como cursos, seminários, conferências, palestras, encontros etc.

"6 — criar um sistema de permanente contato e intercâmbio efetivo de experiências, dados técnicos, publicações e correspondências sobre a ação sindical junto aos trabalhadores das empresas do setor, sob a coordenação das Federações e do Departamento Profissional dos Metalúrgicos".

Reajustes liberados

ESP. - 2-08-74

A concessão de liberdade às empresas, para reajustarem os salários de seus empregados em níveis superiores aos permitidos pela política salarial em vigor foi anunciada ontem, no Rio, por técnicos do Ministério da Fazenda. A medida destina-se a melhorar a situação dos assalariados, elevando sua capacidade de consumo, e a superar a retração do movimento de vendas ocorrida no primeiro semestre.

O governo entende que o aumento geral dos níveis de preços, ocorrido nos primeiros seis meses do ano, tornaram necessários diversos reajustamentos setoriais na economia, inclusive a liberação da taxa de juros e o reajustamento dos níveis salariais. Com isso, tenta-se limitar a taxa de inflação aos 25 por cento admitidos oficialmente, até o final do ano.

Embora os técnicos da assessoria econômica do Ministério da Fazenda afirmem que a política salarial permanecerá inalterada em seu conjunto, ao liberar as empresas do rígido cumprimento de suas normas o governo completa um processo de realinhamento da sua política salarial, iniciado com a autorização para que a renovação dos acordos salariais pudesse ser feita na base de 24 por cento, para os próximos 12 meses. A base de reajuste anterior era de 17 por cento.

Caberá ao CIP fazer um rígido controle dos aumentos concedidos espontaneamente pelas empresas, acima do limite fixado, "para evitar repercussões inflacionárias". Dessa forma, segundo os técnicos do governo, somente serão absor-

vidos nos custos de produção apresentados pelas indústrias e repassados ao preço final dos produtos, os aumentos que tiverem sustentação no crescimento da produtividade.

O presidente da Confederação Nacional dos Clubes de Diretores Lojistas, Jorge Geyer, disse que a medida anunciada pelo governo poderá ter um significado positivo para o comércio, cujas vendas apresentaram um declínio no primeiro semestre deste ano. A Confederação, por sinal, já havia apresentado ao ministro Mário Henrique Simonsen um quadro demonstrativo da situação.

Ao demonstrarem a redução no movimento de vendas, os comerciantes incluíram entre suas causas a reduzida capacidade aquisitiva da população. No entanto, Geyer entende que, ao concederem aumentos salariais acima de 24 por cento, cada empresa deve examinar cuidadosamente a sua situação, verificando se o aumento corresponde a um real crescimento da produtividade.

"Caso contrário" — disse ele — "a medida será inflacionária". Finalizando, Geyer informou que, de acordo com os dados encaminhados ao ministro da Fazenda, as vendas do comércio da Guanabara tiveram uma queda real de quatro por cento, de maio para junho. No período de janeiro a junho, houve um aumento de 2,8 por cento, em relação ao primeiro semestre do ano passado. Esse aumento, no entanto, foi considerado nulo, pois situou-se em nível inferior ao crescimento da economia.

Barreira dos 25%

ESP. - 2-08-74

Os reajustes salariais concedidos pelo Tribunal Regional do Trabalho, na área da Guanabara, Estado do Rio e Espírito Santo, continuam geralmente inferiores aos 25 por cento anunciados pelo governo federal. Limitado pelos índices fornecidos pelo Departamento Nacional do Salário, o TRT julgou ontem quatro dissídios e concedeu 21 por cento para os trabalhadores da indústria de vidro da Guanabara, 22,5 por cento para os operários de joalheria e lapidação e 24,5 por cento para os empregados em

empresas de transportes de cargas.

Somente no quarto dissídio, suscitado pelos funcionários da Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesam), o Tribunal concedeu reajuste de 43 por cento, sobre os salários vigentes em fevereiro de 1972.

A sessão de ontem foi iniciada às 13 e 15, sendo discutida e negada, inicialmente, a validade do voto por carta de juiz ausente. Antes de decidir os dissídios, o Tribunal Pleno debateu, também, problemas relacionados com o próximo concurso de juiz trabalhista.

Falcão nada tem a declarar

ESP. - 9-07-74

O ministro da Justiça, Armando Falcão, disse ontem, em entrevista coletiva à imprensa, do seu prazer em conversar com os jornalistas credenciados junto ao Ministério, aos quais forneceu as informações que se seguem, na íntegra da entrevista:

Imprensa — Em que pé se encontra reforma do DPF?

Falcão — Perguntem ao coronel (Moacir Coelho, diretor do órgão). Nada tenho a declarar.

Imprensa — Qual a verba destinada a essa reforma?

Falcão — O coronel tem tudo isso. Podem perguntar a ele, com a minha autorização.

Imprensa — Foi divulgado há três semanas que o senhor reuniria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Falcão — Não anunciei isso. Pensel. Continuo pensando. Não tenho tido muita folga.

Imprensa — Quais os principais estudos ora elaborados pelo Ministério?

Falcão — Nada tenho a declarar publicamente.

Imprensa — É o registro único das pessoas naturais?

Falcão — Recebi mais uma etapa dos estudos.

Imprensa — O governo se oporia a uma reforma constitucional, apontada como indispensável para que se proceda à reforma do Judiciário?

Falcão — Nada a declarar.

Imprensa — Mas não há nenhum entendimento prévio sobre essa possibilidade?

Falcão — Não recebi os estudos sobre os tribunais.

Imprensa — Mas a reforma do Poder não pode ser feita sem uma reforma constitucional...

Falcão — Esse raciocínio é de vossa excelência.

Assim, ao final da entrevista, o ministro disse que recebera os jornalistas apenas para vê-los, que estava afastado do Ministério há alguns dias devido à viagem à Argentina, e que não poderia prever o dia em que daria informações à imprensa.

No Ministério da Justiça existe uma ordem, que é fielmente cumprida: apenas o ministro fala.

DESEMPREGADOS CULPAM PROTERRA

ESP. - 10-08-74

Há 70 dias que 219 famílias — cerca de 1.100 pessoas — que trabalharam em sete engenhos da Usina Central Barreiros, a 100 quilômetros do Recife, estão passando fome, sem trabalho, "em consequência da defeituosa aplicação do Proterra" — informou ontem a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco, a qual responsabiliza a Coordenadoria Regional do Incra no Estado pela situação.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Amaro Francisco da Silva, fez a denúncia à Federação e na semana passada o presidente deste órgão, Nativelino Nascimento, enviou um memorial ao ministro da Agricultura e ao presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, em Brasília.

Nesse documento, ele diz

que parte das terras dos engenhos Camocim, Rom Futuro, Fracilha, Duas Barras, São Domingos, Boa Esperança e Benfica foram cedidas ao Incra pela Usina Central Barreiros, por intermédio do Proterra. Em seguida, as terras foram redistribuídas entre 24 parcelheiros, dos quais apenas dois são trabalhadores rurais assalariados do Engenho Duas Barras.

"Uma vez consumada a transmissão de domínio das terras" — continua o memorial — "a Usina Central Barreiros, estribada no princípio da sucessão trabalhista, desligou do seu quadro de empregados os 219 trabalhadores rurais, e os sucessores — Incra ou parcelheiros — por sua vez, não cumpriram de fato a condição de empregadores em relação aos trabalhadores rurais em tela, os quais estão sem trabalho e sem salário, sujeitos à fome e ao desespero com suas famílias".

Esses 219 trabalhadores eram assalariados perma-

mente dos engenhos, devidamente registrados. Pelo menos a metade deles gozava de estabilidade e os demais estavam no emprego de dois a nove anos; 100 têm moradias nas terras.

De acordo com as leis do Proterra, deveriam ser aproveitados pelos novos proprietários, mas, após a transação, o Incra — que promove e executa a distribuição das terras prevista pelo Proterra — simplesmente ignorou sua existência — diz o presidente do Sindicato de Barreiros.

Ontem à tarde, na sede da Federação, ele afirmava que os trabalhadores se têm mantido graças aos alimentos e dinheiro doados pelos sindicatos da Zona da Mata Assini, "estamos tentando conter o pessoal, que só pensa em ir para o Sul". A situação, segundo se dizia ontem, repete-se em outras usinas onde o Proterra foi aplicado. Mas como ainda não se prova isso, espera-se uma comissão da Confederação dos Trabalhadores Rurais para constatar o problema e tomar providências.

No memorial, o presidente da Federação afirma que a legislação agrária editada a partir de 1964 legitimou "perspectivas otimistas quanto à redistribuição de terras como fator de promoção do trabalhador rural. Hoje, trabalhadores rurais e órgãos sindicais em Pernambuco, a propósito da execução do Proterra, confrontam suas legítimas expectativas com os fatos de Barreiros e constatam que fatos e legítimas expectativas se afrontam".

Por isso, ele solicita, no memorial, algumas correções: "Acelerar a indispensável e já anunciada reformulação do Proterra, compatibilizando-o com o Estatuto da Terra e com a filosofia da Mensagem 33; reformular em profundidade os critérios de dimensionamento das parcelas e da seleção dos parcelheiros atualmente usados pela Coordenadoria Regional do Incra em Pernambuco, de modo que pelo menos os 6,7 por cento dos recursos do Proterra destinados à reforma fundiária beneficiem trabalhadores rurais".

Incra diz que Sindicato mente contra Proterra

ESP. - 24-08-74

O presidente do Incra, Lourenço Vieira da Silva, considera infundada e de objetivos políticos a denúncia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros (PE) de que 219 empregados da Usina Central Barreiros foram desalojados pelo Proterra. Contudo, esclareceu que, se desejarem, os trabalhadores poderão ser transferidos para outras glebas no Nordeste ou mesmo para regiões em que o Incra executa programas de colonização.

Segundo o Sindicato, os 219 trabalhadores — alguns com estabilidade — não foram encampados pelo Incra nem pelos novos proprietários dos 3.178 hectares que a Usina Central Barreiros vendeu ao Instituto para posterior distribuição entre 27 agricultores. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco da Silva, foi a Barreiros no fim da semana passada e voltou ao Recife ratificando a denúncia. O Ministério do Trabalho, acolhendo reivindicação dos trabalhadores, decidiu ocupá-los em obras de restauração de estradas e pagá-los um seguro desemprego equivalente à metade do salário mínimo regional, Cr\$ 133,20.

AGITAÇÃO

Na presidência do Incra, em Brasília, há um processo sobre a questão, instruído com pareceres do delegado do Instituto em Pernambuco, Sérgio Aragão Pereira. Num deles o delegado diz que as informações do presidente do Sindicato Rural "são distorcidas, com a finalidade de subverter a ordem, pois sabemos que Amaro Francisco da Silva, cujo procedimento, desde o início dos trabalhos de implantação do Proterra, tem sido de acusações indevidas". Amaro da Silva, diz o delegado do Incra, é um agitador "provavelmente orientado pelos líderes remanescentes das antigas Ligas Camponesas. Como é sabido, foi no município de Barreiros que agitadores como Julio Santana, comandado por Gregório Bezerra, fizeram daquela região sua colina de subversão".

"Todos os beneficiários" — os que receberam terras do Incra — "possuem tradição como agricultores pois são pessoas que antes do assentamento nas glebas eram arrendatários, lavradores, administradores de engenho ou, então, simplesmente trabalhadores rurais". O delegado do Incra em Pernam-

buco admite "que, em alguns casos, arrendatários possuem pequeno comércio no próprio imóvel".

Desta forma, o Incra rebate a denúncia do presidente do Sindicato, de que, dos 24 (27, segundo o Instituto) parcelheiros apenas 2, efetivamente, são trabalhadores rurais. O resto são rendeiros, comerciantes, industriários e dois que não sabem sequer onde ficam as terras que ganharam, pois ainda não foram vê-las. Ainda segundo o Sindicato, um funcionário do Incra, ao inscrever os parcelheiros para receberem os lotes, pediu que o Sindicato endossasse uma lista de nomes, mas o presidente Amaro da Silva diz ter se recusado.

E OS TRABALHADORES?

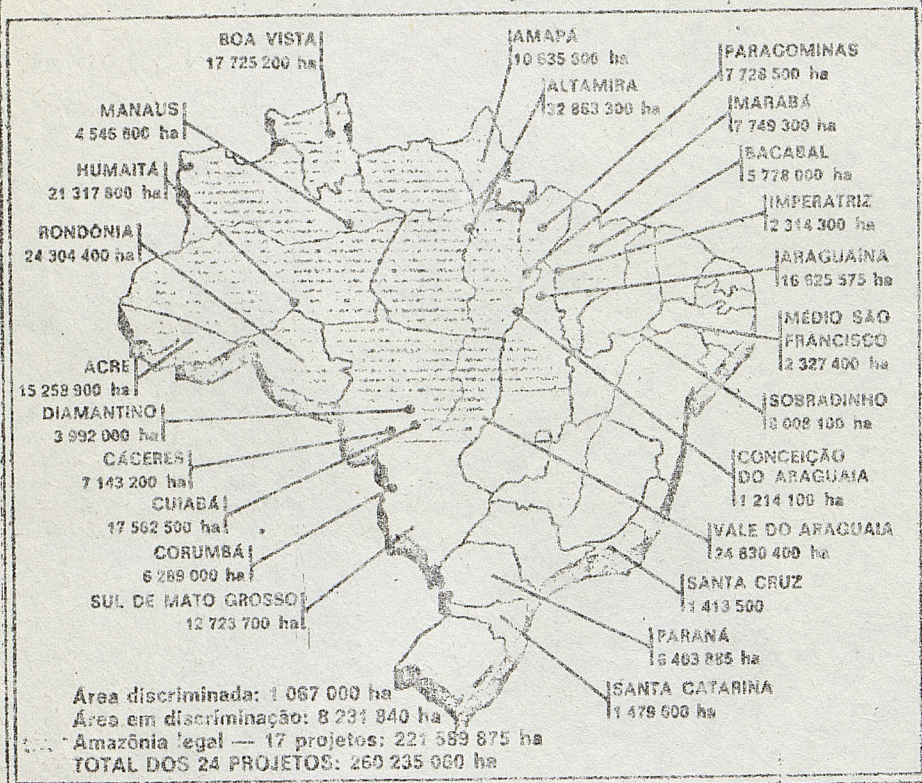
"Quanto à relação fornecida pelo Sindicato, dos moradores residentes nos imóveis" — continua o parecer do delegado do Incra — "não podemos ajuzar se os mesmos devem ser indenizados, uma vez que continuam em suas tarefas, sem qualquer atrito, surgindo de vez em quando o presidente do Sindicato para levantar o problema. Informamos que esta mão-de-obra é altamente ne-

cessária e não se encontra ociosa, pois os beneficiários necessitam, como médios proprietários, de sua utilização".

Um gerente da Usina Central Barreiros, no entanto, disse que o próprio Incra comprometeu-se a amparar os trabalhadores rurais — que a usina não consideraria mais como seus empregados. Estes trabalhadores, ainda segundo o parecer do delegado do Incra em Pernambuco, não puderam ser aproveitados pelo Proterra por falta dos "requisitos necessários para a aquisição de terra, viabilizando-se, entretanto, técnica e economicamente, o seu aproveitamento como mão-de-obra auxiliar". Por sua vez, o presidente Lourenço Vieira da Silva assegurou, ontem, que os trabalhadores estavam desocupados devido à entressafra, mas "o Ministério do Trabalho já se dispôs a conseguir alocação para esse pessoal trabalhar na construção de estradas da região até que recomece a safra agrícola".

ONDE ESTÃO AS TERRAS EM LITÍGIO

áreas em litígio



Rev. Veja

ESP. - 7-04-74

Itapetininga sem Sindicato

A pesar de criado há quase seis meses, o Sindicato Rural de Itapetininga ainda não entrou em funcionamento, privando os denominados bóias-frias de qualquer tipo de assistência, tanto no setor médico-hospitalar, como na parte jurídica, e tornando-os elementos marginalizados dentro do município.

Em Itapetininga, existem aproximadamente quatro mil trabalhadores enquadrados naquela categoria procedentes da zona rural, que agora habitam a área periférica da cidade. Moram em pequenos casabres, na maior promiscuidade, formando verdadeiras favelas. Ganham, na época das safras, de 10 a 15 cruzeiros por dia e são, na maioria, analfabetos.

Viajam diariamente em caminhões, saindo de madrugada para as propriedades agrícolas e retornam à noite. Na entressafra, perambulam pelas cidades, pois não sendo especializados, dificilmente encontram trabalho em qualquer setor. Normalmente, são contratados por turneiros que ajustam serviços na lavoura e se encarregam, também, do pagamento aos trabalhadores. Esses empreiteiros ganham de dois a três cruzeiros por bóia-fria contratada. Nenhum deles é sindicalizado e, quando adoece, são tratados como indigentes.

Vários acidentes envolvem frequentemente esses trabalhadores, causando a morte de muitos deles. Na última semana, um caminhão, transportando turmas de trabalhadores, chocou com outro. Morreram três bóias-frias e 27 ficaram feridos. Os caminhões que os transportam não oferecem nenhuma segurança, faltando-lhes normalmente, embreagens e freios.

Embora a Polícia Rodoviária fiscalize com rigor esses veículos, os abusos continuam. Agora, pensa-se em proibir o transporte de menores. Prevalece, também, a imoralidade dos turneiros ou encarregados, seduzem as trabalhadoras mais novas e bonitas, colocando-as em melhor situação do que as outras, em relação ao trabalho nas atividades agrícolas.

Jagunços matam pela terra no oeste do Paraná

ESP. - 30-07-74

Uma pessoa morreu e diversas ficaram feridas durante o ataque de um grupo de jagunços armados com espingardas e revólveres contrabandeados do Paraguai. Segundo informações policiais, os criminosos teriam sido contratados por Felício Maquionete, que se diz proprietário da Fazenda Marfim, localizada em Celso, município de Santa Teresa, no Oeste do Paraná. Soldados do Exército e policiais civis e militares foram mobilizados e já conseguiram capturar Sebastião José Teodoro, Jovino Alves, Isidoro Pereira e Antonio Alves dos Santos, que participaram da emboscada, estando à procura dos demais. Também foi pedida ajuda das autoridades gaúchas, pois Felício teria fugido para o Rio Grande do Sul. Com cem alqueires, a Fazenda Marfim pertenceria a um médico, mas Felício Maquionete dela se apossou, arrendando-a a 15 famílias, que ali fizeram pequenas culturas de subsistência. Há cerca de cinco anos, Felício resolveu retomar parte da área, mas houve resistência por parte dos arrendatários, que diziam ter sido o contrato feito por tempo indeterminado.

Inconformado, Felício Maquionete contratou os jagun-

ços Josino Alves, João Apolinário, Antonio Camargo, Antonio Carpinteiro, João Ribeiro, Sebastião José Teodoro, Isidoro Pereira, Antonio Alves dos Santos e outros não identificados. A ordem foi matar as 15 famílias e seu assalariado, a começar por Pedro Camargo de Andrade, que liderava os arrendatários. Este último, no entanto, soube dos planos e, quarta-feira passada, foi a Cascavel em companhia de dois filhos menores (de 5 e 7 anos e do irmão, Moisés Camargo, denunciador Felício à Polícia e pedir garantias de vida. Moisés retornou logo à fazenda, mas Pedro só voltou na sexta-feira e foi atacado pelos jagunços, a 500 metros de sua casa. Uma das crianças — a de cinco anos — conseguiu fugir e avisou aos parentes que seu pai fora emboscado. Moisés, a mulher e outro filho de Pedro, de 20 anos, em companhia de vizinhos, armaram-se e foram enfrentar os criminosos, sendo recebidos a bala, mas conseguindo fazer com que fugissem. Pedro foi removido em estado gravíssimo para o Hospital de Cascavel, finalmente com outras pessoas que foram baleadas. Moisés Camargo não resistiu ao ferimento e morreu no local.

Jagunços matam operários rurais

ESP. - 26-06-74

Jagunços contratados por fazendeiros de Conceição do Araguaia, no Norte de Goiás, mataram quatro trabalhadores que se revoltaram contra as condições de vida impostas pelos proprietários rurais da região. Informaram ontem, em Brasília, fontes ligadas ao Ministério do Trabalho.

A revolta foi provocada pelo regime de semi-escravidão ao qual os patrões sujeitavam seus empregados, vendendo os grãos alimentícios de primeira necessidade a preços exorbitantes nos armazéns de suas propriedades. No fim do mês, os descontos reduziam os ordenados dos trabalhadores a importâncias insignificantes.

Os mesmos informantes revelaram, ainda, que se verificaram vários casos de moléstias infecciosas entre os trabalhadores, "sem que os patrões tomassem providências".

Auditoria condena 14 por subversão

ESP. - 23-08-74

Vinte e seis indiciados em processo de subversão, como filiados à organização clandestina Ação Popular Marxista-Leninista, foram julgados ontem pelo Conselho Permanente de Justiça Militar da 1.ª Auditoria em São Paulo. Foram condenados 14 deles e 12 absolvidos.

A pena maior — de cinco anos de reclusão, com suspensão dos direitos políticos por 10 anos — foi aplicada aos seguintes indiciados: Haroldo Rodrigues de Lima, Jair Ferreira de Sá, José Renato Rabelo, Paulo Stewart Wright.

Foram condenados a 3 anos, com suspensão dos direitos po-

líticos por 5 anos, os seguintes: Maria de Fatima Azevedo, Pedro Pereira do Nascimento; a dois anos de reclusão: Antonio Norival Soave, Beatriz do Vale Bargieri, Valdemir Bargieri (com suspensão dos direitos políticos por cinco anos); José Milton Ferreira de Almeida; a 15 meses: Osvaldo Rocha; a 1 ano: Carlos Fernando da Rocha Medeiros; a 6 meses: Tertuliano Ambrosio da Fonseca (já cumprida); a 4 meses: Maria Madalena Pinto Soares.

Marinha

Foram absolvidos ontem, por insuficiência de provas, pelo Conselho Permanente de Justiça da 1.ª Auditoria da Marinha, Alex Polari de Alverga,

Lucia Veloso de Alverga, José Roberto Gonçalves de Resende, Adair Gonçalves Reis, Alfredo Helle Sirkis, Teresa Angelo e Walter Ribeiro de Novais.

Os sete foram acusados de se apossarem de dois caminhões carregados de gêneros alimentícios, retirados de um armazém da Guanabara, conduzindo-os para a favela denominada Rato Molhado. Ali, teriam distribuído alimentos aos pobres, feito discursos subversivos e distribuído panfletos. Além dos acusados, também teria tomado parte na ação

morto posteriormente em choque com setores de segurança.

Os Lusíadas

Manifesto defende deputado

ESP. 7-09-74

Personalidades e entidades representativas dos diversos setores da sociedade brasileira enviaram abaixo-assinado aos ministros do Supremo Tribunal Federal, afirmando que o processo movido contra o deputado Francisco Pinto "contraria a Constituição e fere os mais elementares direitos da pessoa humana".

Assinam o documento, entre outros, Sobral Pinto, Alceu de Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Antonio Callado, Hermes Lima, Antonio Houaiss, Dias Gomes, Samuel Pessoa, Euryale de Jesus Zerbini, Otto Maria Carpeaux, José Honorio Rodrigues, Erico Verissimo, Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Buarque de Holanda, Helio Cláudio Fragoso, Antonio Evaristo de Moraes Filho, Lygia Fagundes Telles, além de dirigentes de diretórios acadêmicos, parlamentares federais e estaduais, artistas de rádio, televisão, cinema e teatro, e o ex-presidente Janio Quadros.

Apelo por 2 jornalistas

ESP. - 27-07-74

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Elmano Cruz, pediu aos ministros da Justiça, Exército, Marinha e Aeronáutica, ao chefe do Gabinete Civil da Presidência da República e ao governador Laudo Natel providências para imediata libertação dos jornalistas Narciso Kalili e Georges Lafit, recentemente detidos em São Paulo e colocados à disposição dos órgãos de segurança.

Pedido semelhante foi feito pelo presidente da ABI ao comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Nello, por meio da seguinte carta: "Chegou ao conhecimento da Associação Brasileira de Imprensa que se encontram detidos, à disposição da 'Operação Bandeirantes', os jornalistas Narciso Kalili e Georges Lafit Bourdakan, editores do telejornal 'Hora da Notícia', da TV Cultura de São Paulo, recentemente afastados de seus cargos e demitidos.

Segundo estamos informados, a demissão e posterior prisão dos dois jornalistas se deveu exclusivamente ao fato de que, agindo com plena consciência profissional, recusaram-se a dar um tom faccioso ao noticiário que editavam, apenas para servir a possíveis interesses do governo do Estado de

São Paulo, concessionário do referido canal de televisão.

A Associação Brasileira de Imprensa, que sempre procurou defender o livre exercício da profissão, de acordo com o que mandam os seus estatutos, não pode eximir-se ao dever de dirigir-se a vossa senhoria, na esperança de que utilize os meios ao seu dispor para suspender a prisão dos dois jornalistas e apurar as verdadeiras razões e os responsáveis por sua detenção".

EXERCITO

A seção de Relações Públicas do II Exército informou ao presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, Romeu Anelli, que a prisão dos jornalistas do Canal 2, não foi motivada por problemas trabalhistas com a emissora, mas a possíveis ligações dos detidos com elementos de esquerda. Esclareceu-se também que os dois jornalistas estão sendo bem tratados e que tão logo terminem as investigações serão libertados.

Romeu Anelli, após ter comparecido ao Departamento de Polícia Federal, ontem à tarde, foi ao QG do Ibirapuera procurando avistar-se com o general Ednardo d'Ávila Nello, comandante da guarnição, sendo atendido pela seção de Relações Públicas do II Exército.

Shop.News

Caso Visão

29 - 09 - 74

SIGILOSO UM: A briga no Grupo "Visão" continua. Após um primeiro entrevisto verbal, já se afastou da direção (embora houvesse o compromisso de permanecer) o ex-proprietário Said Farhat. Demitido também o chefe da redação, assumiu o grupo do "Jornal da Tarde" (profissionais do JT...) com Edvaldo Alves da Silva e Carlos Brickman entre eles. Sindicato dos jornalistas vai protestar contra o atual "dono", Henri Maksoud. Teme-se pela repetição do episódio do "Correio da Manhã", no Rio.

ESP. 4-04-74

Memorial

DE JORNALISTAS DE ECONOMIA

A Associação dos Jornalistas de Economia de São Paulo encaminhou documento ao presidente da República, no qual reivindica uma maior participação da classe no debate dos problemas econômicos do País e aponta as limitações atualmente impostas ao exercício profissional.

Apelo Geisel

ESP. - 28-06-74

"A Universidade deve ser um centro de criação, desenvolvimento e difusão de ideias, produto da sociedade e voltada para ela, razão pela qual os universitários, estudantes e educadores, não constituem categoria à parte, mas componentes dessa mesma sociedade. A afirmação, contida em memorial encaminhado ao presidente Ernesto Geisel por professores, escritores, artistas e parlamentares, conclui solicitando ao chefe do governo o relaxamento da prisão de cinco estudantes, ocorrida depois de recente invasão da Universidade de São Paulo.

Entre outros, subscrevem o documento Alceu Amoroso Lima, Heráclito Sobral Pinto, Henrique Cardoso, Antonio Houaiss, Otto Maria Carpeaux, Joaquim Pedro de Andrade, Lygia Fagundes Telles, Paulo Emilio Sales Gomes, Franco Montoro e Ulysses Guimarães. Afirmam que os referidos presos "vivem em local conhecido atenderam a todas as intimações do BEOPS e exerciam suas atividades representativas e profissionais de forma pública".

CONCEITO ESTRATEGICO NACIONAL

ESP. - 2-06-74

Os Objetivos Nacionais esboçados pela Escola Superior de Guerra, para efeito didático, apresentam variações e, a rigor, observa Amaral Gurgel, não traduzem concepção oficial. Donde ter ele tomado por base, para sua análise, os Objetivos Nacionais Permanentes formulados e explicitados no anteprojeto de Conceito Estratégico Nacional divulgado em 1968, único documento a que se pode atribuir cunho oficial e até hoje conhecido no esclarecimento de informações dessa natureza.

Por Estratégia Nacional, segundo o conceito vigente, entende-se a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional, tendo em vista a conquista ou manutenção de objetivos fixados pela Política Nacional, a despeito dos óbices, que são os elementos que podem criar obstáculos à Política Nacional, tanto na área do Desenvolvimento como da Segurança. Agrupam-se os óbices em três categorias: fatores adversos, antagonismos e pressões.

Em 1968, o governo brasileiro, então presidido pelo marechal Costa e Silva, elaborou tal anteprojeto que, obedecendo a metodologia preconizada pela ESG, veio a estabelecer os "Objetivos Nacionais Permanen-

tes", os "elementos essenciais da Política Governamental" e a "premissa de segurança interna", figurando entre os Objetivos Nacionais Permanentes: aprimorar o regime democrático representativo, em função dos princípios fundamentais da democracia e através do aperfeiçoamento do processo político nacional.

Ao mesmo tempo apresentavam-se os Elementos Essenciais da Política Governamental: "a) no campo político interno: 1) preservar e fortalecer o regime democrático, aperfeiçoando o sistema federativo; 2) consolidar a reforma administrativa, visando dinamizar e racionalizar a administração federal; 3) aperfeiçoar e complementar a legislação em vigor, especialmente no que respeita aos códigos e à organização judiciária; 4) aprimorar as relações entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; 5) prosseguir a obra revolucionária, mantendo e consolidando as suas idéias, princípios e objetivos; 6) resguardar as instituições, a lei e a ordem.

A Premissa de Segurança Interna assim se configurava no documento: "2 — O pleno funcionamento da Constituição de 1967 exige a ação de um Po-

der Executivo forte, um Poder Legislativo atuante na sua função política, um Poder Judiciário prestigiado e acatado. No âmbito do povo, impõe-se o esclarecimento da opinião pública sobre os propósitos e as ações dos responsáveis pelo governo".

E se indicavam os objetivos da Política de Segurança Nacional: "1) — Consolidação da democracia e manutenção da estabilidade política; 2) — Neutralização da ação do comunismo internacional no País; 3) — Garantia do desenvolvimento harmonico do País; 4) — Anulação das atividades dos grupos econômicos externos e internos, contrários aos interesses nacionais; 5) — Manutenção da segurança continental e paz mundial".

Mas, poucos meses após a elaboração do Conceito Estratégico — que datara de agosto de 1968 — os acontecimentos precipitaram a expedição do Ato Institucional n.º 5, com repercussões na ordem jurídica e, conseqüentemente, nos rumos da política governamental. O teor do AI-5 é bem claro a respeito dos acontecimentos que o determinaram, desnecessária aqui a sua reprodução.

O surto de meningite

Visão -5-08-74

A falta de coordenação nas medidas tomadas pelas autoridades para enfrentar o surto de meningite em várias cidades brasileiras contribuiu para agravar as conseqüências da moléstia, aumentando o número de vítimas fatais. Ficou evidenciado que o sistema médico-hospitalar do país, tanto o público quanto o privado, não possui nenhum plano para atender a essas situações, o mesmo ocorrendo com a indústria farmacêutica e com os laboratórios oficiais, como o Instituto Butantan e o Instituto Oswaldo Cruz. É impossível deixar de estabelecer correlações com o alarmante "deficit" de serviços públicos essenciais, como água tratada e esgotos, nas cidades mais atingidas pelo surto. Com grande dose de irrealismo, médicos e responsáveis pela saúde pública recomendavam aos habitantes das áreas de maior incidência da doença alimentação rica em proteínas, banhos diários, ambientes arejados e atastamento das aglomerações. Grande número de vítimas residia em bairros de renda baixa, onde dificilmente se consegue seguir esses conselhos médicos. Não foi este o primeiro surto de meningite. Já há alguns anos a doença vem provocando muitas mortes durante o inverno, mas isso não foi suficiente para motivar uma ação mais eficaz por parte do poder público e da iniciativa privada com responsabilidades no setor de saúde.

MORTALIDADE DE INFANTIL

ESP. -14-06-74

Em cada mil crianças que nascem no Brasil, 105 morrem antes de completar um ano. No Norte, o índice é de 70 por mil; no Nordeste, 180 por mil; no Sudeste, 76 por mil; no Sul, 78 por mil; e no Centro-Oeste, 87 por mil. A revelação foi feita pelo ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado, quando esteve na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados. Acrescentou o ministro que estudos da Organização Mundial da Saúde, no Nordeste, comprovaram que 60 por cento das crianças sofrem de deficiências alimentares várias.

Meningite 412 mortos em 28 dias (ESP. -29-09-74)

Depois de chegarem a 252 na quinta-feira, as altas nos hospitais destacados pela Secretaria da Saúde do Estado para o tratamento dos doentes de meningite caíram na sexta-feira para 163. O número de internamentos permaneceu estável: mais 222 pacientes deram entrada nos hospitais e os gráficos da Secretaria registraram 15 mortes. Com isso, a meningite já fez 412 vítimas fatais este mês na área da Grande São Paulo.

Os hospitais continuam também praticamente superlotados, pois há 2.369 pacientes internados recebendo intenso tratamento médico.

Eleições Estudantis: USP

ESP. 18-09-74

No dia 23, quando os 28 mil estudantes da USP escolheram os seus seis representantes oficiais no Conselho Universitário, terão uma opção que não encontravam há muitos anos: uma chapa preocupada com problemas esportivos — como a melhor utilização da Rota Olímpica da Cidade Universitária — e com questões técnicas — como o controle rigoroso das boas condições físicas do acervo das bibliotecas da USP.

Esta chapa, chamada de "Integração", é formada por estudantes de Direito, Engenharia, Medicina, Filosofia, Comunicações, e Veterinária, mas não é apoiada por nenhum centro acadêmico. E até agora, não é muito conhecida pelos alunos seus integrantes. Enio Arantes, Paulo Pimenta, Mauro Ferreira, Diogo Fernandes Filho, Tiago Correa e José Guerra ainda não começaram sua campanha eleitoral. Fizeram apenas rápidas aparições nas salas dos estudantes dos primeiros anos e se comunicam com os outros colegas por meio de panfletos pregados nos murais.

Para o presidente do Grêmio Politécnico, Marepe Helano, "esta tipo de preocupação revelado pelos membros da chapa 'Integração' pode ser relacionado com as últimas tendências governamentais de influenciar nas universidades através dos próprios estudantes". E segundo a maioria dos membros das entidades estudantis da USP, "um programa tão desligado da maioria das questões vitais da Universidade não poderá encontrar apoio dos estudantes".

Por isso, eles estão empenhados em esclarecer as diferenças entre as chapas que, secretamente, disputarão com possibilidades as eleições deste ano.

Como primeira passo, os integrantes da Chapa Re-Unir já providenciaram a renúncia de 15 candidatos da Escola de Comunicações e Artes a Arquitetura e Urbanismo para poder assinar um programa comum e não dispersar esforços. Esses alunos tinham sido escolhidos como candidatos a representantes nas classes de aula, mas vão apoiar os cinco candidatos da Re-Unir.

Esta chapa tem cinco candidatos — Milton de Arruda, (Medicina), Antonio Arnot (Arquitetura), Edson Almeida (Comunicações), Antonio Makaron (Politécnica), Gilson Abdu (Econômica). O sexto candidato, Hugo Vilas Boas, da Agronomia de Piracicaba, não pertence à chapa, mas é apoiado por ela.

A Chapa Unidade, por sua vez, reúne o apoio da maioria dos centros acadêmicos da USP: no total, 13 entidades as-

sinaram o programa comum. A proposta da Unidade, em resumo, é esta: "um ensino que promova a visão e atuação críticas frente à realidade, públicos, e gratuito; liberdade de manifestação e organização dos estudantes; manutenção e ampliação dos serviços gratuitos da Universidade; uma vivência universitária que dê condições à criação artística, cultural e ao debate".

Para os integrantes da Chapa, os limites da representação oficial, no Conselho Universitário, para defender esta proposta, devem ficar bem claros: "O CO é um órgão que pouco pode influir na política educacional". Por isso, esses estudantes dizem que "é apenas uma forma a mais na defesa dos estudantes, forma que perde todo seu significado sem a vinculação à entidade de fato representativa, que é o centro acadêmico".

Os candidatos da Chapa Unidade são indicados pelos centros: Luiz Henrique Alves (Medicina São Paulo), Antonio Bresciani (Politécnica), Marcelo Garcia (Medicina de Ribeirão Preto), Eugênia Cristina Godoy, (Direito), João Fernandes (Engenharia de São Carlos), José Arantes, (História), André Martin (Geografia), Carmen Prado (Física).

Em protesto, alunos da PUC-GB renunciam

Para evitar um enfraquecimento dos seus diretórios, os representantes estudantis nos conselhos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro renunciaram ontem a seus mandatos. A reitoria da PUC havia prorrogado os mandatos, com o objetivo — segundo os alunos — de evitar o comparecimento dos estudantes nas eleições para os diretórios.

Anteriormente, as eleições para representante nos conselhos coincidiam com a votação para os diretórios. Como o voto estudantil para os diretórios não é mais obrigatório, segundo o novo estatuto da PUC, a prorrogação dos mandatos poderia implicar no baixo comparecimento à eleição dos dirigentes dos órgãos, marcada para sexta-feira. A escolha dos representantes nos conselhos foi fixada para 19 de outubro data que deve ser mantida. A renúncia teve assim, o caráter de protesto.

Também a Universidade Federal Fluminense terá eleições para a representação estudantil nos órgãos colegiados. Inscreveram-se para disputar as 22 vagas cerca de 50 estudantes. Deverão votar pouco mais de 15 mil alunos.

Nas eleições da USP, votos

ESP. - 24-09-74

Deverá chegar a 29 mil o número de votos nas eleições realizadas ontem para a representação estudantil no Conselho Universitário da USP, número que no ano passado atingiu exatamente a metade. A previsão, feita ontem por alguns candidatos, reflete a mudança da atitude dos alunos em relação à representação estudantil no Conselho. As chapas únicas dos dois anos anteriores foram substituídas, este ano, por três, totalizando 38 candidatos. Destas, a Integração é a que menos votos conseguirá, aparentemente, reduzindo a eleição a duas candidaturas fortes, as chapas Unidade e Reunir.

As tão discutidas (semelhanças e diferenças dos programas destas duas chapas acabaram provocando uma movimentação ainda maior que a esperada durante as eleições. Próximo às urnas eram colocados painéis com recortes de matérias de jornais a respeito, programas impressos, cartazes;

de de Direito do Largo São Francisco, "onde conseguirá no máximo uns 100 votos".

Com maior concentração de votantes no período da manhã, nos cursos de horário integral, e depois à noite, para os noturnos, nenhuma escola repetiu as baixas votações do ano passado, como o curso de História, que teve 14 votos no período noturno. Até a possibilidade de aumentar a representação estudantil no Conselho para 15, como diz a legislação federal, substituindo o 1/10 regulamentado pela USP era discutida pelos candidatos. Alunos ficavam durante o dia todo explicando aos que iam votar os objetivos de cada uma das plataformas. A Integração, além de uns poucos cartazes nos quais foram acrescentadas outras frases, e até cruzes suásticas, não fez propaganda na Cidade Universitária. Segundo um aluno, o único lugar onde ela se preocupou em divulgar seu programa foi na Faculda-

PRISÃO

ESP. - 21-06-74

Cinco estudantes ligados ao Comitê de Defesa de Presos Políticos — formado na Universidade de São Paulo por um grupo de pessoas de diversos ramos de atividades — foram presos pelo Dept. acusados de prepararem boletins considerados subversivos. É o seguinte o comunicado oficial:

"A Secretaria de Estado da Segurança Pública, através do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, procedeu investigações policiais em torno da feita distribuição de panfletos de responsabilidade do Centro Acadêmico Visconde de Cairu, contendo dizeres capitulados como delito na Lei de Segurança Nacional e contrários ao regime e às autoridades constituídas.

No curso das diligências policiais efetuadas, amparadas na legislação vigente, agentes de segurança surpreenderam os estudantes Gustavo Alberto Bussinger, Alvaro Antonio Zini Junior e Ronaldo de Almeida Lima, quando preparavam material para panfletagem, razão pela qual foram autuados em flagrante delito na forma da lei. No local, os agentes apreenderam feito material subversivo, bem como máquinas usadas para impressão de jornais, panfletos, etc. Apurou-se também a implicação de Evandir Vaz Lima e Ricardo Komori, que foram detidos.

Todas as detenções foram comunicadas incontinenti ao MM. Juiz Auditor, de conformidade com a Lei de Segurança Nacional São Paulo, 19 de junho de 1974".

No ABC espera-se solução

ESP. - 15-05-74

Os alunos da Faculdade de Medicina do ABC aguardam para hoje a visita do diretor do DAU — Departamento de Assuntos Universitários — do Ministério da Educação, que terá com eles um diálogo objetivando resolver a crise em que se acha a escola desde o final do ano passado.

Juho Cruz, do Diretório Acadêmico, disse ontem que a visita do diretor do DAU é aguardada com ansiedade, pois se espera que ele resolva o problema que atinge a Faculdade de Medicina.

O prefeito em exercício de São Bernardo do Campo, Elcio Candido — que esteve em Brasília com os demais prefeitos do ABC, tratando de problemas da escola junto ao Ministério da Educação — informou na quarta-feira passada que há possibilidade de readmissão de seis dos professores dispensados. O único fora de cogitação é o professor Marcelo Marcondes, ex-diretor do Departamento de Clínica Médica. Entretanto, os alunos consideram que, nestes termos, a solução é impossível porque os demais professores afastados se negariam a voltar à escola se Marcelo Marcondes não fosse readmitido.

E.S.P. - 24-05-74

UM CONFLITO QUE UNE A USP

Antes disso, porém, diretor e alunos tinham discutido exaustivamente o problema — inclusive no Conselho de Ensino e Pesquisa da USP. O professor Manuel Nunes Dias insistia em que três alunos se responsabilizassem pelo mural e os estudantes apresentavam uma lista com aproximadamente 400 assinaturas colhidas no corpo discente da ECA, declarando-se coletivamente responsáveis.

Paralelamente, os estudantes fazem uma série de acusações ao modo pelo qual o professor dirige a ECA, recebendo o apoio do Conselho de Centros Acadêmicos. O assunto foi levado por eles ao Conselho de Ensino e Pesquisa — órgão central da Universidade — pedindo um pronunciamento.

De acordo com o reitor Orlando Marques de Paiva, o problema deve ser discutido inicialmente pelo Conselho Técnico-Administrativo da própria ECA, que deve se reunir em abril. Por enquanto — afirma o professor Paiva — a reitoria não pode fixar uma posição.

Em princípio, era apenas um atrito entre estudantes e o diretor de sua faculdade, por eles considerado arbitrário. Um problema que surge frequentemente em muitas escolas. No entanto, o conflito entre o diretor da Escola de Comunicações e Artes da USP e seus alunos assumiu propor-

ções maiores. Nos últimos dias, estudantes de várias outras faculdades procuraram a ECA para apoiar o Centro Acadêmico.

Embora o ponto inicial da crise tenha sido a proibição do jornal mural da escola pelo diretor Manuel Nunes Dias, os problemas entre ele e o Centro têm origens anteriores. Praticamente desde que o professor Nunes Dias assumiu a diretoria, os estudantes criticam as medidas tomadas

por ele. No entanto, o conflito direto surgiu com a proibição do mural, no início do ano letivo.

Durante alguns dias, os alunos continuaram a preparar os murais. E o diretor mandava arrancá-los. Mas, quando o professor Nunes fez uma conferência para os calouros, no fim da primeira semana de aulas, houve uma discussão séria entre ele e alguns estudantes. Em seguida, o Conselho de Centros Acadêmicos — órgão que reúne os

centros de várias escolas superiores — divulgou um comunicado, solidarizando-se com os estudantes da ECA.

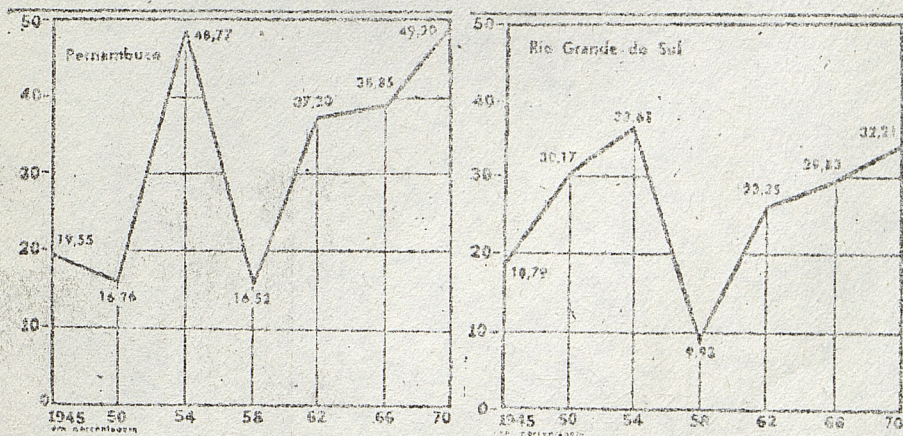
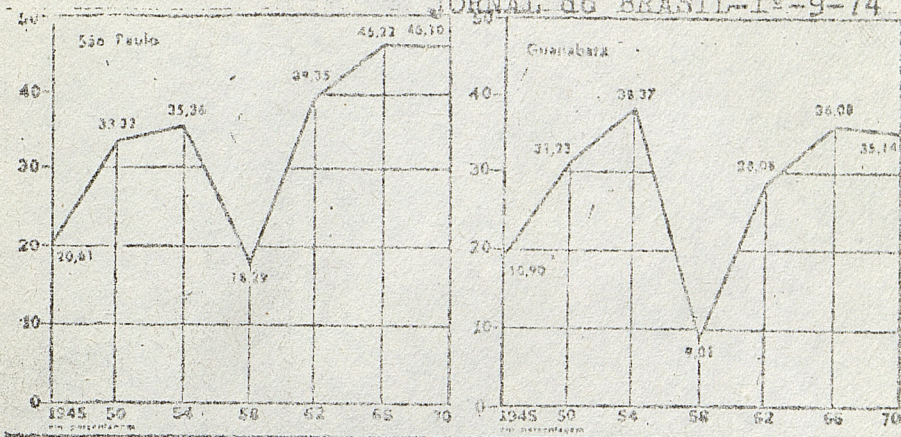
Esta semana, houve a Operação-Visita, em que estudantes de outras faculdades foram à ECA apoiar seus alunos. Na quinta-feira, Manuel Nunes Dias decidiu permitir o mural: de acordo com ele, essa medida foi tomada porque o Centro responsabilizou-se pelo jornal, exigência do diretor que até então o órgão não teria aceito.



Jornal Brasil

A PROGRESSÃO DO VOTO NULO

JORNAL do BRASIL-19-9-74



MDB: os temas para motivar o eleitorado

ESP.-28-07-74

Que deve fazer o MDB no sentido de sensibilizar o eleitorado para suas teses, superando a imagem de um partido em processo de esvaziamento, incapaz de manter unidos os seus quadros e de polarizar o sentimento oposicionista do País? Esta a grande questão para a qual seus candidatos ao pleito parlamentar de novembro ainda não tem resposta. A direção emedebista recomenda a todos que enfatizem o problema do custo de vida, bem como da falta dos direitos e garantias individuais, mas a fórmula, ainda que teoricamente eficaz, já foi testada negativamente em outros pleitos. As urnas é que irão responder, duvidando-se que, até lá, possam surgir novos temas para a campanha oposicionista.

Apesar de otimismo forçado que devem manter os líderes do MDB, para infundir não apenas coragem em seus candidatos, mas confiança no eleitorado, a situação é delicada para todos. Talvez nem mesmo possam reeleger o mesmo número de deputados federais, tendo-se como certo que não irão manter os sete minguados senado-

res que possuem, de um total de 66.

ULISSES

Para o presidente do partido, deputado Ulisses Guimarães, sem sair do campo político o MDB fará incursões eleitorais nos setores social e econômico, em perfeita coerência com seu programa. Já o deputado Fernando Lyra (MDB-PE) acha que limitando-se a denúncias retóricas aos desníveis sociais, má distribuição de rendas, baixo nível sanitário da população e outros problemas correlatos, o MDB não conseguirá estruturar-se para realizar um estilo de oposição metódico e sistematizado. A seu ver, a revogação do AI-5, do decreto 477, a revisão das Leis de Imprensa e de Segurança, anistia, temas esses focalizados com relativa frequência no primeiro semestre deste ano, sensibilizam, apenas, uma faixa do eleitorado identificada com o pensamento liberal, não atingindo a grande massa de votantes.

Pelo aparente equilíbrio entre Arena e MDB, a campanha eleitoral no Rio Grande do Sul vem centralizando a atenção dos observadores políticos e do próprio governo. Embora a composição da Assembleia Legislativa gaúcha — onde a maioria poderá oscilar para qualquer dos partidos — seja o ponto crucial da questão, a disputa entre os candidatos ao Senado, Nestor Jost e Paulo Bressard, constitui o ponto mais evidente de uma campanha na qual o comportamento do governo poderá servir de medida para todos os demais Estados.

A revisão no estilo de atuação político-eleitoral de alguns elementos mais radicais preservou o governo da adoção de medidas revolucionárias drásticas, e o clima de respeito pessoal que tem cercado a disputa política entre os candidatos ao Senado constitui garantia adicional para a manutenção do equilíbrio que ora se verifica. Os líderes do MDB gaúcho agora agem de maneira afirmativa, porém prudente.

A possibilidade de acesso aos horários gratuitos de rádio e televisão, a garantia maior da ausência de censura incidente sobre tais debates ou pronunciamentos, nos termos do Código Eleitoral, aliadas ao fato de que os eleitores deverão ser transportados sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral, no dia do pleito, parecem indicar, segundo entendimentos generalizados, que o fato de os candidatos poderem veicular suas idéias e os eleitores estarem menos sujeitos a pressões do poder econômico, se traduzirão em alto grau de representatividade dos eleitos a 15 de novembro.

PORTELA ADVERTE

ESP. 24-08-74

O presidente nacional da Arena, senador Petronio Portela, sem esconder sua irritação, garantiu ontem, em Brasília, que não serão mais admitidos certos métodos usados por candidatos arenistas na atual campanha eleitoral, de falar coisas contra o governo ou contra o que o partido prega e defende.

Embora sem citar nomes e negando-se a dar a sua opinião qualquer conotação de crítica pessoal a correligionários seus — que defendem a revogação do AI-5 e o restabelecimento de eleições diretas, por exemplo — o senador afirmou que tal comportamento "é inadmissível".

NADA A ESCONDER

Portela disse que não é possível aceitar a posição de candidatos arenistas que defendem teses da oposição "na pretensão de auferir proveitos eleitorais".

"Esta atitude — observou — é legítima e atinge, inclusive, a respeitabilidade da função política, pois induz o eleitor em erro".

Observou o senador que a Arena não tem o que ocultar ao eleitor. Pelo contrário, acha que o partido tem todos os motivos para defender a sua verdadeira posição e sustentá-la perante a opinião pública.

"O Ideário da Arena — afirmou o presidente — está expresso e todos os candidatos do partido devem estar em rigorosa sintonia com ele. Há dias o general Ernesto Geisel, falando aos dirigentes nacionais e regionais da Arena, definiu muito bem a ação partidária. E, de resto, o partido tem posição definida em face dos assuntos políticos".

Petronio Portela disse que não é contrário ao debate e às dissensões internas, que não devem, porém ser transportadas para a praça pública.

Nova investida jacobinista (ESP.-Edit.-30-07-74)

A Confederação Nacional da Indústria fez mais uma investida jacobinista, alegando — por ignorância ou má fé — que se não faz o necessário no País para defender a soberania nacional no campo econômico.

A primeira observação que cabe fazer a respeito é que o chamado "milagre brasileiro" — a manutenção, em alto nível, da ascensão anual do Produto Interno Bruto e o controle da inflação — só tem sido possível graças à mobilização, em ampla escala, da poupança externa e à importação da tecnologia estrangeira. Em grande parte, as dificuldades com que se defronta a economia argentina decorrem da ação de correntes jacobinistas. E a liquidação da imprensa livre, no Peru, resultou, em última instância, do malogro das medidas nacionalistas e estatizantes.

A considerável contribuição que grupos estrangeiros têm dado à aceleração de nosso desenvolvimento provém, até certo ponto, do fato de a maioria deles ter tomado clara consciência dos problemas da transição econômica, social e política, por que passa o mundo inteiro. Não há no Brasil uma só empresa de abate estrangeira que tenha praticado o cambio negro, da carne e a sonegação tributária. Mesmo no passado, quando eram mais frequentes as operações no cambio negro de trigo e de farinha de trigo, jamais firmas estrangeiras puderam ser acusadas de praticar essa espécie de

comércio. Nossas autoridades dispõem de todos os instrumentos necessários para vigiar e, eventualmente, liquidar manobras prejudiciais aos interesses da coletividade. A Carteira de Comércio do Banco do Brasil e, ainda mais, a Carteira de Redescobertas do Banco Central, o Conselho Interministerial de Preços, a Comissão de Financiamento da Produção, bem como o Conselho da Política Aduaneira dispõem de suficientes poderes para colir procedimentos que, em última instância, prejudicariam, entre nós, o regime da iniciativa privada. Novos poderes conseguiram, recentemente, o Conselho do Desenvolvimento Econômico e o Banco do Desenvolvimento Econômico. Por sua vez, empresas auxiliares deste instituto de crédito — como a Mecânica Pesada e os Insumos Básicos — desempenham a função importante de fomentar as atividades de empresas nacionais de médio e pequeno porte, de certa maneira para evitar que sobrevivam, finalmente, apenas empresas gigantescas estatais e estrangeiras.

Deste modo, a própria administração federal cria condições que, por si mesmas, são hostis ao surgimento, entre nós, de tendências de "poruanização". Tais tendências surgiram, no país vizinho, devido a erros cometidos por grupos latifundiários, mineiradores e industriais, nacionais e estrangeiros, erros que não foram reparados em tempo pelo governo de Lima.

Conselho de Estado

ESP. 20-08-74

BRASILIA — Ainda que sem fazer previsões, pois o gradativo retorno do País à democracia dependerá essencialmente das disposições do governo federal, o senador Daniel Krieger julga que possa ser aprovada, no próximo ano, emenda constitucional estabelecendo o Conselho de Estado e o Estado de Emergência. A idéia do novo órgão e da nova figura constitucional pertence ao parlamentar gaúcho, que há mais de

dois anos a vinha levantando em conversas informais, sempre que se indagava como poderia a Revolução mais uma vez de saguar no estuário democrático pretendido por seus inspiradores e primeiros dirigentes. Era, no entanto, uma época amarga não apenas para Krieger mas para quantos, como ele, se encontravam marginalizados justamente por não concordar com a postura imobilista da execução, adotada durante o governo Médici.

Carneiro e os objetivos da revolução (ESP.13-06-74)

O senador Nelson Carneiro, do MDB da Guanabara, denunciou ontem o que ele chamou de "o escândalo do Banco Central", que além de cozer aos seus diretores e a algumas pessoas estranhas a direção, luxuosos apartamentos em Brasília para eles morarem, ainda deu a alguns desses um outro apartamento para que alugassem e, depois de três anos, vendessem livremente.

O senador começou lembrando que a Revolução foi feita, em síntese para servir a democracia e moralizar a administração pública.

Lamentavelmente, estamos diante de escândalos sem precedentes, que não são apurados e nos quais não se registrou a punição de um único responsável.

Nelson Carneiro lembrou que, em vez de falar do passado, deve o governo "olhar para o presente e ver o que está ocorrendo."

"No que diz respeito ao Distrito Federal — aceitou ele — não será necessário recorrer a extensões de escândalo "Burligate" que, à semana, agora, ao escândalo do Banco Central, que destinou a seus diretores, e até aqueles que não faziam parte da administração,

como é o caso do sr. Luiz Carlos Marinho de Barros, ou do sr. Anen Emilio Klopel, ex-secrário de Receita Federal, que jamais trabalhou para o Banco", além de luxuosos apartamentos para eles morarem, um outro imóvel para alguns deles, para que alugassem por três anos e depois vendessem.

"Hoje um jornal de Brasília — continuou Nelson Carneiro — diz que esses privilegiados do Banco Central têm até mansões dadas, para que possam exercer o cargo de diretores e gerentes, bem remunerados, como são todos esses cargos".

O senador Nelson Carneiro referiu também a renúncia do professor Hignat Carneiro da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, que, apesar de ser exortado, não conseguiu evitar que uma só árvore fosse cortada.

Lembrando também o caso do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, cujos diretores foram demitidos porque empregaram as verbas destinadas ao serviço em instalações luxuosas para os seus gabinetes. "O fato é público — comentou. Foi noticiado.

Novo modelo político vem, mas com calma (ESP. - 4-07-74)

RIO — "Não andar depressa demais para não ter que voltar atrás e nem tão devagar que não dê tempo de alcançar o objetivo" é a frase que sintetiza a tática cautelosa mas firme do governo na montagem do modelo político, segundo um seu qualificado representante.

Como preliminar, deve ser logo feita de lado qualquer dúvida que iniba hesitações do presidente Ernesto Geisel. De certo, mas de maneiras muito claras, como é do seu temperamento, o presidente da República definiu as metas políticas do seu governo e elas se desdobram em torno da idéia fundamental, que é a institucionalização do regime. O que cabe examinar é se o governo já tem um projeto político pronto e, acabado, a executar de acordo com calendário pré-fixado, ou se, na oportunidade que está próxima, apenas estimulará o debate amplo, convocando a classe política e todos os segmentos do País para oferecer sugestões que desaguem num modelo capaz de exprimir, para ficar no substantivo da moda, tanto quanto possível, o consenso nacional.

Para o novo importante,

governo não guarda, trancado pelas portas-chaves do ministério, um projeto com o qual surpreenderá a opinião nacional. Sabe o que quer, entretanto, e seguramente que amadurece alguns pontos essenciais. E já se pode afirmar, com uma certeza que flui de uma simples análise de quadro e do conhecimento dos "compromissos" morais que o presidente Ernesto Geisel acredita que assumiu para com o País, que a discussão sobre o modelo político vai ser aberta e partir do ano que vem. Isto não quer dizer que fecharemos o ano vindouro com a reforma aprovada e em vigor. Mas que há ano será politicamente rico e expressivo, carregado de uma significação que revertecerá por muito tempo.

E mais. Na reforma política que está sedimentada na íntima convicção do governo, a revisão constitucional inscreveu-se como um dos itens obrigatórios, alçando a redemocratização através do tal complementar que fosse acrescentando interpretações liberalizantes ao texto atual, atualizando-o com inovações que substituísssem o que já envelheceu ou caducou pelo desuso, não se afigura o melhor e mais direto dos caminhos.

As novas bases para o diálogo

Rev. VISÃO — 24-06-74

A retomada do diálogo entre as classes empresariais e o Governo — que muitos observadores consideram fenômeno estritamente paulista —, embora desejada por todos, está sendo dificultada por uma série de perplexidades de parte a parte. De um lado, os empresários reconhecem que a transferência efetiva da sede do poder para o Palácio do Planalto criou um hiato de comunicação. De repente, não há mais, no âmbito do Governo, um interlocutor único, capaz de ouvir e decidir no ato.

Não cabe discutir se a nova metodologia do processo de decisão do Governo Federal é boa ou má. Ao que tudo indica, o novo papel dos ministros e a decisão efetiva do presidente estão aí para ficar.

Importa notar, porém, que, não havendo mais um só canal de comunicação com dupla mão de direção, as autoridades encontram também suas dificuldades de diálogo na ausência de lideranças empresariais igualmente válidas e capazes de manter entendimentos com as autoridades em nível horizontal, ou, pelo menos, em sua omissão.

Ora, o país está diante de novas opções críticas, as quais, a nosso ver, só podem ser resolvidas mediante ação harmônica do Governo e do empresariado nacional. Admitida a probabilidade de conseguir-se uma certa medida de estabilização monetária internacional, pode-se concluir que os preços do petróleo e de outras matérias-primas essenciais deverão ter comportamento também próximo da esta-

SAID FARHAT

bilidade. Assim, é fácil ver que a importação de equipamentos industriais tenderá a representar uma parcela cada vez mais significativa do comércio exterior brasileiro. Entretanto, as medidas governamentais destinadas a favorecer sua substituição por materiais feitos aqui mesmo têm base, também, na necessidade de incrementar rapidamente a aquisição de tecnologia mais avançada. Não só como objetivo autônomo, como por motivos que dizem de perto à manutenção de uma taxa de crescimento econômico de 10% ao ano e até de segurança nacional, entendida esta em seu mais alto sentido.

Outra realidade diante da qual se encontram igualmente governantes e empresários é a necessidade de temperar o desenvolvimento econômico com a melhoria da justiça social. Se foi aceitável que, em sua fase heróica, o desenvolvimento brasileiro concorresse para agravar a distância entre os segmentos mais abastados e os mais pobres da nossa sociedade, agora é mais do que justo que o esforço nacional tenha o homem como o fim de tudo, que a reparação do bolo precisa agora ser mais equitativa.

Do lado do Governo, é preciso não perder de vista que a empresa privada é ainda o caminho mais aberto e fácil para a promoção do desenvolvimento. Há, certamente, muita timidez das classes empresariais

diante da autoridade do Governo. Os homens de negócios do Brasil ainda esperam muito pelo sinal que vem de cima. E há problemas de disponibilidade de capital para os grandes empreendimentos necessários a realizar os objetivos governamentais, tal como o salto tecnológico e empresarial exigido pela implantação de uma nova indústria de bens de capital muito mais sofisticada.

Se for verdadeiro que muitas autoridades olham a classe empresarial brasileira com baixo teor de confiança, então caberá a esta organizar-se para mostrar sua capacidade criativa e realizadora. Se não fizerem isso — se não se unirem sob lideranças atuantes e vigorosas —, os empresários brasileiros terão o dissabor de ver o país encaminhar-se para um indesejável capitalismo de Estado, com redução progressiva da atuação do empresariado nacional às áreas marginais da economia.

A novidade real na nova forma de tomada de decisões pelo Governo Federal é que o diálogo com o empresariado — antes individual e direto — agora passa a ser institucional e indireto. A essa mudança, do lado do Governo, deve corresponder uma mudança substancial do lado da empresa nacional. Seu fortalecimento não deve ser uma dívida do Governo, mas, ao contrário, o resultado da busca de interlocutores que se mostrem capazes de representá-la nos altos conselhos da República e de serem ouvidos com atenção e respeito.

Revista BANAS - 4 de setembro de 1974

Colaboração procurada

GERALDO BANAS

Chegou a hora de dar um voto de confiança ao governo. Há desacertos, contradições, hesitações, mas confessamos que o Executivo Federal mantém uma linha de conduta que corresponde aos interesses nacionais.

As dificuldades que o Poder Executivo enfrenta são conjunturais, circunstanciais e, em seu complemento, psicológicas. Se, numa fase de abertura relativa, se sariga a barragem e se desencadeiam críticas acerbas, complicamos não somente o andamento da própria rotina, como colocamos em xeque o modelo brasileiro, que é, provavelmente, a última tentativa capitalista a ser empregada na América Latina em estilo quase que puro.

Os comodistas, ou os oposicionistas à outrance, que esquecem esse detalhe, deveriam compulsar o noticiário continental para se convencer de que o Brasil constitui uma ilha. E, se quisermos evitar complicações políticas, acima das econômicas já existentes, então, sim, deveremos isentar os funcionários governamentais de nossas incompreensões.

Mas essa dificilmente seria uma receita aceitável para a maioria silenciosa do empresariado.

Reserva na ofensiva verbal não implica em silêncio. Pelo contrário. Mas, em lugar do quixotismo individual, grupal e regional, seria de bom alvitre aceitar as regras que prevalecem no mundo civilizado: utilizar as entidades eleitas para os fins de representação. As Associações Comerciais, as Federações Industriais e as agremiações agrícolas não desenvolvem, no entanto, as linhas de diálogo com o Governo.

Por que elas se ausentam do debate? É necessário aguardar a vinda de missões estrangeiras ao Brasil para que elas discutam itens da política econômica, quando, primordialmente, essa tarefa cabe às entidades nacionais?

É a censura que impede tais entidades de se pronunciarem? Há um impedimento político, legal ou prático, bloqueando o acesso à formulação dos novos rumos econômicos que o País precisa adotar?

Se há, desconheço-o. Seria aconselhável, diante do exposto, que os efeitos pelo empresariado se exprimam sobre o caso.

O Professor Roberto Campos dizia recentemente que o Parlamento Brasileiro é mais apagado do que seria justificável diante das circunstâncias vigentes, porque não envereda pelas brechas (embora precárias) de atividade que lhe são abertas. O Ex-Ministro do Planejamento exagera um pouco, porque as oportunidades são efetivamente marginais. Mas, no campo econômico, a situação é diferente. A época dos grandes planos para vinte anos evolui. (Os sensatos só pensam, no entanto, na próxima quinzena). Os ministros, deixando de lado alguns escorregões, são mais modestos e aceitam visivelmente colaboração. Quando ela falta, recorrem, então, aos decretos de "aplicação imediata".

É de se presumir que Brasília reagiria bem se pudesse receber as luzes — ou pelo menos as opiniões — dos industriais sobre o Conselho de Desenvolvimento Industrial, as empresas pequena e média, o mercado de capitais, as exportações que devem (mas não podem) ser conduzidas em regime de dumping, a política salarial e os métodos a serem empregados para superar a retração no mercado consumidor.

O governo busca indistintamente o diálogo. Por enquan-

to, apenas com os empresários, que não sabem apreciar a exclusividade. Posso prever que, cansado do silêncio mantido por este setor o Poder Executivo se volte para dialogar com os assalariados e seus sindicatos. A posição do empresário numa conversa tripartite seria menos cômoda do que na bilateral agora oferecida a ele.

Compreendo, até certo grau, a timidez do empresário. Preocupado com o fim do mês, as pressões financeiras, a alta de mercado, ele acha que não tem tempo para a política. Acontece que, na ausência dele, a política se encarrega de definir soluções, que provavelmente não lhe agradam. Economia e política são duas fases da mesma moeda. Elas são inseparáveis, como ficou estabelecido na própria expressão — política econômica.

Ouvi de um parlamentar alemão, em visita a São Paulo, que o empresário é um homem que pensa verticalmente. De cima para baixo, em tom de comando. O político, cujo procedimento é moralmente tão justificado como o do empresário, pensa horizontalmente. Cabe a ele explicar aos eleitores e diretamente ao povo como os seus interesses estão sendo defendidos. Ele precisa pensar em milhões, enquanto que o empresário no máximo pensa nos seus acionistas.

A compreensão entre os dois tipos de homem não é fácil, mas a maior responsabilidade cabe ao político. No caso alemão, como no brasileiro, com todas as restrições que se possam fazer. Há um perigo. Se o empresário e o tecnocrata, que pensa como ele, abordam um problema e deixam de pensar verticalmente, podem distanciar-se do povo. Mas isto é um assunto do futuro. No momento, pedimos tão soamente aos empresários que forcem suas entidades a inaugurar um debate. No seu próprio interesse. E no interesse do País.

O que a economia exige

Revista VISÃO (editorial)

10 - 06 - 74

O aperfeiçoamento do modelo brasileiro de desenvolvimento pressupõe alguns fundamentos — fortalecer a empresa privada nacional, especialmente a de pequeno e médio porte; reequilibrar o empresariado excessivamente bipolarizado em grandes empresas estatais ou estrangeiras; retomar o processo de substituição de importações, agora no setor de bens de capital; orientar os investimentos públicos para áreas prioritárias e de infra-estrutura, e os particulares para setores mais necessitados de recursos — que não mais precisam ser defendidos. Também parece não haver quem defenda o recrudescimento da inflação, como maneira de criar recursos para capitalizar as empresas ou financiar as atividades do Estado.

Dentro desse quadro, os monetaristas recomendariam a elevação da taxa de juro para diminuir a temperatura da economia. O Governo parece pensar assim, em vista dos altos níveis em que fixou a remuneração dos papéis de renda fixa.

O fato, porém, é que, mais uma vez, o Brasil será um caso "atípico". Habituada há muitos anos a viver sob taxas de juro reais demasiado altas, a economia brasileira não reage conforme o figurino a mais uma escalada no custo do dinheiro. No nível do consumidor, o que importa é quase só a quantia a pagar por mês. O número de prestações, especialmente as sem correção monetária, é mais ou menos irrelevante. Para o industrial, que vê o mercado absorver toda sua produção, quase a qualquer preço, o diferencial no

SAÍD FARHAT

custo do dinheiro para comprar inatérias-primas e outros insumos é transferido ao comerciante, e por este, finalmente, ao consumidor.

A observação mostra que, no Brasil, a taxa de juro é um fator praticamente neutro ou de baixa influência na desaceleração da economia. A "existência" de dinheiro, sim, influi diretamente no ritmo da atividade econômica. Mas, ainda dando razão em parte aos monetaristas, é preciso notar que a parcela de dinheiro na caixa dos bancos brasileiros é bem menor, relativamente ao total dos meios de pagamento, do que a verificada em outros países. Sobrando muito dinheiro nas mãos do público, a tendência é para criar-se um mercado paralelo, ao bancário, não necessariamente ilegal, porém mais caro.

Admitido como provável o declínio da taxa de inflação, o custo do dinheiro poderá ser o fator isolado mais importante na realimentação da inflação e na descapitalização das empresas nacionais — especialmente as pequenas ou médias. (As grandes empresas, nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, geralmente compram dinheiro onde for mais barato. Além disso, praticamente só as grandes empresas têm capacidade de obter capital de risco.)

Voltamos a defender a criação de estímulos indiretos para que o público passe a canalizar para o mercado de ações ao menos uma parte dos fundos que hoje alimentam a especulação imobiliária

e as aplicações a juros reais altos, além da correção monetária. E fazemo-lo especialmente para notar que todos os fundos governamentais indexados são inadequados para atuar na bolsa. A inevitável margem de risco é incompatível com a necessidade de assegurar aos donos do dinheiro correção monetária e juros.

O instrumento mais eficaz para melhorar a capitalização das empresas brasileiras, evitando os males da intervenção direta do Estado e mantendo em mãos habilitadas a análise e o controle dos investimentos, são os Fundos 157, dinheiro que seria do Governo mas cuja aplicação, a exemplo dos outros incentivos fiscais, ele preferiu confiar à iniciativa privada. O Governo tem o direito de dispor sobre sua aplicação, com muito mais liberdade do que sobre os dinheiros do PIS ou do Pasep. Ao contrário do que muitos advogam, pensamos que a totalidade dos Fundos 157 deveria destinar-se a aplicações de risco em empresas médias e pequenas, não ligadas a grandes grupos econômicos. Mas a questão é que os homens de empresa brasileiros não têm meios de falar diretamente aos centros de decisão do Governo. Nas condições atuais — e sem nenhuma eiva de sebastianismo —, tem-se de reconhecer que já não há diálogo verdadeiro entre empresários e governantes. Muito menos participação no processo decisório. Por isso, vêem-se situações que, como a remuneração dos papéis de renda fixa, contrariam os propósitos declarados do Governo.

Coluna do Castello — Consenso e dissenso

Jornal do Brasil

19 - 09 - 74

Brasília — Há um consenso nacional sobre a tremenda disparidade da distribuição de rendas no Brasil. Já o General Médici, em cujo Governo ocorreu a aceleração do desenvolvimento nacional, dizia que a economia ia bem mas o povo ia mal. Em pleno boom de crescimento do PNB, que tinha como fontes a racionalização dos métodos de trabalho, o incenti-

vo às exportações e ao ingresso de capitais estrangeiros e como pressupostos a manutenção da ordem pública e o estímulo a reivindicações salariais ou trabalhistas de qualquer tipo, o Presidente da República impressionava-se com os desníveis sociais e regionais que caracterizavam a fisionomia do país. Diversos programas visando a uma melhor distribui-



Coluna do Castello -- Consenso e dissenso

ção a longo prazo e a uma repartição de benefícios que gradativamente fossem alcançando camadas maiores da população foram implantados, ao mesmo tempo que com projetos especiais, como o de Integração Nacional, o Proterra, o Provale, etc. se procurava criar condições para a disseminação geográfica do enriquecimento.

No entanto, a teoria dos economistas que conduzia o processo era a de que a distribuição efetiva de rendas viria como decorrência fatal do aumento do produto no momento em que o país transpusesse a fronteira do subdesenvolvimento para o desenvolvimento. Enquanto isso todo o empenho seria no sentido de manter o nível salarial baixo como contribuição de sacrifício à formação de poupanças internas indispensáveis à continuidade e ao aumento progressivo dos investimentos. Os fundos de investimento social a longo prazo constituíam-se também acumulação de capitais destinados a garantir capital de giro ou a grandes inversões em empreendimentos de infra-estrutura. No começo do atual Governo tal filosofia parecia predominar e o Ministro da Fazenda, Sr. Mário Henrique Simonsen, apontava a escassez de mão-de-obra nos grandes centros urbanos como sintoma de ascensão econômica da classe operária que adquiria condições normais de melhor remuneração por seu trabalho em função do pleno emprego obtido naquelas áreas citadas.

O correr dos meses iria demonstrar que o processo de crítica das técnicas de operação econômica, iniciado pelo Presidente Médici, ganharia impulso, como era aliás de fácil previsão, no Governo do seu sucessor. O Ministério da Fazenda, que é a principal peça na condução da política financeira, continua fiel, ao que parece, ao pensamento ortodoxo de uma escola de economistas, que foi historicamente a mais brilhante e a de atuação mais demorada na vida brasileira, mas a verdade é que a inteligência e o preparo excepcionais do Sr. Mário Henrique Simonsen depararam-se com um desafio de proporções inesperadas. As dificuldades da conjuntura suscitam hipóteses outras de trabalho e geram, no seio do Governo, divergências de orientação que, disfarçadas na cuidadosa redação do PND II, se tornam ostensivas nas falas de alguns Ministros, que se inclinam visivel-

mente para uma ênfase nacionalista, às vezes simplórias divagações agrícolas mas às vezes proposições arrojadas no setor industrial.

O Presidente Geisel rejeitou expressamente a teoria de que o aumento do bolo gera automaticamente a melhor distribuição de rendas. Alguns de seus auxiliares, porém, vão mais longe e entendem que com uma renda per capita de 700 dólares já temos condições de pensar em termos de mercado interno como alternativa mais válida para enfrentar as dificuldades do setor de exportações. O PND prevê a criação em cinco anos de 6 milhões 600 mil novos empregos e manda empregar em saúde e educação somas substanciais, que dão mais objetividade aos programas de melhoria indireta do padrão de vida da população. O quarto Governo Revolucionário começa a diferenciar-se economicamente dos Governos anteriores, embora se torne nítida a disparidade de orientação entre setores responsáveis pela formulação e execução da política econômica.

A implantação da indústria nacional de equipamentos e o programa de incentivo à ciência e à tecnologia são projetos onerosos e de resultados demorados. Enquanto isso, não se pode esperar que em um ano o Sr. Paulinelli consiga expandir nove vezes a área de cultura do milho para com a venda dessa produção aliada à venda da soja possa o Brasil pagar o petróleo que está nos custando mais de 3 bilhões de dólares. Os programas de introversão, previstos no PND, são de longo prazo e não excluem os investimentos estrangeiros, por maior que seja o interesse em consolidar a indústria nacional e dar-lhe aqui dentro condições de competitividade com as multinacionais. A teoria oficial é a de que temos instrumentos creditícios e de incentivos para orientar de acordo com o interesse nacional os investimentos estrangeiros e, se bem que se preveja em cinco anos um aumento substancial do mercado interno, até lá e até que cresçam os milhares do Sr. Paulinelli o Brasil deverá disputar palmo a palmo a área restrita do mercado mundial que permanece aberta às trocas internacionais.

Carlos Castello Branco

O capitalismo revisitado

E.S.P.
4-09-74

ROBERTO DE OLIVEIRA
CAMPOS

"Si cambia il maestro di capella ma la musica è sempre quella". Provérbio italiano.

A conjuntura internacional está apresentando indícios recessivos de tal vulto que o planejamento brasileiro tem que ser repensado para adaptação às novas realidades. Habitualmente nos à taxa de crescimento de 10%, como se fora um "direito adquirido", para usar a expressão de Mário H. Simonsen, competente timoneiro de nossas finanças, que consegue misturar o rigorismo da cultura matemática com o saudável ecletismo da cultura humanista.

Essa taxa de crescimento, entretanto, foi apenas um feliz produto de engenharia social, dentro de uma rara combinação de circunstância. Internamente, possuíamos capacidade ociosa após a severa purgação dos anos de reconstrução (1964/1967). Externamente, houve um surto simultâneo de prosperidade industrial no Ocidente e no Japão. Em consequência, o comércio internacional registrou as mais altas taxas de crescimento da história, facilitando-nos um dramático surto de exportações. De outro lado, a ampla liquidez internacional, então existente no mercado financeiro mundial — eurodólar e euromooedas — defrontou-se com escadoteiros reduzidos, em vista de irrupções nacionalistas ou desordem política na maioria dos países subdesenvolvidos. O Brasil tornou-se um destinatário preferencial de empréstimos e inversões, por conjugar razoável estabilidade política e rápida expansão econômica, enquanto o nacionalismo se transformava de ideológico em pragmático.

Todas aquelas circunstâncias são, hoje, diferentes, mesmo capacidade ociosa, de sorte que a manutenção de uma alta taxa de crescimento exigiria ampliação de facilidade. O mundo ocidental e o Japão atravessam uma fase de "estagnação". Apenas dois países do Ocidente — a Alemanha e a Holanda — terão, este ano, taxas de inflação inferior a dez por cento. As economias americana e inglesa terão crescimento nulo ou negativo. O crescimento, no Japão, será um décimo do habitual e sua inflação — 24% ao ano — atingiu proporções latino-americanas. O desequilíbrio de pagamentos gerado pela quadruplicação dos preços do petróleo — não compensado por alguma forma de reciclagem eficaz — forçará uma contenção de importações — não-petroli-
féricas,

cuja demanda, aliás, declinará normalmente em função da relativa estagnação industrial. Nessas condições, parecia prudente revermos para níveis mais modestos — e, por isso, mais atingíveis — nossa taxa esperada de crescimento. Ao longo da última década, nossa taxa média de crescimento foi pouco superior a 7%. A aceleração da última parte da década 1966/1970 apenas ocupou a folga deixada pelo baixo ritmo de crescimento do período de confusão (1962/1963) e do período de reconstrução (1964/1967). A economia brasileira provou ser capaz de alcançar, em ritmo sustentado, uma taxa de crescimento de 7% a 8%, com dose tolerável de inflação. Além desses limites, já extremamente respeitáveis, senão mesmo ambiciosos, à luz da experiência internacional, gerar-se-iam tensões inflacionárias sérias, particularmente agora, que a capacidade ociosa está utilizada e que temos de importar uma inflação de custos. A alteração da conjuntura coloca para o governo sério dilema. Abandonar a meta de 10% seria desmotivador; reafirmá-la pode ser irrealismo. Talvez a solução esteja em se manter a terminologia do 1.º Plano de Desenvolvimento, que menciona um objetivo de crescimento de entre 8 a 10%, o primeiro como meta operacional e o segundo como um "desideratum", cuja realização dependeria, essencialmente, do comportamento agrícola e das perspectivas do comércio internacional.

UMA PALAVRA DE CAUTELA

A crise petrolífera ressuscitou um demônio que antes acreditávamos exorcizado — a escassez de divisas como fator limitativo de crescimento. Na euforia de exportações e de ingresso de capitais dos últimos anos, resultando em polpa da acumulação de reservas, havíamos nos esquecido dessa antiga penúria. Revivido o demônio, reaparecem, também, as antigas benzeduras. Surgem manifestações de um "neocapitalismo" que se entregaria, freneticamente, à tarefa de substituir importações, como preventivo ou corretivo da angústia cambial. Tudo se passa, entre nós, pendularmente. No fim da década de 50 e começo da atual década, popularizou-se a doutrina da CEPAL, extremamente pessimista em relação às exportações e obsessivamente centrada na substituição das importações como elemento dinâmico de crescimento e de viabilidade cambial. A experiência provou tratar-se de uma visão duplamente deformada do problema. De um lado, a ênfase sobre substituição de importações, por detrás de altas barreiras aduaneiras, para um

mercado às vezes inferior ao exigido, para um dimensionamento econômico das indústrias, motivava pressão inflacionária adicional e preservava a ineficiência pela impossibilidade de economias de escala. Além disso, a poupança líquida de divisas era menos do que o esperado. Numa fase inicial, incrementavam-se até mesmo os gastos de divisas, pois que se continuava importando o produto acabado, acrescido de matérias-primas, equipamentos e encargos de financiamento, oriundos da implantação da indústria substitutiva. Completada a instalação, materializavam-se as economias de divisa, logo neutralizadas pelo acréscimo da demanda de importações resultante do acréscimo da renda interna, ou estimulada pela própria inflação (quando não neutralizada por taxas de câmbio flexíveis). De outro lado, aprendemos que as possibilidades de crescimento das exportações, haviam sido grosseiramente subestimadas. Através de incentivos fiscais, minidesvalorizações, pressão sobre empresas multinacionais para se largarem no negócio da exportação, foi possível em dez anos (1964/1973) quadruplicar as exportações que haviam permanecido estagnadas no decênio anterior.

A receita racional é aprendermos a dividir nosso esforço entre promoção de exportações e substituição de importações, sem o fanatismo dos aularquistas, mas também sem o realismo dos que extrapolam, indefinidamente, a euforia exportadora dos últimos anos.

O NEOCAPITALISMO

Ultimamente nota-se um esboço ideológico, ainda algo indefinido, de retorno ao capitalismo, centrado desta vez sobre a substituição de bens de equipamento. Essa atitude é compreensível, à luz da sensível deterioração de nossas perspectivas de exportação. A recessão mundial redundará num recrudescimento do protecionismo em relação às incipientes excursões de nossas manufaturas. E, mesmo em relação a alguns produtos primários — como a carne no mercado europeu — prevalecem atitudes restritivas. É preciso, entretanto, não cairmos na tentação pendular de negligenciarmos as exportações, sobrestimando as vantagens da substituição de importações. O item singularizado como mais crítico é o de máquinas e equipamentos, cujas importações teriam ascendido a três bilhões de dólares no primeiro semestre de 1974. Cumpre analisar mais precisamente o significado do fenômeno. É provável que se trate de importações episódicas e não-recorrentes. Após cinco anos de trabalho a pleno vapor, o parque industrial necessitava de expansão e renova-

ção. Já, assim, uma onda de procura que se materializou no primeiro semestre do ano, mas que talvez não tenha caráter permanente. Acrescem outros atenuantes. Ao contrário das importações de matérias-primas e bens intermediários, pagáveis à vista, as importações de equipamento são ter pagamento diferido, impactando mais lentamente sobre o balanço de pagamento. Além disso, o esforço de substituição pela produção local, pode privar-nos da absorção de tecnologia mais moderna. E se o mercado é limitado — e certamente o é para alguns tipos de equipamentos — a substituição pode ser dispendiosa e ineficiente. Como economia de divisas, o resultado é, às vezes, pequeno e não raro precedido, desapontadoramente, de um período inicial em que aumenta, ao invés de diminuir, o consumo de divisas.

Nada disso representa um argumento contra um esforço racional de substituição da importação de equipamentos ou contra os planos de financiar a expansão da indústria local de bens de capital. E, assim, um argumento contra fanatismo de implementação. É uma palavra de cautela, pois que ainda temos muito que substituir, em matéria de bens intermediários — alumínio, papel de imprensa, soda caustica etc. — cuja produção local talvez seja mais econômica, atenta a dimensão do mercado, do que a de sofisticados bens de equipamento.

E, sobretudo, convém não descurarmos do esforço de exportação. Apesar do panorama internacional bem menos esufizante que o d'antanho, há muito que se pode fazer. Cumpre desenvolver o comércio com os países socialistas, em relação aos quais temos tendência cronicamente superavitária. Dada a estrutura estatal de seu comércio, não é fácil estimular o comércio com esse setor privado. Este está habituado à garantia de sobressalentes e facilidades de reparo, prefere estandarizar o equipamento, segundo modelos ocidentais mais conhecidos e acessíveis, e confia mais na garantia da qualidade e seguro de avaria dos comerciantes ocidentais. Para um surto imediato de comércio com o Leste, temos que utilizar, sobretudo, as empresas estatais, grandes importadoras de material petrolífero, elétrico e de transportes, que podem ser abastecidas a partir dos países socialistas, com algum desconforto e menos confiabilidade do que nos fornecedores tradicionais, mas com vantagens para nosso equilíbrio de pagamentos.

Há, ainda, outras possibilidades. Mesmo que recrudescer

O Capitalismo Revisitado

globalmente o protecionismo nos países industrializados, há perspectiva de obtermos uma discriminação favorável às manufaturas dos países em desenvolvimento. O Japão, a Austrália, e países do Mercado Comum já voltaram dispositivos limitados de preferências tarifárias unilaterais. Com a ruptura do impasse entre o presidente Nixon e o Congresso, é possível que este dê tramitação a lei semelhante já em pauta. Essas discriminações favoráveis compensariam até certo ponto os impulsos neoprotecionistas globais, dando-nos possibilidade de manter razoável cresci-

mento de nossas exportações de manufaturas, que ainda são suficientemente pequenas para não perturbar apreciavelmente o grau de ocupação e emprego dos países industrializados.

Nenhuma tarefa diplomática é mais importante, no momento, do que proteger o crescimento brasileiro contra a penúria de divisas, mediante uma combinação de medidas: esquemas de reciclagem do dinheiro árabe, objetivo mundialmente cobçado, mas desesperadamente fugidivo; ampliação do comércio com o Leste; importação efetiva do regime

de preferências unilaterais, em favor das manufaturas dos países em desenvolvimento.

Last but not least, há possibilidade de expandirmos exportações agropecuárias.

Tudo indica que a demanda mundial de alimentos continue se expandindo em resposta ao crescimento populacional, ainda que a demanda de matérias-primas e bens industriais possa revelar temporário desaquecimento. Se o Brasil conseguir superar o desestímulo à produção agrícola, resultante do aumento de preços dos insumos, particularmente fertilizantes, poderá neutrali-

zar, com exportações agrícolas, parte do recado decrescente da esufizante aceleração que vinhamos tendo nas exportações industriais. São encorajadores, também, os projetos de exportação de minério bruto ou processado, através de empresas mistas de que participem grandes consumidores (minério de ferro, pellets, bauxita e alumínio). É boa fórmula para se garantir o mercado calvo, não insulado, mas pelo menos relativamente abrigado das grandes flutuações da demanda que caracterizam o comércio de minérios.

DISCURSO DO MIN. SEVERO GOMES NA

E.S.G. (trechos)

E.S.P. - 25-08-74

A nova conjuntura que se instala veio coíher o Brasil numa fase lupar de seu desenvolvimento.

Tirando partido da situação externa, apoiando-se na estabilidade política e no esforço do ordenamento dos recursos disponíveis, logrou o País alcançar, e manter continuamente ao longo dos seis últimos anos, uma taxa média anual de crescimento superior a 10%, desempenho esse que só encontra paralelo no desenvolvimento japonês.

A sustentação, por um período relativamente longo, das taxas alcançadas, ao mesmo tempo em que eram obtidos êxitos sucessivos no combate à inflação, não deixaria, porém, de gerar, ou acentuar, algumas distorções no processo. Pelas suas repercussões não só econômicas, mas também políticas e sociais, cumpre destacar:

- O enfraquecimento relativo da empresa privada nacional;
- A persistência de distorções no processo de distribuição de renda;
- A permanência dos desníveis regionais de desenvolvimento;
- O atraso no setor industrial de bens de capital;
- A deterioração das condições de vida nos grandes centros urbanos.

Cabe reconhecer que o intenso esforço de investimento realizado viabilizou-se, em boa medida, pela participação de altos contingentes de capital estrangeiro sob a forma de financiamento, investimento direto e reinversão de lucros, assim como pela ampliação da atuação do Estado na atividade econômica. Houve, por conseguinte, uma sensível enfraquecimento da posição relativa da empresa privada nacional.

A ação estatal, contudo, não se intensificou apenas no plano econômico, sendo notórios os esforços realizados nos cam-

pos da educação, habitação, saúde e saneamento, com vistas principalmente à melhoria das condições de vida nas faixas menos dotadas da população brasileira.

Por outro lado, a instituição de programas de largo alcance social, como o PIS e o PASEP, assim como as recentes alterações introduzidas na legislação sobre incentivos fiscais, bem afirmam a preocupação do governo quanto ao problema da repartição da renda e da formação e orientação da poupança popular.

Mas é forçoso admitir que a parcela das necessidades de bens e serviços atendida e comandada diretamente pelos ganhos individuais, sobretudo os rendimentos do trabalho assalariado, ainda continua a se ressentir, no Brasil, de uma estrutura de distribuição da renda que pouco progrediu, no sentido de contemplar mais equitativamente aquelas faixas populacionais.

O tratamento desse problema, obviamente, tem de ser colocado dentro do contexto da política de contenção inflacionária, mas sem que se perca a visão de longo alcance, calcada não somente na justiça social, como também no alargamento do mercado interno, condição estratégica essencial para a própria continuidade — e sobretudo segurança — do processo de desenvolvimento.

Os acontecimentos recentes no plano internacional, abrindo uma fase de incerteza e de desordenamento para as transações entre países, estão a ensinar que serão mais penalizados justamente aqueles países cujas economias dependem, em grau maior, das relações com o exterior.

Sem descurar, portanto, do comércio externo, onde deve prosseguir o esforço empreendido para a exportação de manufaturados, é necessário que o país se volte com maior en-

fase para o mercado interno, cuja dinamização guarda estreita dependência com a melhor distribuição da renda.

Outro aspecto que marcou bastante o acelerado crescimento dos últimos anos foi o suporte que se fez necessário à expansão da capacidade instalada — momento no setor industrial — em termos de importação de equipamentos. O apelo, em nível elevado, a essa importação, além da pressão consequente sobre o balanço de pagamentos, representou importante fator retardante no desenvolvimento da indústria de bens de capital do país, com repercussões também relevantes na área de tecnologia, onde o despreparo brasileiro ficou, justamente, mais nítido e acentuado, na medida em que maior aceleração assumia o processo de desenvolvimento.

Por fim, no que respeita ao balanço de pagamentos, a posição de equilíbrio que o país vinha conseguindo sustentar até fins do ano passado, sofreu, em poucos meses, uma reversão de perspectivas.

Vejamos, com maior detalhe, os fundamentos e as diretrizes da política, assim como os principais instrumentos a serem utilizados, com o objetivo de sustentar o desenvolvimento nacional, nas três grandes áreas de preocupação básica do Ministério, na presente conjuntura: o desenvolvimento industrial, o comércio exterior e o desenvolvimento tecnológico.

Desenvolvimento industrial

A orientação de ordem geral a ser seguida pelo sistema de incentivos e entidades voltadas para o desenvolvimento do se-

tor, se conformará aos seguintes pontos:

1.º) O fortalecimento da empresa privada nacional

Em decorrência da ampliação, já assinalada anteriormente, da participação do Estado na atividade econômica, e bem assim da contribuição expressiva do capital estrangeiro na aceleração do crescimento do país nos últimos anos, preocupa-se o Governo, com especial cuidado, em promover o fortalecimento da empresa privada de capital nacional.

O apoio mais intenso à empresa brasileira, porém, não implica no repúdio ou no desinteresse pelo capital estrangeiro. Muito ao contrário, deve ficar claro o reconhecimento de que, ainda por algum tempo, o desenvolvimento econômico do país estará, em boa medida, apoiado no afluxo de recursos originários do exterior. Cabe entretanto, no interesse da própria higidez do processo, canalizar esses recursos dentro das formas e condições, cada vez mais condizentes com as reais necessidades nacionais.

Nesse sentido, terá o capital estrangeiro maior receptividade na medida em que se dispunha a uma participação mais efetiva no risco dos negócios, sobretudo em associação com capitais brasileiros, ou represente aporte substantivo em tecnologia avançada, ou ainda que se encaminhe para ramos de atividades estratégicas para o desenvolvimento do país, ou finalmente, signifique a garantia de mercados adicionais no exterior.

2.º) A desconcentração industrial

O segundo ponto de destaque na orientação do desenvolvimento do setor secundário da economia reside na preocupação governamental em orientar o processo de concentração industrial, nos dois planos distintos em que o problema se

Discurso do Min. Severo Gomes...

apresenta: o regional e o urbano.

No primeiro caso, o objetivo perseguido é a atenuação dos desníveis que ainda persistem entre as economias das diversas regiões do País, procurando-se compatibilizar os movimentos de descentralização com a conquista de escalas de produção condizentes com as dimensões do mercado nacional.

No segundo caso, trata-se de evitar o agravamento das condições devida em laguns complexos urbanos do país, notadamente da Grande São Paulo, como decorrência fundamental da excessiva concentração de estabelecimentos industriais.

Para tanto, a localização dos projetos industriais passa a ser analisada com maior rigor, nas agências governamentais, administradoras de incentivos fiscais e financeiros.

3.o) — O desenvolvimento da indústria de bens de capital

O crescimento contínuo e acelerado da economia brasileira nos últimos anos conferiu nova dimensão ao mercado de bens de capital, especialmente no que tange ao equipamento pesado, acentuando a incapacidade da oferta de satisfazer à demanda.

De certa forma, a pressa em atender ao desenvolvimento industrial do país não deixou alternativa, senão o apelo intensivo às compras de equipamento no exterior, em que pesem as distorções daí advindas.

O ajustamento da oferta interna às exigências da demanda, na verdade, transpõe de muito o puro e simples aumento da capacidade de produção. Implica em equacionamento bem mais complexo, envolvendo aspectos fundamentais como a diversificação de produtos, o aprimoramento substancial do nível tecnológico, com repercussões importantes no campo de recursos humanos, a melhor distribuição espacial da indústria, com vistas a um apoio mais equilibrado ao desenvolvimento regional, sem contar a mobilização dos vultosos recursos requeridos.

Ainda que, sob o ponto de vista de balanço de pagamentos, tivesse o país geração de divisas em níveis suficientes para continuar comprando grandes contingentes de equipamentos no exterior, seria vulnerável a estratégia que apoiasse a sustentação do processo de desenvolvimento com base em crescente dependência externa quanto aos bens de capital.

Por outro lado, é importante considerar que, em virtude das dimensões alcançadas pelo mercado interno, o Brasil reúne condições potenciais bastante singulares para almejar uma posição significativa como exportador de equipamentos, sobretudo para os mercados latino-americano e africano.

Não pode, assim, prescindir o país de um sólido e atualizado parque produtor de equipamentos, o qual, sem pretender o atendimento exaustivo da demanda, em virtude da enorme diversificação que isto exigiria, deverá reunir condições mínimas necessárias — em termos de capacidade produtiva, tecnologia, versatilidade e eficiência — em que se possam apoiar as novas etapas do desenvolvimento nacional.

Vale salientar, ademais, o caráter qualitativo do crescimento desse setor industrial, representado pela redução da dependência externa, e pelas oportunidades que serão abertas com o domínio dos instrumentos indispensáveis à realização de um estilo próprio de desenvolvimento econômico, que extravasa necessariamente da ciência econômica para o campo político e social.

A ação do governo, portanto, com vistas ao desenvolvimento prioritário do setor de bens de capital estará perseguindo objetivos múltiplos, em que se coloca em plano mais imediato a redução da pressão exercida pela importação desses bens sobre a balança comercial, mediante o maior disciplinamento das compras no exterior. Paralelamente, e como objetivo de maior alcance, a atuação do governo se preocupará com a ampliação e consolidação do parque produtivo, envolvendo medidas tendentes a:

- a) — conferir maior autonomia ao setor, reduzindo sua dependência externa, sobretudo nas áreas financeiras e tecnológicas;
- b) — ampliar o mercado para os equipamentos nacionais, estimulando sua exportação e mantendo o disciplinamento já referido quanto à importação;
- c) — promover a elevação do nível de tecnologia de produtos e de processos de produção;
- d) — incentivar a melhor distribuição regional da indústria de equipamentos, desencorajando sua concentração excessiva nas regiões mais desenvolvidas do país.

Quanto ao disciplinamento das importações de bens de capital, vale destacar a adoção de duas medidas já em curso.

Primeiramente, a instituição de mecanismo específico para coordenar as compras das empresas estatais, com o objetivo de orientar, para o mercado interno, a maior parcela possível das encomendas dessas empresas.

A segunda medida se refere à reformulação, no âmbito do CDI — Conselho de Desenvolvimento Industrial, do conceito de projeto, para efeito de concessão de incentivos administrados pelo órgão. Não mais serão aceitas postulações envolvendo investimentos em máquinas e equipamentos inferiores a 2.500 vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

Os projetos que não atenderem a esse requisito, entretanto, poderão continuar seguindo os procedimentos usuais junto ao Conselho de Política Aduaneira.

Ficaram excecionadas dessa medida restritiva as empresas de pequeno e médio porte, conceituadas como tal aquelas cujo montante de vendas anual não exceda a 70.000 salários-mínimos.

Nos campos financeiro e tributário, também duas iniciativas de largo alcance para as empresas fabricantes de equipamentos foram tomadas pelo governo: a criação da EMBRA-MEC — Mecânica Brasileira S.A., subsidiária do BNDE, com o objetivo de prover, prioritariamente, capital de risco para essas empresas, assim como apoiar a criação e o florescimento de empresas de "engineering"; e a extensão, pela Decreto-lei n.º 1335, de 8 de julho último, dos estímulos fiscais deferidos às exportações às vendas de máquinas e equipamentos nacionais realizadas no mercado interno, nos casos especificados naquele diploma legal.

4.o) — O apoio dirigido ao desenvolvimento da engenharia nacional

O quarto ponto de destaque na política de desenvolvimento industrial do governo é o apoio intensivo e dirigido que se pretende emprestar ao desenvolvimento da engenharia nacional, usando-se o sistema de incentivos federais como elemento adicional de indução do empresário à maior utilização de serviços de "engineering" e "design" prestados no país, ao lado de esquemas especiais de estímulos às empresas nacionais prestadoras desses serviços.

Trata-se, aqui, de um ponto essencial, integrado com o desenvolvimento da indústria de bens de capital, e estreitamente relacionado com as diretrizes de atuação do governo na área da propriedade industrial, ou, mais particularmente, na aquisição de "know-how" no exterior.

5.o) — A intensificação do esforço de exportação de manufaturados.

Completando as diretrizes gerais para impulsionar o desenvolvimento do setor secundário da economia, coloca-se como ponto saliente o estímulo à exportação de manufaturados.

São dois os objetivos aqui visados.

Primeiramente, promover a geração de divisas necessárias à importação de bens e serviços, notadamente equipamentos e insumos básicos, imprescindíveis ao próprio desenvolvimento industrial do país.

Em segundo lugar, através das escalas de produção e dos padrões de qualidade exigidos para a competição nos mercados externos, propiciar condi-

ções ao parque fabril nacional, de melhor atendimento da demanda interna, criando, ao mesmo tempo, novas oportunidades no mercado de emprego.

A orientação de ordem geral expressa pelos cinco pontos apresentados será completada pela seletividade dos projetos e setores industriais em três níveis distintos, para efeito de concessão de favores governamentais.

No primeiro nível enquadram-se os setores de atividade industrial consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país, cujos empreendimentos poderão fazer jus, além dos incentivos usuais, à segurança do mercado, participação societária governamental e, ainda, a eventuais estímulos suplementares.

Nesse primeiro nível de seletividade serão contemplados fundamentalmente projetos envolvendo elevada densidade de capital e/ou tecnologia, nos seguintes campos:

- Siderurgia;
- Petroquímica;
- Fertilizantes;
- Metais não-ferrosos;
- Produtos químicos básicos, inclusive os destinados à indústria farmacêutica;
- Bens de capital, especialmente as indústrias de equipamentos elétricos e mecânicos pesados, construção naval, aeronáutica, material ferroviário, veículos pesados e implementos e máquinas agrícolas.

No segundo nível de seletividade, consideram-se os setores industriais em que o enfoque predominante será a escala e a modernização da produção. Para esses setores, as regras serão fixadas em cada momento, em função do exame das condições conjunturais do setor, cabendo aí a concessão dos benefícios usuais associada ao acompanhamento da dinâmica do mercado.

Aqui se enquadram setores geralmente tradicionais da indústria de transformação, tais como as indústrias têxtil, de produtos alimentícios, de celulose, de papel e celulose, e bem assim alguns setores menos tradicionais, como os de autopeças e equipamentos para telecomunicações. Ainda no grupo das indústrias tradicionais, merecerão atenção muito especial os projetos envolvendo a produção de bens destinados ao consumo básico popular, sobretudo nas áreas de alimentação, vestuário (inclusive calçados populares) e medicamentos.

No terceiro nível de seletividade, os favores governamentais poderão ser concedidos aos demais setores industriais, exclusivamente com vistas à redução do custo do investimento, desde que ele contenha elementos identificadores de redução do custo de produção, melhoria de instalações e processos, aumento das exportações ou da capacidade de competição no mercado interno.

Novos rumos nos discursos

Revista VISÃO

19-08-74

Quando o presidente Ernesto Geisel, num de seus primeiros discursos, se referiu claramente ao problema do agigantamento das empresas estatais e estrangeiras no país e se mostrou preocupado com os destinos da empresa nacional, foi dado o sinal verde para um debate até então confinado aos bastidores. Empalmando a deixa presidencial, as classes empresariais abandonaram o retraimento habitual e, através de seus porta-vozes, passaram a tocar no tema menos timidamente, sempre que se oferecia uma oportunidade. É claro que esta nova atitude está muito longe de lembrar os tempos em que se fazia "arregimentação de massas" em torno da questão. Mas o fato de as tribunas atuais serem mais assépticas do que os comícios de outrora não reduz a dimensão do problema em causa. Por outro lado, nota-se uma diferenciação de ênfase, conforme a natureza da entidade ou do setor envolvido: onde é nítido o predomínio de empresas nacionais, o assunto ocupa partes substanciais dos pronunciamentos e é abordado em tom mais contundente.

Complementar, não substituir

Foi o que aconteceu na posse de Luiz Eulálio Bueno Vidigal Filho na presidência do Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças. Expressou ele um ponto de vista que pode ser considerado representativo do consenso entre empresários nacionais. O problema do capital estrangeiro deveria ser encarado da perspectiva do necessário fortalecimento da empresa nacional: os investimentos externos viriam para "adicionar ou complementar, não para substituir ou dividir". Obviamente, como semelhante "homocismo" não é traço inerente ao capital estrangeiro, supõe-se que ao Governo deva competir a tarefa de fazê-lo comportar-se cavalheirescamente.

Durante a recente inauguração da Melamina Ultra S.A. na Bahia, Rogério Magalhães, diretor-superintendente, retomou o tema da confrontação da empresa nacional com o capital estrangeiro e os gigantes estatais para, a certa altura, afirmar enfaticamente que "o verdadeiro empresário brasileiro precisa do Governo, na medida em que precisa de um voto de confiança".

Por sua vez, o novo presidente da ABIMA — Associação Brasileira da

Indústria de Madeira Aglomerada, Antônio Luís Olivieri Pereira, pediu que novos projetos, em sua área, sejam analisados pelo Governo Federal dentro de uma perspectiva global, dando-se ênfase ao apoio às empresas nacionais, mas "tomando-se cuidado com os projetos nacionais improvisados ou deficientes, especialmente os que envolvam associações com capitais estrangeiros, pela sua vulnerabilidade diante destes". Olivieri apontou alguns fatos que, a seu ver, aconselham prudência do Governo ao analisar novos projetos para o setor: as fábricas atualmente existentes não puderam utilizar plenamente seus equipamentos e instalações com o aproveitamento da capacidade latente; novos projetos em execução ainda não entraram em funcionamento, como é o caso de uma fábrica em Minas, ou não atingiram seus níveis normais de produção, como outra, na Bahia; o setor ainda não foi adequadamente estudado, nem analisadas suas tendências de desenvolvimento; trata-se de uma área que apenas emerge do período de implantação.

Contudo, "já se disputam as prioridades de instalação de novas unidades visando aos incentivos fiscais concedidos pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial e por certos Estados da Federação". Olivieri também lembrou ao CDI que os problemas cambiais gerados principalmente pela crise do petróleo reclamam "uma política mais seletiva de projetos com importação de equipamentos". Disse ainda que estimular a concorrência não significa simplesmente autorizar a implantação de novas fábricas, nacionais ou estrangeiras, mas melhorar a eficiência e o desenvolvimento das empresas já instaladas.

Na falta dessa eficiência, muitas empresas, antes nacionais, passaram ao controle, direto ou indireto, do capital estrangeiro. E tão freqüente se vinha tomando essa rendição que o Governo, há cerca de um mês, decidiu tomar a si a aprovação da venda de novas empresas, ao mesmo tempo que instituiu, para a concessão de prioridades, critérios mais inclinados a prestigiar empreendimentos de iniciativa nacional.

Paciência e patriotismo?

Certamente, a recente resolução veio responder a muitas queixas, mas, de qualquer forma, parecem subsistir razões a Olivieri, que, em seu discurso, assinalou que "a concorrência entre a empresa estrangeira multinacional e a empresa privada nacional não existe, pela imensa diferença entre a ordem de grandeza dos capitais investidos, da relatividade dos riscos empresariais e das facilidades de mo-

bilização de recursos nos mercados financeiros e de capitais".

Dentro dessa linha de raciocínio, e citando o economista Carlos Von Doellinger, do IPEA, o presidente da ABIMA destacou que, em média e no conjunto dos setores, a filial brasileira representa menos de 0,5% da firma internacional, em termos de inversões. Portanto, "uma ampliação de 100% da filial brasileira representa, para o conjunto do grupo a que pertence, um aumento de 0,5% da inversão total. Em contraste, para a firma nacional tal aumento significa de fato duplicar o seu capital".

Rogério Magalhães também não deixou de lembrar essa espécie de diferenciação, ao admitir que, "evidentemente, não é com o volume de seu capital que a empresa nacional abrirá a sua trilha, mas certamente o fará com imaginação e criatividade, com coragem e esforço, com paciência e patriotismo". Por outras palavras, ainda segundo Magalhães, "um empresário progressista e patriota há de cuidar de melhorar a comunidade em que opera, há de entender o inter-relacionamento dos problemas econômicos, sociais e políticos". Naturalmente, "para sua própria sobrevivência, ele não perderá de vista o aspecto global do desenvolvimento: há de saber que a sua mão-de-obra é também o seu consumidor, que o seu gerente de hoje poderá ser o seu parceiro ou o seu competidor de amanhã".

Ao advertir que sua posição não deve ser encarada como xenófoba, Magalhães repisou a ressalva que geralmente acompanha declarações como as suas. Com isso, os pronunciamentos ganham algumas tintas do necessário realismo e neles passa a encontrar abrigo justificado a defesa da colaboração do capital estrangeiro — através do fornecimento de tecnologia, por exemplo, como lembrou Magalhães. Mas não só nesse campo, porém, onde as partes se mantêm a distância. Na opinião de Magalhães, podem perfeitamente juntar-se o escasso capital privado nacional, os recursos do Governo e o investimento estrangeiro: "É nessa fórmula que o capital nacional perde a sua timidez e negocia em pé de igualdade com o capital estrangeiro, porque tem o Governo a escorar-lhe a posição".

O superintendente da Melamina referia-se ao respaldo que o Governo estaria fornecendo a empreendimentos na área da petroquímica, numa linha de procedimento homogêneo ao longo do tempo e através de seus principais órgãos.

apesar do otimismo o BRASIL NÃO FOGE A REGRA

ROBERT APPY

Existe um consenso geral nos países industrializados: o maior problema, hoje, é conter uma inflação que não pode apenas ser explicada pela alta do preço do petróleo. O professor Galbraith, em seu artigo, está de acordo com o relatório anual do Fundo Monetário Internacional, que acaba de ser publicado: a luta contra a inflação deve ter prioridade. Não é um imperativo apenas para os países de moeda-chave, mas, como o lembra o FMI, também os países em desenvolvimento, mais do que nunca, têm de cuidar deste aspecto da política econômica.

Ora, pela leitura do II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND — verifica-se que, se o problema não está totalmente esquecido, também não está definida claramente a estratégia que as autoridades entendem idónea para enfrentar um problema tão delicado, nem, tampouco, há referências às possíveis consequências da inflação mundial sobre o Brasil.

Existe, pelo menos implicitamente, uma referência à taxa de inflação prevista para 1975: todos os valores em cruzeiros estão em cruzeiros de 1975, que, naturalmente, exigiu da "leitura do governo" a inflação do próximo ano. As autoridades não publicaram as bases dos seus cálculos, mas, com alguma paciência e muitas hipóteses, pode-se chegar a uma idéia aproximada da taxa de inflação programada pelos autores do II PND para o exercício de 1975. Com efeito, tendo os dados do PIB em 1973, podemos admitir para ele um crescimento de 10% no presente exercício e também calcular para 1974, com uma certa margem de segurança, inflação deste exercício. Ora, como o II PND fornece, em valor de cruzeiros de 1975, a estimativa do PIB em 1974, é relativamente fácil descobrir o que serviu de base para as autoridades: podemos admitir que a taxa de inflação prevista para o ano que vem será da ordem de 14-16%.

Temos de reconhecer que se trata de um objetivo ambicioso — que na realidade não engaja o governo, pois ele não divulga sua meta — mas que deverá exigir um grande esforço, e que certamente é baseado numa relativa contenção dos preços no Exterior. Deste ponto de vista, é preciso esclarecer que, embora não tenha sido escrito no II PND, os dados em dólares relativos ao comércio exterior foram calculados em valor nominal e não constante, admitindo-se uma inflação mundial de 6% ao ano, muito inferior à taxa atual.

O II PND resume, logo de início, o objetivo do governo: "A Nação será mobilizada para, crescendo rapidamente, mas sem superaquecimento, controlar a inflação e manter em razoável equilíbrio o balanço de pagamentos com alto nível de reservas". Não se pode negar que se trata, para economistas, de objetivos aparentemente contraditórios, quando se considera a situação brasileira.

Uma taxa de crescimento de 10% ao ano — que o próprio ministro da Fazenda reconhece que poderá ser mudada — é, em qualquer país do mundo, uma taxa que cria um ambiente favorável ao chamado "superaquecimento". No caso do Brasil, não podemos desconhecer que, atualmente, não são apenas as forças exógenas (inflação importada) que alimentam a espiral de preços, mas também a existência, em certos setores, de um desequilíbrio entre a oferta e a procura de bens. Ora, o próprio II PND reconhece que estamos agora numa situação de "pleno emprego" dos fatores de produção, o que exige um vultoso esforço de investimentos para atender à demanda. Os investimentos que, por definição, exigem um certo prazo para se tornar produtivos, têm o grande inconveniente de distribuir rendimentos antes de aumentar a produção. Isso já constitui um fator de "aquecimento" numa economia em que a demanda não está plenamente satisfeita.

Mas o governo, no II PND, está prevendo um aumento de 55% no consumo pessoal, em cinco anos, percentagem, apenas inferior ao crescimento do PIB. E esse consumo deverá atingir especialmente as grandes massas da população. Isto é, terá um efeito muito sensível sobre a demanda agregada.

O relatório anual do FMI, ao analisar as tendências da economia mundial e dos países em desenvolvimento em particular, está aconselhando a aceleração de uma taxa de crescimento inferior à dos anos anteriores, e uma taxa de desemprego maior. O II PND não se enquadra nesses conselhos ao prever uma taxa de crescimento igual à dos anos anteriores e uma de emprego muito maior. Não queremos dar toda a razão aos peritos do FMI, mas pelo menos é necessário reconhecer que, realmente, o II PND não se enquadra muito nas perspectivas internacionais.

O modelo brasileiro, como se verifica, não admite o controle da inflação através de uma redução da taxa de crescimento: embora aceite uma ligeiramente inferior — cerca de 7% ao ano — isto está longe de representar uma "performance" medíocre em relação ao que se pode esperar dos outros

países. Existem, para conter as pressões inflacionárias, outros métodos aos quais se refere o professor Galbraith: controle dos meios de pagamento, controle de preços e equilíbrio orçamentário. O II PND admite perfeitamente o uso desses remédios clássicos, e o governo do general Geisel mostrou, nos últimos meses, sua firme determinação de conter a expansão dos meios de pagamentos.

Temos, entretanto, de reconhecer que este severo controle foi possível graças a uma expansão — certamente excessiva — dos meios de pagamentos num período anterior. Agora, já estamos na fase em que qualquer restrição excessiva acarreta uma diminuição da produção, como bem o mostram as reduções de impostos que as autoridades acabam de implantar para salvar da recessão alguns setores. Conviém acrescentar um outro fato, aliás assinalado como positivo no relatório do FMI: a diminuição das reservas (no caso brasileiro foi apenas uma estagnação de nossas reservas cambiais) contribui para uma redução dos meios de pagamento. Parece intenção do governo não favorecer um aumento das reservas, mas podemos perguntar em que medida a necessidade de aumentar nossa dívida externa não nos obrigará a oferecer garantias a nossos credores, ou seja, elevar também nossas reservas...

O controle de preços está se aperfeiçoando, mas a simples leitura do comentário do professor Galbraith mostra como sua eficácia é muito relativa. É provável que, numa economia em que a demanda está crescendo a uma taxa muito elevada, os controles não se tornam suficientes para impedir a alta de preços.

O equilíbrio orçamentário — que já foi atingido no ano passado e provavelmente o será neste exercício — constitui uma opção claramente definida no II PND. Esta meta será atingida? A resposta só pode ser positiva, se a taxa de crescimento do PIB for a prevista no II PND, pois a Secretaria de Planejamento estabeleceu seus cálculos de dispendios e investimentos em bases relativamente serias. No entanto, na medida em que outros fatores podem impedir a manutenção da taxa de crescimento previsto, deve-se esperar uma possível queda da arrecadação e, em consequência, o aparecimento de um déficit orçamentário.

Não somos os únicos que admitam a possibilidade da existência de fatores capazes de impedir o crescimento do PIB à taxa de 10% ao ano: é o próprio ministro da Fazenda que reconhece que a taxa prevista no II PND poderá não ser atin-

gida, em razão da própria situação cambial. O II PND prevê um aumento anual de 20% para as exportações e as importações que, ao fim de cinco anos (1979), deverão atingir, cada uma, 20 bilhões de dólares. Cumpre, entretanto, notar que, a uma taxa de crescimento de 20%, nessas importações — se tomarmos por base os resultados de 1974 — teriam de atingir mais de 30 bilhões de dólares. Podemos aceitar que os resultados de 1974 foram "atípicos", mas nada permite prever que podemos ter uma sensível redução em nossas compras no Exterior nos próximos anos. Nenhum dado sobre o consumo do petróleo foi publicado no II PND e seria muito arriscado prever, hoje, uma grande redução no preço do "ouro negro". A necessidade de bens de capital é imensa para um Plano tão ambicioso e temos de reconhecer que se hoje, para cada crescimento de 1% dos investimentos temos um aumento de 1,8% das importações de bens de equipamentos, mesmo com os progressos esperados para produção de equipamentos nos próximos anos será difícil reduzir a menos de 1,5% a relação atual.

Com relação às exportações existem muitas dúvidas quanto à possibilidade de se manter uma taxa de crescimento de 20%. A leitura do relatório anual do FMI e as perspectivas que nos oferece o professor Gal-

braith mostram que teremos de enfrentar um mercado internacional cada vez mais difícil e que a diminuição do ritmo de crescimento da economia dos países industrializados não favorecerá um novo surto de preço igual ao dos anos anteriores, que nos permitiu obter tão bons resultados naquele setor.

O II PND começará a ser executado numa situação cambial delicada, com uma dívida externa que se fixará entre 18 e 19 bilhões de dólares. Será possível obter todos os recursos necessários para cobrir o déficit do balanço de contas correntes? É uma pergunta à qual é difícil responder num mundo tão perturbado, e no qual já se notam sérias dificuldades para obter os empréstimos necessários. Tudo indica que o balanço de pagamentos será um ponto de estrangulamento para o nosso ambicioso programa de crescimento. Mas, aceitando um crescimento menor, teremos talvez a possibilidade de manter a taxa de inflação sob um relativo controle. O Brasil é agora — em função de seu dinamismo e dos resultados alcançados nos últimos anos — um país integrado à economia mundial. Não pode constituir uma exceção no mundo, mesmo dispondo de fatores muito mais favoráveis que outros países. Como também não pode esperar que as leis econômicas não se apliquem a ele...

Rev. Conjuntura Economica - março 74

Tabela III - Limitações à expansão da produção em janeiro-74 percentagens ponderadas das respostas

DISCRIMINAÇÃO	Produção em Expansão.	Expansão impedida por:					Outros Fatores	Não Especificada
		Insuficiência da Procura	Operação à plena capacidade	Excassez de:				
				Capital de giro	Matérias-primas	Mão-de-obra		
<u>GERAL</u>	<u>22</u>	<u>7</u>	<u>39</u>	<u>1</u>	<u>20</u>	<u>1</u>	<u>3</u>	<u>7</u>
<u>Regiões:</u>								
São Paulo	26	6	35	1	19	1	4	8
Guanabara	45	11	14	1	17	1	4	7
Minas Gerais	12	3	66	2	7	0	2	8
Sul	18	13	20	2	22	3	11	11
Nordeste	17	11	34	4	18	0	5	11
<u>Setores:</u>								
Bens de Consumo	16	12	41	2	23	0	2	4
Máquinas, Veículos e Acessórios	32	2	40	0	18	1	0	7
Material de Construção	32	1	33	0	26	0	6	2
Outros Consumos Intermediários	19	4	47	1	16	1	6	6
<u>Gêneros Industriais:</u>								
Produtos de Minerais-não-metálicos	30	4	53	0	5	1	3	4
Metalúrgica	19	1	49	1	22	2	2	4
Mecânica	22	3	38	0	27	1	0	9
Material Elétrico e de Comunicações	53	1	19	0	22	1	0	4
Material de Transporte	29	4	58	1	4	1	0	3
Mobiliário	26	19	8	5	38	3	0	1
Celulose, Papel e Papelão	17	0	32	0	29	0	2	20
Borracha	63	0	31	0	1	0	1	4
Couros e Peles	1	82	0	2	1	0	0	13
Química	11	4	49	1	17	0	11	
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	36	27	16	0	15	0	1	5
Perfumaria, Sabões, Detergentes e Velas	39	0	12	0	48	0	0	1
Produtos de Matérias Plásticas	19	14	9	1	52	0	0	5
Indústria Têxtil	16	3	48	3	19	1	1	9
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	17	15	37	4	19	2	1	5
(Calçados)	(24)	(28)	(29)	(9)	(0)	(4)	(1)	(5)
Produtos Alimentares	14	8	22	3	36	0	7	10
Bebidas	4	6	77	0	5	1	0	7
Fumo	1	82	15	1	1	0	0	0

Novas empresas do BNDE vão corrigir distorções, diz Vianna

E.S.P. - 14-06-74

Da Sucursal de RIO

Durante a instalação das empresas Embramec, Fibas e Ibrasa, em cerimônia realizada quarta-feira última, sob a presidência do ministro Reis Veloso, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), Marcos Vianna, afirmou que o desequilíbrio que se manifesta na composição da pauta de importações do País proveceu a necessidade de um volume de divisas crescente, a ponto de gerar preocupações em relação à situação da balança comercial com o exterior, apesar do êxito notável do lado das exportações. "Somente em equipamentos — revelou — importamos 2,3 bilhões de dólares em 1973, devendo esse nível ultrapassar três bilhões no corrente ano".

Eis: na íntegra o discurso pronunciado pelo presidente do BNDE, ao qual as três novas empresas estão vinculadas: "O significado, para a economia nacional, de criação das três empresas constituídas — Ibrasa, Embramec e Fibas — revela-se na importância deste ato, prestigiado pela presença de ministros de Estado, representando o mais elevado escalão do governo federal, e de tantas personalidades expressivas dos quadros governamentais e empresariais brasileiros, assim como pela atenção extraordinária que vem despertando nos setores da opinião pública interessados no desenvolvimento do País.

Trata-se, efetivamente, de um verdadeiro e significativo marco que se implanta na rota traçada com segurança pelo governo e percorrida com dinamismo por toda a Nação em direção aos objetivos do desenvolvimento, da modernização e do bem-estar.

A decisão tomada pelo presidente da República, após ouvir o Conselho de Desenvolvimento Econômico, quando de sua primeira reunião, baseou-se em estudos processados e amadurecidos ao longo da experiência dos últimos anos, dos quais originaram-se indicações cada vez mais claras da conveniência, da oportunidade e, já ultimamente, da necessidade da criação desses novos instrumentos.

DESEQUILIBRIO

Na perspectiva em que se enquadraram a Embramec e a Fibas, o objetivo fundamental é o de corrigir um desequilíbrio flagrante da nossa estrutura industrial, erigida a partir de um modelo que favorecia a implantação dos segmentos produtores de bens de consumo pela concessão de facilidades à importação de equipamentos e matérias-primas. Foi um modelo, megalmente válido, que produziu frutos tão importantes quanto esses que se refletem na vitoria, na qualidade e na diversificação da nossa produção industrial, elemento verdadeiramente imensurável do nosso crescimento econômico. Gerou, entretanto, a situação de desequilíbrio referida, na qual se evidencia a dimensão relativamente pequena dos setores ba-

sicos — produtores de bens de capital e de insumos básicos — desproporção esta que se acentua rapidamente nos anos que correm, ameaçando constituir-se em obstáculo cada vez mais grave à continuidade do nosso processo de desenvolvimento.

Esse desequilíbrio se manifesta, também, e de forma igualmente alarmante, na composição da nossa pauta de importações, onde bens de capital e insumos básicos demandam volumes de divisas que crescem intensamente, a ponto de gerar preocupações em relação à situação da nossa balança comercial com o exterior, apesar do êxito notável obtido do lado das exportações.

Somente em equipamentos, importamos US\$ 2,3 bilhões em 1973, devendo esse nível ultrapassar os US\$ 3 bilhões no corrente ano. Com matérias-primas fundamentais, sem computar o petróleo, gastamos US\$ 1,2 bilhão em 73 e deveremos despendar mais de US\$ 1,5 bilhão em 74. Em conjunto, os dois grandes itens representam cerca de 60% do total das nossas importações, excluindo o petróleo.

Estamos, pois, diante de um novo caminho que se abre para a economia brasileira: o da substituição de importações na área da indústria pesada. Um caminho cuja exploração exigirá esforços e investimentos de grandes proporções — em instalações produtivas e em absorção de tecnologia — mas um caminho fértil e extremamente promissor que, uma vez percorrido, levará o Brasil, com

toda a certeza, ao patamar das nações ditas plenamente desenvolvidas do mundo moderno.

Em tais circunstâncias, esse quadro de desequilíbrio, que suscita graves preocupações, é também auspicioso, ainda que pareça paradoxal, pois são justamente os desequilíbrios que geram as forças do desenvolvimento. São os desafios que movem para frente as civilizações.

FORTELECIMENTO

De outra parte, com referência ao enfoque em que se situa a Ibrasa, o objetivo é o de fortalecer e elevar a posição da empresa privada nacional, em outros setores importantes, que não os anteriormente citados.

Colocada como uma das posições básicas do nosso sistema, a de que a empresa privada brasileira deve ser o principal agente promotor da atividade econômica do País, e reconhecida como problemática a situação de relativa debilidade em que se encontra, face às dimensões muito maiores das companhias internacionais e das empresas do Estado, levantaram-se as diversas alternativas que poderiam conduzir a uma substancial modificação desse quadro. Feito o confronto, optou-se pela solução positiva e engrandecedora: ao invés de impor qualquer restrição ao capital estrangeiro, cujo ingresso em volumes crescentes interessa sobremaneira ao nosso desenvolvimento econômico, decidimos estimular, auxiliar e impulsionar paralelamente a empresa privada nacional.

Responsabilidade do setor privado na defesa da empresa nacional

O governo do general Ernesto Geisel quis implantar em prazo curtíssimo três empresas criadas sob a orientação do BNDE e que terão a missão de "transformar o empresário nacional no principal agente do processo produtivo do Brasil", segundo a expressão do presidente daquele banco, Marcos Pereira Viana. Não podemos duvidar de que a intenção das autoridades seja realmente a de fortalecer o setor privado. A constituição da diretoria das três sociedades — A Mecânica Brasileira S/A. (EMBRAMEC); a Investimentos Brasileiros S/A (IBRASA) e a Cia. Brasileira de Insumos Básicos (COMBASI), o comprovou. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que,

nos mecanismos previstos existe uma ameaça de estagnação, ameaça que não depende apenas do uso desses instrumentos por um outro governo, mas também da própria atitude do setor privado, que deve ter consciência das suas responsabilidades em face do problema.

Para afastar esse perigo, que transformaria o modelo brasileiro de um sistema de economia privada sustentada pelos fundos públicos em uma economia de capitalismo estatal, deve-se adotar algumas precauções, que exigem esforços e imaginação tanto do setor público quanto do privado. Em primeiro lugar parece-nos que tudo deve ser feito para fortalecer o mercado de capitais. Não há

dúvida de que até agora pensou-se muito mais em desenvolver o mercado de títulos de renda fixa do que o de ações. Ora, se as operações de underwriting que serão realizadas pelas novas empresas não devem transformar-se em participações permanentes e crescentes do Estado, faz-se preciso interessar os investidores na compra de ações.

É preciso também que as novas empresas sob controle do BNDE se mostrem muito cuidadosas na escolha das sociedades privadas a que ajudarão. Não devem ser um hospital para empresas em má situação. Devem, ao contrário, incluir, nas suas carteiras, ações de empresas que, graças ao novo aporte de capital, poderão desenvol-

E.S.P. - 19-09-74

ver-se rapidamente e estimular a poupança privada a adquirir esses títulos. É mister também, levando-se em conta que os recursos das três empresas serão limitados, que as sociedades privadas não contem excessivamente com a ajuda oficial para fortalecer sua posição. Esta ajuda deve ser apenas supletiva, nunca exclusiva. Eis um novo desafio ao País que conseguiu nos últimos anos encontrar fórmulas originais no campo econômico. Nossa experiência será acompanhada pelo mundo inteiro: esperemos que não decepcione.

Para Velloso, País vai bem

ESP.-9-74

O ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, João Paulo dos Reis Velloso, ao expor ontem nesta Capital os objetivos do II Plano Nacional de Desenvolvimento aos empresários paulistas, afirmou que não existem razões para ficarmos intranquilos em relação à crise mundial, uma vez que o Brasil atinge dimensões econômicas capazes de neutralizar quaisquer efeitos excessivamente danosos ao desenvolvimento nacional.

Em sua reunião de ontem, Reis Velloso lembrou ao empresariado paulista que, historicamente, as grandes crises mundiais sempre acabaram por favorecer ao Brasil, como aconteceu após o "crack" de 29 e ao período imediatamente posterior à II Grande Guerra, quando o País acelerou sua atividade de industrialização.

Lembrou que com a crise mundial ou sem ela, já chegara a hora de um reajustamento da economia brasileira, sobrevindo o momento de reestarmos em processo de substituição de importações, com ênfase principalmente na pro-

dução de equipamentos modernos e de matérias-primas locais.

Mostrou que a elevação das importações brasileiras não teve o comportamento desejável e que, fisicamente, as importações de petróleo foram pouco significativas, pois registraram um aumento de apenas 0,5%.

Revelou que, atualmente, o Brasil representa o oitavo mercado do mundo ocidental e um dos que mais cresce em toda a economia mundial, daí a grande expansão que deverá ocorrer em seu mercado interno. As exportações e importações deverão manter uma alta relação de crescimento. Quanto às primeiras, Reis Velloso revelou que a política será orientada no sentido de diversificar os mercados, entre outras medidas.

NACIONALISMO

Para o ministro, o nacionalismo positivo pode ser entendido como a estratégia para que possam ser atingidos objetivos nacionais, mediante o fortalecimento das empresas brasileiras mas sem necessidade de prejuízo às estrangeiras. O governo não é contra o lucro, acrescentou, opinando que este apenas acahe ser uma condição indis-

pensável à expansão da livre iniciativa, embora em certos setores o empresário deva obedecer com certo rigor à estratégia do desenvolvimento nacional.

Observou, também, que o Brasil deve procurar não depender excessivamente do exterior, mas que tal questão deve ser encarada sempre com pragmatismo, e não com base em inócuas, quando não ruinosas, posições ideológicas.

REAÇÃO

Para o presidente da Federação do Comércio de São Paulo, José Papa Junior, o II PND consagra o princípio de integração da livre empresa como instrumento de fundamental importância para o desenvolvimento brasileiro.

O Plano, segundo ele, dá ao empresariado nacional, responsabilidades próprias, como competitividade, eficiência e visualização dos programas de investimentos governamentais durante um período de cinco anos. O PND, frisou, mostra ao empresário claramente suas obrigações para com a sociedade. O lucro — disse — deve ser instrumento a utilizar em benefício do desenvolvimento nacional.

Simonsen

ESP.-27-07-74

Aos empresários gauchos, o ministro da Fazenda deu o que considerou um recado: "Quando o governo nega alguma reivindicação, não é por mero sadismo, é porque não se pode atender a todas as reivindicações simultaneamente". Em seguida, afirmou que: "vivemos uma das crises mais difíceis de conjuntura mundial", fornecendo alguns números: 80 por cento do Produto Nacional Bruto dos países desenvolvidos, que é, em média, de 80 bilhões de dólares, estão depositados nas contas bancárias dos países exportadores de petróleo. "A inflação mundial chega a taxas que não encontram precedentes na história. E o mundo não estava preparado para isso".

SÓ ARRANHÕES

O Brasil, lembrou o ministro, tinha que "sofrer o impacto mundial. O que temos de positivo, porém, é que os nossos arranhões foram pequenos". O ministro também afirmou que as nações "desenvolvidas sabem que o ideal agora é conviver com a inflação" e que o impacto da crise mundial foi reduzido ao mínimo no Brasil com o realinhamento de preços de janeiro a abril e as recentes medidas do governo contra as importações de superfúos, que foram demasiadas no período de janeiro a maio".

Velloso e as Multi (ESP.13-7)

Ao instalar ontem o primeiro curso de pós-graduação em economia a nível de doutorado, no País, na Fundação Getúlio Vargas, o ministro Reis Velloso, do Planejamento, afirmou que o governo não cogita de legislação restritiva ao capital estrangeiro, mas deixou implícita uma crítica à atuação das empresas multinacionais. Disse o ministro que essas empresas devem demonstrar "consciência de suas responsabilidades sociais e reconhecer que não podem realizar suas políticas independentemente, ou à revelia, das estratégias nacionais dos países em que atuam".

REGRAS DO JOGO

No chamamento que fez às empresas multinacionais que atuam no País o ministro Reis Velloso disse que o "Brasil adota, no assunto, posição madura, pragmática e não ingenua. Procura definir os seus interesses e criar os instrumentos práticos para levar as multinacionais, de um lado, a engajar-se nos trabalhos que nos interessam e, de outro lado, a respeitar as regras do jogo definidas para a sua participação na economia interna e para a sua convivência, em equilíbrio, com

a empresa nacional.

"A propósito, no momento em que, como no atual estágio, a tarefa de crescer se torna muito mais árdua — pelo esgotamento da capacidade ociosa da indústria, pela inflação mundial e pela crise de energia — já começam a surgir as sugestões de fazer o País crescer em ritmo moderado. Isso seria desastroso, como definição de política de desenvolvimento. O que se deve fazer é, mantendo a inflação a nível tolerável e sob controle a situação do balanço de pagamentos, preservar o objetivo de efetivar o pleno potencial, nas novas circunstâncias, o que, em 1974, se traduz por uma meta de crescimento de 10%".

O Mopólio da Petrobrás e o Modelo Brasileiro

(Editorial -ESP 26-09-74)

Trocado em miludos, isso significa que teremos de qualquer modo de recorrer em escala crescente, nos três próximos anos, a empréstimos externos para manter nossa capacidade de desenvolvimento. Mas poderemos obtê-los somente com a condição de oferecer garantias quanto à nossa ca-

pacidade de reembolsar a dívida. Esta garantia se chama "petróleo". Ou conseguimos descobrir, em tempo muito breve, novas jazidas (que poderão exigir três ou quatro anos para se tornarem exploráveis) ou estaremos condenados a optar por uma forte redução de nossa taxa de crescimento.

Nesta quadra é que se deve colocar o problema da soberania nacional, que a demagogia torna uma bandeira para candidatos com o chamado "mal de eleição". Mesmo com os grandes recursos previstos para fins de exploração petrolífera — os quais somente existirão se pudermos manter uma alta taxa de crescimento —, não é possível a curto prazo, ainda admitindo-se que possuíssemos a tecnologia indispensável, conseguir resultados satisfatórios.

Nesta folha, entendemos que a Nação é suficientemente forte e estruturada economicamente para aceitar a colaboração do capital privado nacional e estrangeiro, com o objetivo de procurar oferecer aos credores do Exterior garantias sem as quais seremos obrigados a aceitar uma estagnação, o que de nosso ponto de vista não consolidará a soberania nacional.

Prova de Racionalidade

(Trecho do editorial da Rev. VISÃO) 8-07-74

O petróleo é matéria-prima tão essencial ao nosso progresso quanto rara, em nossa terra. Outros países, mesmo os mais ferrenhamente nacionalistas, admitem a entrada de capitais privados (estrangeiros, no caso), para complementar a pesquisa ou promover a exploração de riquezas naturais, como o óleo e o gás. Nada justifica que o Brasil se atere a uma posição talvez ideologicamente justificável, no ano passado, mas que o progresso e a realidade tornaram obsoleta.

Tudo isso, naturalmente, sem prejuízo dos entendimentos do Governo a Governo, para consolidar as fontes existentes, criar novas e desenvolver as pesquisas a cargo da própria Petrobrás, aqui e no exterior. E será provavelmente esta a prova suprema da racionalidade dos nossos técnicos.

Deficit Comercial tende a atingir US\$ 5 bilhões

E.S.P.
20-09-74

Da Secursal de
BRASILIA

A elevação do "deficit" do balanço de pagamentos este ano a cinco bilhões de dólares passou a ser admitida como "provável" por técnicos do Ministério da Fazenda, com base nos resultados apurados no período janeiro-agosto, quando o "deficit" chegou a 2,5 bilhões de dólares (24.850 milhões de cruzeiros). Baseiam-se também na perspectiva de que, no restante do período (setembro/desembro) o "deficit" mensal médio atingirá a 400 milhões de dólares.

Até julho, as autoridades fazendárias admitiam que o "deficit" no balanço comercial não ultrapassaria os três bilhões de dólares. Na conferência que proferiu para os empresários norte-americanos do "Council of the Americas", em 15 de agosto passado, o secretário-geral do Ministério da Fazenda, José Carlos Soares Freire, admitia que as importações este ano não ultrapassariam os onze bilhões de dólares, enquanto as exportações alcançariam facilmente os oito bilhões de dólares.

A reavaliação que está sendo procedida pelo Ministério da Fazenda, apoiado no comportamento do período janeiro/agosto e nas perspectivas de setembro/desembro, indica que para atingir o nível de oito bilhões de dólares no exercício, o País teria que exportar nos últimos quatro meses do ano 3,5 bilhões de dólares, correspondendo a uma exportação média mensal de 875 milhões de dólares.

Ocorre que as perspectivas de reação dos produtos agrícolas são problemáticas. Mesmo em relação ao café, os negócios especiais autorizados pelo governo com o

objetivo de incrementar as vendas, apesar da redução do preço, até agora não produziram os resultados esperados. São os produtos primários, segundo os técnicos, os responsáveis principais pelo declínio do crescimento das exportações em janeiro/agosto em relação a idêntico período do ano passado. Em 1973, o crescimento foi de 14,1%, em relação a 1972, e neste ano, de 43,3% em relação a 1972.

Os baixos preços do soja, no início da comercialização, e as restrições à exportação de carne e algodão também são apontados como fatores que limitaram o crescimento global das exportações, apesar do desempenho positivo dos manufaturados.

IMPORTAÇÕES

Enquanto surgem problemas para o incremento das exportações no último quadrimestre do ano, período de tradicional ativação do comércio internacional, a pressão sobre as importações continua ativa, comandada pelo petróleo, os bens de capital e os minérios não ferrosos, especialmente o cobre, cujas aquisições já ultrapassaram os 250 milhões de dólares.

O valor médio mensal de 935 milhões de dólares que vinha sendo mantido até junho, foi superado em julho, quando as importações alcançaram 1,2 bilhão de dólares e em agosto, com o resultado de 1,3 bilhão de dólares.

As restrições impostas à importação de superfluos, que no ano passado custaram cerca de 400 milhões de dólares em divisas, aparentemente não influíram no sentido de reduzir o valor global dos produtos importados, embora os técnicos da Secretaria da Receita Federal ainda não disponham de dados completos a respeito.

A dívida externa vai a 19 bilhões

ESP.-21-09-74

Assessores do ministro da Fazenda, Mário Simonsen, informaram ontem, no Rio, que o déficit de 5 bilhões de dólares no balanço de pagamentos, este ano — 2 bilhões acima das previsões feitas em junho último — elevarão a dívida bruta do País, ao final do exercício, a 19 bilhões de dólares. Esse fato acarretará, segundo as mesmas fontes, o alcance da relação de 1,72 entre a dívida líquida e as exportações, apontadas como a mais alta dos últimos seis anos. Ao mesmo tempo, em São Paulo, o ministro Simonsen afirmava que a dívida externa brasileira deverá chegar a 18 bilhões de dólares, até o fim do ano e que, contando com reservas de 6,5 bilhões de dólares, exportações estimadas em 7,5 bilhões e uma dívida líquida de 11,5 bilhões, a situação do País poderia ser considerada "satisfatória".

Agricultura cresce metade do previsto

ESP. 21-09-74

A previsão de 7,4 por cento para a taxa de crescimento do valor bruto real da agricultura paulista para o ano agrícola 73/74, encerrado em junho, não se confirmou e ela se reduziu a praticamente a metade do previsto, fixando-se em 3,11 por cento. A revelação integra o primeiro Prognóstico sobre o setor de produção vegetal e animal da Região Centro-Sul do

País, editado pelo Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura de São Paulo, enviado ontem ao Ministério da Agricultura. No Interior do Estado, agravam-se os problemas gerados pela longa estiagem, que ameaça uma quebra de 40 por cento na produção agrícola.

Inflação em oito meses 25.6%

E.S.P.
13-09-74

A taxa de inflação, medida pelo conceito de disponibilidade interna do índice geral de preços, atingiu 25,6% nos primeiros oito meses do ano, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Em agosto, o índice geral de preços refletiu alta de 1,1% no conceito de oferta global, e de 1,3% no de disponibilidade interna.

O confronto com a evolução dos preços em julho (aumentos

de 0,9% e 1,2%, respectivamente) demonstra uma certa estabilização do ritmo inflacionista. Em relação ao primeiro semestre, contudo, esse nível é substancialmente inferior à taxa média geométrica de aumento de 3,5%, verificada no período em ambos os conceitos. O índice de preços ao consumidor (custo de vida) registrou alta de 1,8%, em agosto, com uma variação acumulada de 25% nos oito primeiros meses.

Previsão Otimista de Simonsen é Criticada

ESP.- 29-08-74

O senador Luiz Cavalcante (Arena-AL) refutou no Senado o que considerou "otimismo excessivo" das previsões feitas pelo ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, em palestra sobre a política econômico-financeira do País, feita há dois meses na Casa.

Segundo o parlamentar, já conhecidas as marcas da balança comercial relativas ao sétimo mês do ano, estão super-

das as afirmações de Simonsen de que "o nível normal do deficit no nosso balanço de pagamentos em conta-corrente, que indicaria a absorção líquida anual de capitais estrangeiros, seria da ordem de US\$ 2 bilhões. Com a crise do petróleo, poderia se esperar que essa cifra atingisse cerca de US\$ 4 bilhões. Segundo Luiz Cavalcante, em contradição a essas afirmações, o ministro da Fazenda declarou recentemente que elevou-se para US\$

7,8 bilhões o previsão anterior do deficit de US\$ 4 bilhões na conta-corrente do balanço de pagamentos.

Mereceu, ainda, reparos do senador alagoano as previsões de Simonsen segundo as quais, num período de 12 meses, "ainda que o Brasil não recebesse um único centavo de capitais externos de empréstimos e de risco, as reservas de US\$ 6,4 bilhões seriam mais do que suficientes para cobrir o deficit em conta-corrente e pagar as amortizações de empréstimos". Ora — enfatizou Luiz Caval-

cante — as reservas de US\$ 6,4 bilhões cobriram o deficit de US\$ 4 bilhões, inicialmente estimado. Agora que a previsão foi elevada para US\$ 7,6 bilhões, sua cobertura só será possível se as reservas forem acrescidas capitais externos no montante de US\$ 1,4 bilhão. Enfatizou, ainda, que admitir que o deficit se eleve a US\$ 7,8 bilhões, vale por admitir que a dívida externa se elevará, no final deste ano, a US\$ 19.600 milhões, o aumentar o nível das reservas só será possível à custa de empréstimos e, portanto, com os onus de juros. Considerando-se, além disso, o deterioramento das reservas pela contínua desvalorização do dólar.

Lojista vê comprador à beira da insolvência

E.S.P. - 14 - 9 - 74

Da Sucursal do RIO

O ministro Severo Gomes, da Indústria e do Comércio, prometeu estudar todas as conclusões e que chegaram os comerciantes lojistas e salientou a importância que o desenvolvimento do mercado interno deve assumir para o cumprimento das metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento. A promessa foi feita ontem, em discurso que pronunciou encerrando a XV Convenção Nacional do Comércio Lojista, no Hotel Nacional.

No início da sessão de ontem, o novo presidente da Confederação Nacional dos Clubes de Diretores Lojistas, Ricardo Miranda, demonstrou a "fase concordatária" em que se encontra o consumidor brasileiro, revelando que o Serviço de Proteção ao Crédito apresentou uma queda do volume de solicitações da ordem de 23,7% em agosto.

JUSTIÇA

O dirigente empresarial confrontou os dados do SPC do

Rio de Janeiro de agosto com os de julho (15%) para afirmar: "Está cristalinamente apresentado o dado irrefutável: pioramos ainda mais".

"Se acrescentarmos a esses dados — continuou — as agora crescentes solicitações de fornecimento junto aos SPCs os mutuários inadimplentes do sistema brasileiro de habitação, os motivos para a nossa preocupação são maiores ainda. Se observarmos que o salário mínimo, em relação ao ano de 1965, em termos deflacionados, ainda não representa qualquer elevação em termos reais, constatamos que os problemas são grandes e maiores ainda precisam ser as soluções".

"Quando apenas 10% dos contribuintes do imposto de renda — afirmou — são responsáveis por 70% do recolhimento e os demais 90% são taxados por necessidades de política econômica, nos defrontamos com a grande realidade de que a própria ciência, a própria economia, nem sempre é justa, porque é sempre voltada para prioridades que no nosso caso são enormes".

Em seu discurso, o empresário relacionou as quatro necessidades básicas para o equacionamento dos problemas dos lojistas: 1) a solução da fase concordatária em que se encontra o consumidor; 2) o estudo da empresa lojista com peculiaridades específicas; 3) uma perfeita separação entre os componentes do que vem a ser o comércio; 4) um tratamento creditício em equidade de condições.

"O comércio lojista — disse ainda — por suas peculiaridades, tem dificuldades acentuadas na obtenção de capital fixo e capital social. Os lucros poderiam ter um tratamento fiscal diferido quando capitalizados para o fortalecimento da empresa. O governo tem se apercebido disso e grandes conquistas já foram obtidas em termos de manutenção de capital de giro próprio. Estímulos à capitalização das empresas precisam ser acrescentados, nunca havendo o esquecimento de que o capital investido na empresa deve ser remunerado na proporção equivalente àquela que corresponde ao capital de terceiros".

COMÉRCIO EM CRISE

E.S.P.

9 - 74

Dos correspondentes Em Bauru e Franca

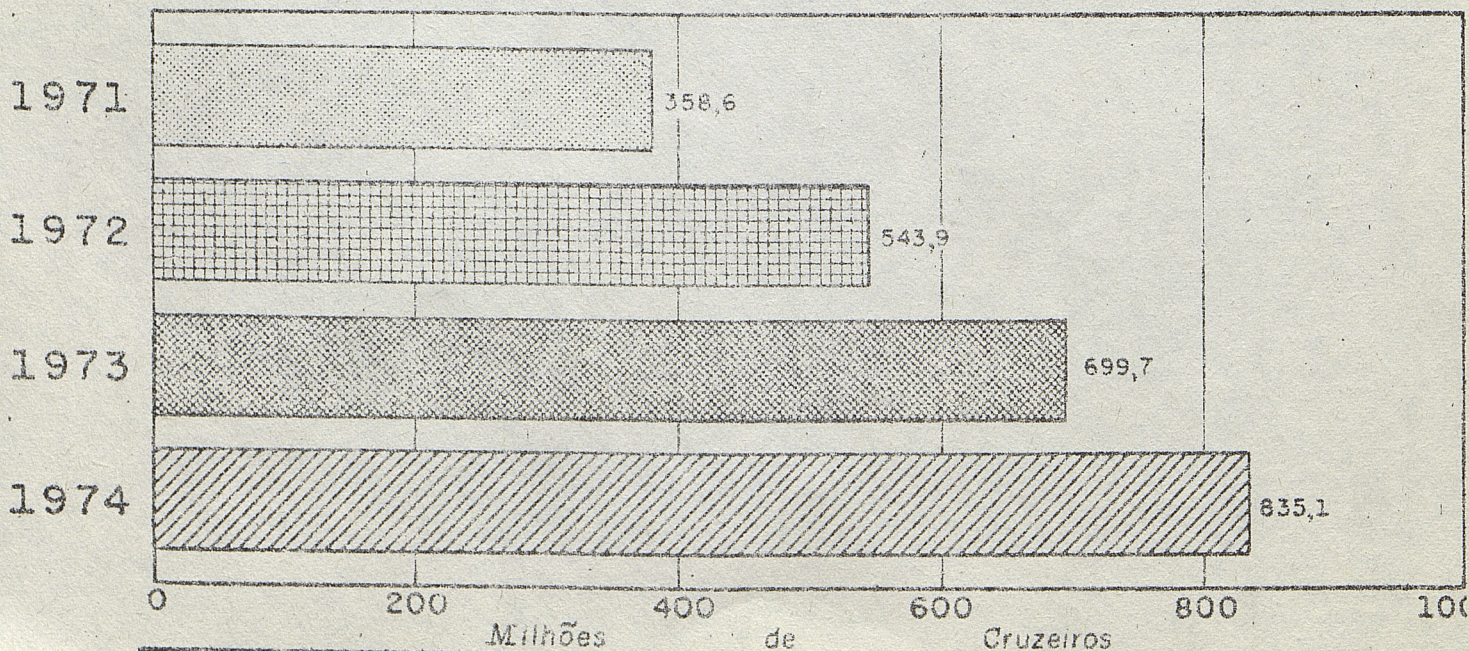
A limitação do crédito bancário colocou centenas de firmas do Interior em situação econômica "insustentável" e, se o governo não adotar providências imediatas, as repercussões da crise — que se reflete no aumento do número de falências, concordatas e de títulos protestados — poderão afetar a própria economia nacional.

Essa denúncia foi feita ontem pelo presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Bauru, Osvaldo Basti, durante a 7ª Reunião do Conselho do Comércio Varejista, que se realiza na cidade de São Pedro. O empresário criticou o ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, que "não se sensibilizou com os inúmeros apelos das empresas para que haja uma abertura nas carteiras de empréstimos e créditos".

CALÇADOS

Um grupo de empresários de Franca, cuja indústria de calçados está-se ressentindo dos problemas decorrentes da restrição de crédito, deverá viajar amanhã para Brasília, para uma audiência com o presidente do Banco do Brasil, Angelo Calmon de Sá.

TÍTULOS PROTESTADOS EM SÃO PAULO



Como conferir os Resultados do 1º PND

E.S.P. - 15-09-74

ETHEVALDO MELLO
DE SIQUEIRA

O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1.º PND) está terminando. Em pouco mais de três meses, ele passará à história como a formulação oficial mais ampla "do modelo brasileiro de organizar o Estado e moldar as instituições" para que, no período de uma geração, o Brasil se transforme numa nação desenvolvida.

A rigor, nunca ninguém poderá reclamar o cumprimento de um plano global de desenvolvimento. Por numerosas razões,

Aos olhos do cidadão comum, há muitas estradas novas, usinas hidrelétricas e outras obras divulgadas pela propaganda oficial.

Mas há — tristemente — uma reincidente ineficiência que sobrevive no sistema previdenciário, na assistência à saúde, nas ferrovias, nos portos, nos telefones, nos correios, nos serviços de transporte de massa, na Justiça (do Trabalho ou não), na radiodifusão oficial, nas diversas fiscalizações, autarquias e institutos.

As contradições parecem ter-se agravado paradoxalmente durante o 1.º PND que se vai cumprir neste 1974. Ao lado de índices expressivos de crescimento do PIB e de anunciadas reformas da estrutura burocrá-

tica, a qualidade da vida humana ainda enfrenta problemas cruciais: quase 15 milhões de pessoas inutilizadas como xistosos e vítimas da doença de chagas, mortalidade infantil crescente, epidemias e surtos incriveis no mundo moderno. Diante de tais desafios é que o 2.º PND é anunciado à Nação, como tentativa de ordenação global do esforço brasileiro para "em uma geração galgar a condição de país desenvolvido". Sem tradição estatística, sem indicadores precisos, é preciso confiar muito mais no possível acerto das diretrizes, na orientação filosófica ou na mística dos Planos Nacionais de Desenvolvimento do que nos resultados concretos e palpáveis da ação governamental.

não é viável conferir a concretização das metas gerais dos programas nacionais. A começar, no Brasil, pela carência de dados confiáveis: "Somos um país sem tradição estatística" — afirmam os planejadores. Por isso, seria indelmentável a acusação de que o primeiro PND deixou de atingir nove em cada 10 metas que se propôs para o período 1972-74. Não há dados seguros, confiáveis, para a refutação. A isso replicaria o governo, afirmando que foram alcançados todos os objetivos formulados no grande plano. E ninguém poderia também desmenti-lo.

tica, a qualidade da vida humana ainda enfrenta problemas cruciais: quase 15 milhões de pessoas inutilizadas como xistosos e vítimas da doença de chagas, mortalidade infantil crescente, epidemias e surtos incriveis no mundo moderno. Diante de tais desafios é que o 2.º PND é anunciado à Nação, como tentativa de ordenação global do esforço brasileiro para "em uma geração galgar a condição de país desenvolvido". Sem tradição estatística, sem indicadores precisos, é preciso confiar muito mais no possível acerto das diretrizes, na orientação filosófica ou na mística dos Planos Nacionais de Desenvolvimento do que nos resultados concretos e palpáveis da ação governamental.

A economia mundial e a brasileira (Edit.)

ESP. - 12-09-74

A elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) deve-se, em parte, ao fato de ter o Brasil formado, nas últimas décadas, economistas de alta competência, dentre os quais se podem citar Eugênio Gudin, Octavio Gouveia de Lindó, Roberto de Oliveira Campos, Celso Furtado, Alexandre Kafka, Antonio Delfino Netto, Afonso Celso Pastore, João Paulo Reis Magalhães, Mário Henrique Simonsen, Carlos Antonio Rocca, Carlos Geraldo Langoni, Betti Mindlin-Laffer, Fernando Cardoso e Rubens Vaz da Costa.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento apóia-se nesta consideração básica: uma boa política econômico-financeira não pode permanecer desatenta às mudanças que ocorrem na economia mundial. Mais ainda: se assim se mantiver, fatalmente fracassará. Desde a grande recessão que sobreviveu em setembro-outubro de 1929, se não desde antes, a economia brasileira sofreu influências de fatores que remontavam à Primeira Grande Guerra (1914-1918). Basta lembrar que praticamente se iniciou então o processo de industrialização no País, processo que se intensificou e depurou no curso da Segunda Grande Guerra (1939-1945). Todas as manifestações do superprotecționismo autárquico e do agravamento da inflação refletiram-se também, sensivelmente, na economia brasileira.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento destina-se a mostrar uma série de soluções alternativas e oportunas para a consecução deste objetivo primordial que é a manutenção de uma

alta taxa de crescimento do Produto Interno Bruto. Pretende o governo atingir esta meta fortalecendo a iniciativa privada e afastando todo e qualquer chauvinismo.

A disposição essencial do II PND consiste nisto: a administração federal e as empresas privadas não deverão planejar a curto prazo, mas a prazo médio. Por isso, o plano abarca todo um quinquênio. Suas metas principais são: ampliar o parque industrial, dinamizar as atividades agropecuárias, reduzir as diferenças de ordem regional e melhorar a distribuição da Renda Nacional, de forma a não prejudicar os investimentos e, portanto, a expansão e a modernização das atividades produtoras, urbanas e rurais.

Trata-se, sem dúvida alguma, de um vasto e árduo empreendimento, que exige a cooperação construtiva do governo, das classes produtoras e dos trabalhadores. Não há motivos, absolutamente, para supor que falem, a nossos economistas, senso de realidade, espírito prático e dons imaginativos capazes de facilitar a execução desse empreendimento. Estas qualidades de espírito eles as têm evidenciado constantemente, sobretudo nas duas últimas décadas. Espera-se, pois, que enfrentem, com habilidade, o grave desafio que nos lança a caótica situação da economia mundial.

Para isso, porém, faz-se imprescindível estabelecer uma coordenação mais racional de nossa política econômica, que nos últimos meses tem revelado a mais completa falta de orientação coerente, aliás em detrimento maior das atividades empresariais.

PNB de 75 só será fixado após definido rumo mundial

E.S.P. - 27-09-74

BRASILIA — O ministro Mario Henrique Simonsen, da Fazenda, disse ontem que o governo não anunciará a taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto em 1975 antes que o quadro internacional esteja suficientemente definido, para permitir uma estimativa bem próxima da realidade. Admitiu, porém, que haverá problemas para o País sustentar no próximo ano a taxa de crescimento prevista para este ano, que será em torno de 10%. O ministro ponderou que será um mero exercício de futurologia qualquer estimativa sobre o que ocorrerá no mundo no próximo ano, pois tudo depende

dos rumos que a política dos preços do petróleo tomar. Considerou, entretanto, que a taxa de crescimento continuará elevada, mas apenas o suficiente para não comprometer a credibilidade do País no exterior, por meio de um alto crescimento da dívida externa e de uma redução acentuada no nível das reservas. Afirmou que as previsões são de um "deficit" em conta corrente — balança comercial mais balanço de serviços, da ordem de US\$ 4 bilhões no próximo ano. As exportações deverão situar-se em torno de US\$ 9,5 bilhões e a dívida líquida — dívida bruta menos reservas — crescerá para US\$

14,5 bilhões, com um quociente de solvência (relação entre a dívida líquida e as exportações) da ordem de 1,53.

Para este ano, os dados reavaliados são os seguintes: exportações, US\$ 7,5 bilhões; importações, entre US\$ 12 e 12,5 bilhões, resultando um deficit na balança comercial de US 4,5 a 5 bilhões de dólares. A dívida líquida crescerá para US\$ 12,5 bilhões e o quociente de solvência ficará em 1,53 contra 1,04 no ano passado. Todavia — argumentou, ele ainda será inferior ao de 1971, que foi de 1,69. Ainda com relação ao desempenho do balanço de pa-

gamento este ano, disse que aos US\$ 4,5 ou 5 bilhões do deficit devem ser somados US\$ 2 bilhões o deficit da conta Serviços, produzindo um deficit em conta corrente de US\$ 6,5 a 7 bilhões. Para equilibrar o balanço de pagamentos haverá necessidade de um ingresso de capitais da ordem de US\$ 8,3 bilhões, levando-se em conta que há ainda US\$ 1,8 bilhão para amortização da dívida. Daquele montante US\$ 1,5 bilhão será de capital de risco e US\$ 6,8 bilhões de empréstimos, sendo que no período outubro-dezembro haverá necessidade de pelo menos US\$ 900 milhões de ingresso líquido.

Os objetivos e as vítimas da estratégia da grande empresa

Rev. VISÃO - 10-06-74

O Governo brasileiro está começando a revoltar as linhas mestras de um ambicioso programa agrícola — exatamente no ano em que se prevê um desempenho excepcional da agricultura, com um crescimento esperado de até 10%. Mas, seja qual for a estratégia escolhida para servir a esse objetivo, ela terá de responder a duas perguntas fundamentais: 1) como aumentar significativamente as exportações de alimentos e matérias-primas agrícolas sem prejudicar o já abalado abastecimento interno?; e 2) como melhorar as condições de vida dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais?

Uma das opções foi apontada na primeira mensagem presidencial do general Geisel, que falava em “levar ao setor agrícola, em amplas proporções, a capacidade empresarial que já se mostrou capaz de criar a economia industrial e urbana”. O papel da grande empresa na modernização da agricultura ficou ainda mais evidente quando o ministro da Agricultura, Aloysio Paulinelli, afirmou: “O Governo vai procurar o aperfeiçoamento da empresa agrícola, buscando eliminar a chamada agricultura de subsistência, ineficiente e improdutiva. E tenciona estimular a vinda de recursos estrangeiros para fortalecer o empresário agrícola nacional”.

Segundo muitos analistas, as coisas não são bem assim e a agricultura de subsistência só seria ineficiente quando chamada a desempenhar um papel para o qual não estaria estruturada, isto é, contribuir para o equilíbrio do balanço de pagamentos. Assim, ao contrário do que diz — e do que pretende — o ministro Paulinelli, a sua extinção poderia, na verdade, comprometer ainda mais o abastecimento interno e agravar as condições de vida no campo.

Num estudo concluído em dezembro de 1973, o professor Julien Chacel, da Fundação Getúlio Vargas, declara que a política agrícola deveria ser conduzida de forma a minimizar o conflito entre o atendimento ao exterior e o suprimento ao mercado interno. Para o professor Ruy Miller Paiva, do IPEA, “o que se espera da agricultura não é apenas o atendimento da demanda de alimentos e matérias-primas a preços constantes. Mais do que isso, é o atendimento a menores preços para os consumidores, e ainda com o aumento de renda para os trabalhadores rurais”.

Segundo Chacel, uma das soluções para o conflito entre as exportações e o mercado interno seria “estabelecer um dualismo de mercado, o externo e o doméstico”. Dever-se-ia acres-

centar, ao sistema de incentivos às inversões de capital, mecanismos para diferenciação de preços entre o mercado externo e o interno, de modo a evitar a transmissão da inflação externa ao plano doméstico.

Para isso, a saída mais viável seria a criação de uma reserva monetária, utilizável em dois casos. No caso dos produtos sujeitos a flutuações cíclicas de preços, serviria para reconstituí-los na baixa. Para os produtos com tendência a altas constantes, a reserva seria empregada no financiamento de inversões futuras.

Qualquer que seja a fórmula, a solução desse conflito não pode mais ser adiada. Os exemplos acumulam-se e não parece haver mais dúvida de que a atração do mercado externo influi negativamente sobre os preços do mercado interno.

E quem abastece o mercado?

Rubem Noé Wilke, novo superintendente da Sunab, diz, por sua vez, que a prioridade da nova política é o abastecimento interno, lembrando, porém, que é preciso exportar a todo custo, para reduzir o *deficit* na balança comercial. Mas, se a prioridade é o abastecimento interno, uma outra questão é saber quem o abastece.

“Só um levantamento sobre a origem dos produtos consumidos nas cidades poderá dimensionar com precisão a importância dos pequenos produtores, mas, de qualquer forma, per-

manece a pergunta: quem abastece o mercado interno?” A indagação é da antropóloga Lygia Sigaud, com grande experiência de pesquisa no meio rural brasileiro.

A agricultura de subsistência não seria tão ineficaz como opina o ministro Paulinelli. Segundo a antropóloga, esses milhares de pequenos produtores, além de plantarem para o consumo familiar, destinam boa parte de sua produção ao mercado, sendo responsáveis por uma parcela considerável do abastecimento das cidades em farinha de mandioca (Nordeste), arroz (Goiás, Pará e Mato Grosso), feijão e milho (em quase todo o país).

Octavio Guilherme Velho, também antropólogo, com experiência em pesquisa de campo, confirma essas informações: “Quando realizei um trabalho sobre a pequena agricultura maranhense—paraense, verifiquei, por exemplo, que 10% do arroz consumido no Rio de Janeiro provinha da agricultura maranhense e que seu custo para o consumidor era sensivelmente inferior ao de outros tipos de arroz”.

O camponês só considera trabalho o trabalho na terra. O comércio é visto, por ele, como prolongamento natural da atividade agrícola. Assim como não contabiliza o desgaste da força de trabalho familiar, para a fixação do seu preço, também não contabiliza a atividade comercial, com exceção dos gastos em transporte. Por isso, a política proposta — de penetração maciça do capital empres-



Um novo proletário, o “bóia-fria”, resulta da modernização desequilibrada

Os Objetivos e as Vítimas da Estratégia da Grande Empresa

rial no campo — pode ter conseqüências negativas para o abastecimento e o consumo urbanos. “Uma vez entregue o comércio às *trading companies*”, comenta Lygia Sigaud, “é de esperar que a comercialização seja computada no preço do produto. Logicamente, os preços não serão, em nenhuma hipótese, inferiores aos oferecidos pelo camponês.”

Por outro lado, freqüentemente se apela para o argumento de que a agricultura de subsistência é supostamente improdutivo. Admitindo que essa afirmação esteja correta — e ela é discutível, segundo a antropóloga —, seria o caso de pesquisar as possíveis causas da baixa produtividade. Na Zona da Mata de Pernambuco, por exemplo, onde existe um campesinato relativamente recente na periferia do latifúndio canavieiro, a produção é limitada pela escassez de terras e pela ausência de uma política acessível de crédito fundiário. Nas áreas da frente agrícola, como é o caso da região do planalto de Santarém, no Pará, onde por enquanto não existem problemas de terra, a expansão da área cultivada é bloqueada pelas dificuldades que o colono enfrenta para obter crédito agrícola e pelos baixos preços que as usinas de beneficiamento pagam pelo seu principal produto, o arroz.

A tentativa de “eliminar” a pequena agricultura parece não ter sido efetivada com sucesso em parte alguma do mundo. Como diz Octavio Velho, “não só a estrutura camponesa da Europa Ocidental sobreviveu muito além do esperado, como nem mesmo nos Estados Unidos se poderia identificar o *farmer* com o grande empresário”. Estes exemplos fazem pensar numa especificidade do setor agrícola, que consistiria exatamente no fato de o “sistema camponês” de agricultura poder funcionar e competir no mercado em situação desvantajosa do ponto de vista da grande empresa.

Para que essa situação mudasse, seria preciso que a taxa de lucro no campo se igualasse à taxa de lucro médio em vigor na economia como um todo. Até agora isso parece não ter ocorrido, pelo menos no caso dos gêneros de primeira necessidade. Daí, o desestímulo às empresas rurais capitalistas e o papel crescente que a pequena agricultura foi tendo no mercado de gêneros essenciais.

“Isso não significa”, diz Octavio Velho, “que não haja margem em alguma medida para a penetração da grande empresa capitalista no campo, sobretudo produzindo para a exportação. Porém, significa que na produção de gêneros de primeira necessidade a baixo custo, pelo menos para as camadas urbanas inferiores, a pequena agricultura tem ‘espontaneamente’ o seu lugar.”

O novo proletário

Mas, além das conseqüências para o abastecimento, a entrada de grandes empresas no campo repercuta também nas relações de trabalho no meio rural: o agricultor passa a ser, cada vez mais, um trabalhador assalariado, num processo que começou em algumas regiões do país (Nordeste, por exemplo) em meados da década de 50, com o surto das exportações; acelerou-se nos anos 60, com o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra; e intensificou-se nos últimos anos, quando a tendência à concentração do capital começou a manifestar-se de maneira mais acentuada no campo. Os trabalhadores residentes nas fazendas — que tinham casa e um lote de terra para o cultivo de produtos de subsistência e criação de pequenos animais — passaram a ser privados dessas terras. Além disso, a existência de um instrumento legal que deu novos direitos ao trabalhador rural — férias, décimo-terceiro salário, indenização, etc. — em muitos casos tornou-se uma arma contra esse trabalhador. O fazendeiro passou a despedi-lo para não onerar-se com aqueles compromissos.

Por outro lado, como explica a socióloga Leila Stein, em artigo publicado no *Boletim da Reforma Agrária*, da ABRA — Associação Brasileira de Reforma Agrária, a fim de garantir investimentos, maximizar lucros e racionalizar suas operações financeiras, os bancos passaram a exigir novas condições para financiamentos ao meio rural, através de contratos que previam a aplicação de inseticidas, fertilizantes, sementes selecionadas e padronização de culturas, elementos que têm como resultado o aumento da produtividade e a diminuição dos riscos naturais. Mas o aumento da produtividade significou também aumento das propriedades, inclusive porque as grandes áreas de terra facilitam a mecanização e a diversificação de culturas, inovações cuja introdução é mais difícil tratando-se de pequena propriedade.

Como conseqüência de todo esse processo, o que resultou para o trabalhador rural foi a sua expulsão do campo, embora ele não tenha deixado de trabalhar no campo. “Para o camponês sem terra”, diz Lygia Sigaud, “resta a proletarianização. É o caso dos clandestinos (Pernambuco), ‘bóias-frias’ (São Paulo e Paraná), avulsos (Estado do Rio), peões (Minas Gerais, Mato Grosso, Pará), ou seja, o caso dos contingentes cada vez maiores de trabalhadores volantes ou safristas.” São trabalhadores residentes nas zonas urbanas e utilizados como mão-de-obra nas zonas rurais, que formam um exército de ex-parceiros, ex-meeiros, ex-pequenos proprietários.

Nos últimos anos, a “proletarianiza-

ção” no meio rural tem avançado num ritmo elevado, permitindo o surgimento dos intermediários entre o trabalhador e o proprietário: os “gatos”, que chegam a ganhar de 100 a 350 cruzeiros por trabalhador recrutado no Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais, principais núcleos fornecedores para as novas empresas rurais do Centro-Oeste e da Amazônia.

O “bóia-fria”, contratado através de empreiteiros, faz percursos diários de 100 quilômetros ou mais, para chegar ao trabalho. Empregado por curtos períodos, enquanto durar a safra, só está “vinculado” ao “gato” — geralmente proprietário de caminhão.

O peão tem uma relação de trabalho ainda mais miserável do que a do “bóia-fria”, porque é contratado por período mais longo, de seis meses a um ano, também pelo “gato”.

Lygia Sigaud, que está fazendo um estudo sobre os trabalhadores proletarianizados, mostra a amplitude do processo de destruição da economia camponesa. “A expropriação de camponeses também está ocorrendo nas chamadas áreas novas do país, que tradicionalmente fixavam o excedente de pequenos agricultores. Na frente agrícola do Paraná e de Mato Grosso, os posseiros vêm sistematicamente sendo expulsos de suas terras, às vezes de forma violenta, para cederem lugar a fazendas de gado dos grandes grupos paulistas e multinacionais. Em regiões de terras devolutas, como o Vale do Jaíba, em Minas Gerais, os posseiros estão hoje sem terra e trabalhando como peões nas fazendas dos grupos multinacionais. No Sul do país, a expropriação tem resultado na elevação do preço da terra, em função dos surtos de exportações e da dependência cada vez maior do camponês em relação ao grande comerciante, enquanto que no Nordeste ela advém da suspensão dos contratos de parceria e arrendamento ou da sua realização em bases inaceitáveis.”

Para os produtores autônomos que não chegam a ser proletarianizados, a possibilidade é o avanço com a frente agrícola, já bastante ameaçado pela implantação de grandes projetos agropecuários com incentivos fiscais em áreas novas, como no Nordeste de Mato Grosso, onde são freqüentes os conflitos entre posseiros e a polícia particular das companhias.

Um memorial entregue pela Contag — Confederação dos Trabalhadores na Agricultura ao presidente Geisel fazia a seguinte constatação: “Os projetos pecuários têm significado plantar capim, criar bois, despejar trabalhadores das terras, diminuir a lavoura”. E, diz o presidente da Contag, José Francisco da Silva, “de 318 projetos pecuários aprovados pela Sudam, abrangendo mais de 7 milhões de hectares, existe uma previsão de

Os Objetivos e as Vítimas da Estratégia da Grande Empresa

apenas 5 mil empregos. Nessa área poderiam ser fixadas 70 mil famílias, criando-se cerca de 300 mil novos empregos produtivos".

Para o trabalhador rural, assim, a perspectiva de mais empresas no campo não parece ser promissora, porque o que elas têm significado até agora, para esta massa — que, de 1950 a 1970, caiu de 64% para 44% no total da população brasileira —, é um processo de proletarização em condições tão precárias que, inclusive, não permitem a sua incorporação ao contingente dos consumidores.

"Tem-se falado muito, nos últimos tempos, em escassez de mão-de-obra não qualificada nos centros urbanos", observa Octavio Velho. "Aparentemente, um raciocínio possível seria o de que, em consequência dessa escassez, os salários urbanos tenderiam agora a subir, aumentando mais uma vez o êxodo rural e exigindo a substituição definitiva da pequena agricultura por uma agricultura de maior produtividade, empregando menos mão-de-obra. No entanto, é preciso não esquecer que este mesmo fenômeno de escassez parece apontar para o fato de que opções de trabalho consideradas mais vantajosas pelos produtores diretos devem estar existindo. Dizer que estas alternativas estão nas

novas indústrias nordestinas parece altamente duvidoso, na medida em que a absorção da mão-de-obra por parte dessas indústrias é bastante reduzida. Uma hipótese é a de que a pequena agricultura (bem como, possivelmente, o pequeno comércio) se mostre mais atraente."

O dualismo tecnológico

Julien Chacel, quando formulou o que poderia ser uma sugestão de política para a agricultura, optou pela aceitação do dualismo tecnológico entre o setor moderno e tradicional e pela elaboração de estratégias específicas para cada uma dessas áreas. A tônica do processo no setor moderno seria o aumento da produtividade, cabendo aí a empresa agrícola, e no setor tradicional o acesso à propriedade, resultando numa melhoria das condições de vida para o trabalhador rural.

Paulinelli acredita que a melhor forma de atender aos pequenos e médios agricultores seria a racionalização e a modernização do setor de serviços e, neste sentido, pretende dar incentivos especiais às empresas de capitais sociais e, em particular, às cooperativas, a começar pelo fortalecimento do BNCC — Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Esta medida agrada aos estudiosos da pequena agricultura, que "não é absolutamente sinônima de atraso e incapaz de absorver novas tecnologias", diz Octavio Velho, "contanto que esta tecnologia esteja orientada para a sua necessidade". Além do mais, através do cooperativismo e de uma integração vertical, poderão também ser incorporadas muitas vantagens da integração horizontal da grande empresa, sem se assumirem algumas de suas características que, em certas condições, se podem tornar desvantajosas. "Até hoje, o cooperativismo no Brasil tem sido, em geral, ritualmente utilizado como recurso para manter a boa consciência", diz Octavio Velho. "Se agora ele for efetivamente estimulado e sobretudo articulado numa política mais ampla, poderá contribuir para que a pequena agricultura tenha reconhecido o seu papel."

Mas permanece um receio, segundo José Francisco da Silva, da Contag: o de que "a criação de grandes empresas agrícolas de colonização, concentrando terra e renda, possa satisfazer a certos índices econômicos mas deixe de alcançar o objetivo social de redistribuição de renda e criação de empregos produtivos".

Empresários e não colonos

E.S.P. 28-07-74

Substituir o colono individual, retirado de áreas tão ou mais miseráveis quanto a Amazônia, mas de imensas diferenças naturais, pelo empresário, não é uma ideia nova. Desde 2 de março do ano passado, quando o então ministro da Agricultura, José de Moura Cavalcanti, ofereceu grandes glebas de terra aos membros da Associação Brasileira dos Criadores de Nelore, em São Paulo, ela tem aparecido e sumido dos planos governamentais sem passar dos simples devaneios às realizações concretas. A veracidade generosa não tem tido a mesma correspondência na criação de uma estrutura real de serviços e equipamentos básicos, além de uma legislação especial necessária. Mas é bastante sintomático que as discussões sobre a colonização social, com o faraônico plano de levar um milhão de famílias nordestinas para a Amazônia até 1980 (já não há atualmente nem 20 mil), tenham sido substituídas inteiramente pelos planos de colonização empresarial. Um prenúncio de que as experiências de massa, utilizando em contrapartida pouca extensão de terra (cada família recebe 100 hectares), serão substituídas pela colonização de poucos e bem escolhidos empresários rurais (a SUDAM, encarregada de selecioná-los, parece ter dificuldade para encontrar empreendedores entre os proprie-

tários rurais), que utilizarão uma área bem maior (cada gleba poderá ter entre 50 e 100 mil hectares).

Parece bizantino discutir as vantagens de substituir um colono pobre, mal alimentado, mal educado para a prática agrícola, sem iniciativa, por um empresário moderno, que além de ter tudo o que falta ao colono, possui capital acumulado para utilizar uma tecnologia que vai além dos próprios bracos. Mas é inteiramente lícito ver as implicações sociais e econômicas dessa opção enquanto sistema, isto é, na medida em que compõe uma estrutura agrária na Amazônia. Em primeiro lugar — e para manter a coerência com o ambiente — é preciso ver que dispondo de alguma tecnologia mais moderna, o homem poderá destruir muito mais. Se a população primitiva destruiu uma parte insignificante da floresta durante vários séculos de atividade (e não se pode esquecer que o contingente era de pelo menos 200 mil índios na Amazônia à época do descobrimento) e se o "aculturado" abriu alguns claros microscópicos na sua penetração pelo interior atrás de índio, ouro e borracha, a civilização moderna tem uma capacidade de destruição infinitamente maior num espaço de tempo incomparavelmente mais reduzido. O aparelho de fiscalização e

controle de que dispõe o Estado é atualmente insuficiente para acompanhar essa penetração (o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — não dispõe de um só guarda florestal em toda a região).

Em seguida, é preciso entender o quadro que se compõe com a introdução de grandes empreendimentos agropecuários numa área até então intocada. Não se sabe muita coisa concretamente sobre isso, mas a dar-se crédito aos planos mais explícitos apresentados até agora, sobretudo o de setembro do ano passado, exposto pelo ministro Reis Veloso durante uma viagem conjunta com empresários ao Mato Grosso, a ideia é criar uma rede de médias e grandes propriedades (ao redor de 100 mil hectares) em 11 áreas consideradas como prioritárias para o desenvolvimento da Amazônia e que se situam sempre na região de influência de estradas construídas ou a construir: Xingu, Juruena, Aripuanã, Rondonia, Araguaia, Tocantins, Altamira, Tapajós, Alenquer, Manaus e Amapá. Não se sabe se todos os empreendimentos que se instalam nessas áreas receberão recursos dos incentivos fiscais e todos os estímulos que o governo tem concedido até aqui, mas é intenção oficial aplicar até o fim deste ano um bilhão de dólares na Amazônia na criação de uma infra-estrutura

amazonia a nova politica

ESP-15-05-74

Paulinelli, prevenindo que não estava fazendo uma crítica à estratégia anterior, disse que o governo optou, agora, por uma ocupação mais racional, inovadora e inteligente da Amazônia. "Passamos da fase pioneira de rasgar estradas, sob alguns aspectos desorganizadoamente. Isso não é uma crítica, porque a medida era indispensável para ocupar a Amazônia. Mas, agora, essas estradas abriram a possibilidade de conquista dos territórios periféricos e que precisa ser realizada mais harmonicamente. Não basta dividir a região em pequenas áreas e distribuí-las entre um grande número de pessoas. Essa não será a fórmula mais eficiente de conquista econômica. Nós sabemos que em nenhum país pode haver só gerentes. Assim, temos que considerar, em termos de colonização, uma redistribuição de terras ligadas essencialmente ao poder de capacidade produtiva. Sabemos que é impossível transformar todo trabalhador rural em empresário e, pessoalmente, não acredito no sucesso da agricultura fora de bases empresariais. Por isso, temos que pensar numa política de ocupação, envolvendo projetos e programas que se preocupem com análises de mercado, da terra e com o homem que vai ocupá-la".

preço da terra supera o dos produtos rurais

ESP.

4-8-74

CLAUDIO AMARAL

A terra foi um dos fatores econômicos que registrou maior elevação de preço no período de 1969 a 1974, em todas as suas categorias: primeira, segunda, campo, pastagem e reforestamento. E, segundo dados reunidos pelo Instituto de Economia Agrícola de São Paulo e publicados no prognóstico da agricultura paulista para o ano 1974/75, esse fenômeno gerou problemas ainda maiores dentro do setor, porque a alta verificada nos preços da terra não foi acompanhada pelos preços dos produtos agrícolas.

Numa comparação entre os preços de 11 produtos agropecuários e o valor de um hectare de terra, nos últimos três anos, no Estado de São Paulo, o IEA chegou à conclusão de que, em 1971, um hectare de terra de primeira, sem benefícios, custava 11,45 sacas de 60 quilos de café, 63,10 toneladas de cana, 108,11 sacas de 60 quilos de milho, 108,49 arrobas de algodão, 245,96 caixas de 40 quilos de laranja, 36,99 sacas de 60 quilos de arroz, 70,40 sacas de 60 quilos de batata, 26,63 sacas de 60 quilos de feijão ou 48,31 sacas de 60 quilos de soja. E que um hectare de pasto valia 20,26 arrobas de carne bovina ou 2.230 litros de leite.

Em 1974, entretanto, os dados provisórios coletados recentemente pelo IEA mostram que um hectare de terra de primeira, sem benefícios, está valendo 21,71 sacas de 60 quilos de café, 142,22 toneladas de cana, 223,54 sacas de 60 quilos de milho, 190 arrobas de algodão, 974,36 caixas de 40 quilos de laranja, 101,33 sacas de 60 quilos de arroz, 95 sacas de 60 quilos de batata, 49,03 sacas de 60 quilos de feijão ou 125,67 sacas de 60 quilos de soja. E que um hectare de pasto passou a valer 40 arrobas de carne bovina ou 4.400 litros de leite.

Essa comparação mostra que, na maioria dos casos, a deflaca-

gem entre a elevação dos preços de terra e o aumento dos preços desses produtos agropecuários exige que o empresário rural tenha no mínimo duas vezes mais a quantidade de um determinado produto — como o café, a cana e o leite — para adquirir um mesmo hectare de terra, em relação a 1971. Em outros casos, como os relativos ao feijão e laranja, a quantidade necessária é três vezes maior, enquanto em outros é ainda maior.

Dez vezes

Em geral, os dados do IEA sobre o valor do hectare de terra sem benfeitoria, segundo os tipos, demonstram que entre 1969 e 1974 a média dos preços foi multiplicada por dez, na maioria dos casos. E que, quando a elevação não chegou a tanto, ficou pouco abaixo.

A terra de primeira, por exemplo, passou de 709 cruzeiros o hectare em 1969 para 7.600 cruzeiros em 1974; a terra de segunda passou de 519 para 5.800 cruzeiros; a terra para pastagem de 459 para 4.400 cruzeiros; a terra para reforestamento de 322 para 3.700 cruzeiros; e a terra de campo passou de 255 para 5.200 cruzeiros.

Segundo o tamanho das propriedades, o valor da terra com benfeitorias apresentou as seguintes variações: em 1970, um hectare dentro de uma propriedade com menos de 7,26 hectares custava 1.969 cruzeiros, passando para 13 mil cruzeiros em 1974; um hectare dentro de uma propriedade com tamanho variável entre 7,26 e 24,20 hectares passou de 942 para 10.500 cruzeiros entre 1969 e 1974; um hectare dentro de uma propriedade de 24,20 a 72,50 hectares passou de 865 para 9.100 cruzeiros; um hectare numa propriedade de 72,50 a 242 hectares passou de 718 para 7.800 cruzeiros; e um hectare dentro de uma propriedade com mais de 242 hectares passou de 624 para sete mil cruzeiros, entre 1969 e 1974.

CNA sugere medidas para aumento da produção

(ESP.-5-5-74)

A sugestão está contida num memorial entregue ao general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, pelo presidente da CNA, senador Flávio da Costa Brito.

Nesse documento, a CNA oferece ao governo um quadro da situação atual da agropecuária e externa o interesse dos agricultores em colaborar, de forma efetiva, na elaboração de uma política agrícola, propõe, ainda, a constituição de um grupo de trabalho para formulação de desenvolvimento da pecuária de corte e de leite.

De acordo com o memorial, "a produção de grande parte do País origina-se de uma agricultura de subsistência, social-

mente necessária, no passado, mas inadequada para atender às exigências de uma política de pleno abastecimento do mercado interno, com sobra para a exportação". Esse quadro, como se afirma, "não permite ao governo levantar estatísticas nem fazer previsões. O resultado é incerto e a produtividade é baixa, decorrência natural da ausência de tecnologia. A pesquisa não tem coordenação e a oferta de sementes selecionadas, com poder germinativo assegurado, é às vezes deficitária".

Afirmam, ainda, os empresários, que "o custo dos corretivos, fertilizantes, defensivos, máquinas e ferramentas agrícolas são elevados e sofrem constantes altas, enquanto os preços do produto colhido não obedecem à mesma política".

Incoerência do Banco do Brasil

E.S.P. - 14-06-74

As autoridades monetárias, em seus frequentes pronunciamentos sobre o assunto, declaram ser um dos seus objetivos amparar as pequenas e médias empresas nacionais, facilitando-lhes crédito e assistência. Entretanto, na prática, tal atitude não se está verificando. Os empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil através de fundos especiais e destinados à expansão de tais organizações — que são cobertos por garantias reais, têm prazo de carência e correção monetária — estão sendo incluídos, pelo Banco do Brasil, para computo das responsabilidades pelas quais as firmas devem arcar perante o referido instituto de crédito, uma chamada "cota de reciprocidade".

Tais recursos são empregados para incrementar a produção, o que forçosamente cria uma necessidade de maior capital de giro. Impõe-se a pergunta: por que restringir os recursos através desta espécie de expediente, isto é, desta aberrante "cota de reciprocidade"?

Ao computar tal responsabilidade para o cálculo do limite de descontos de que a firma goza junto ao Banco do Brasil, verificamos que o procedimento obrigaria a imobilizar a maior parte do crédito obtido, deixando, assim, de executar o programa de expansão para o qual foi criado e sem o qual perde quase todo o seu sentido, como observam muitos lavradores.

Agricultura busca recursos externos

(ESP-23-5)

Dois meses após ter sido anunciado que o setor agrícola nacional buscava capitais externos para apressar a empresarialização do campo, o ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, já manteve encontros, em Brasília, com 15 embaixadores estrangeiros, buscando criar as condições necessárias para essa canalização de recursos. Do dia 2 de abril até ontem, Paulinelli já conversou com os embaixadores da União Soviética, Inglaterra, Romênia, Estados Unidos, Israel, Japão, Jugoslávia, Polônia, Itália, Índia, Guiana Inglesa, Uruguai, Austrália e Alemanha Oriental.

Pecuária terá 1,7 bilhão

ESP. 12-9

O governo federal vai aplicar 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros na expansão das fabricas nacionais de adubos, optando por uma participação acionária nessas empresas como forma de controlar melhor os preços desse insumo, elevadíssimo no mercado internacional. Já na Amazônia, o governo pretende atrair as grandes empresas rurais para a área, convencido de que tem que in-

var no processo de colonização. Para tanto, irá pedir uma reformulação na Constituição, que proíbe a venda pelo governo de áreas superiores a 3 mil hectares na região, o que vem desencorajando esse tipo de investimento. Essas foram as duas principais informações dadas ontem pelo ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, aos membros da Comissão de Agricultura do Senado Federal.

Brasil destina 1,3 bilhão ao setor de fertilizantes

ESP.-15-05-74

Mais 250 milhões de dólares (Cr\$ 1.755 milhões) serão destinados ao programa de pecuária de corte orientado pela Condepe e financiado, em parte, com recursos externos. O governo brasileiro já está negociando dois contratos de empréstimo, no valor de US\$ 125 milhões, os quais, somados às contrapartidas de recursos internos, completam aquele total, que irá integrar o Fundo de Desenvolvimento da Pecuária,

do Banco Central. Um dos empréstimos, de US\$ 75 milhões, será concedido pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mediante projeto já elaborado na Diretoria de Crédito Agrícola do Banco Central, no valor de US\$ 150 milhões, com a contrapartida interna. O outro, de US\$ 50 milhões, será contratado como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para um projeto de US\$ 100 milhões.

DISCURSO DO MIN. AZEREDO DA SILVEIRA NA ASSEMBLÉIA DA ONU (trechos) ESP.-23-09-74

Como ministro das Relações Exteriores do Brasil e como brasileiro, nada me poderia proporcionar maior satisfação do que saudar o ingresso, nesta organização, de um novo país africano e de língua portuguesa, ao qual nos sentimos ligados, pois, pelos vínculos do sangue e da cultura. Esses laços constituem o penhor mais forte da estreita e fecunda amizade que, certamente, unirá os nossos dois povos.

Prendemos que, o nosso comparecimento a um cenário internacional de maior alcance se faça com a conservação de valores éticos primordiais, que têm sido e são as bases da nossa política externa.

Nossa conduta, para alcançar esses objetivos, é pragmática e responsável. Pragmática, na medida em que buscamos a eficácia e estamos dispostos a procurar, onde quer que nos movam os interesses nacionais brasileiros, as áreas de convergências e as faixas de coincidência com os interesses nacionais de outros povos. Responsável, porque agirmos, sempre, na moldura do ético e exclusivamente em função de objetivos claramente identificados e aceitos pelo povo brasileiro.

Logo salta aos olhos o problema da descolonização.

Temos sobre esta questão uma posição de absoluta clareza: o Brasil acredita, sem restrições, que não se justificam proteções ou subterfúgios na condução do processo descolonizatório, no próprio continente americano e em toda o mundo. O Brasil prestará o seu apoio a que os povos, ainda sujeitos a formas de dominação colonial, possam alcançar, no mais curto prazo possível, a independência nacional a que aspiram. Acreditamos que, na medida em que se generalize a disposição, por parte da comunidade de nações soberanas, de apoiar a aceleração do processo de descolonização, maiores serão as possibilidades de que ele se realize de forma pacífica e em condições que permitam a cooperação construtiva entre os povos dos países que vinham sendo colonizados e aqueles cujos governos seguiam, antes, uma política colonizadora. Nesse sentido, é tão importante o apoio que se preste à emancipação quanto a ação junto aos governos metropolitanos, para que se desliguem, com rapidez e convicção, de suas políticas de dominação colonial. Em ambas formas de atuação, o foro das Nações Unidas se tem revelado pro-

fícuo e é nossa intenção prestigiar-lo como tal.

Dessa vocação anticolonialista do povo brasileiro apercebeu-se o grande líder da independência da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral. Dele são as palavras, tão parecidas com as que temos tantas vezes pronunciado, com relação aos povos africanos sob dominação colonial, que parecem surgidas da mesma boca e eco: "Nosso interesse (em desenvolver as relações de amizade, solidariedade e cooperação com o Brasil) é tanto maior quanto nos sentimos ligados ao povo brasileiro por laços de sangue, cultura e história e desejamos, ardentemente, estabelecer com o Brasil, depois da conquista de nossa independência, amplas relações fraternais em todos os planos, assim como com o povo de Portugal, que nunca confundimos com o colonialismo português" (fim da citação).

Nas Nações Unidas e fora delas, o aparteidismo tem sido universalmente condenado, em nome dos mais diversos princípios. Elicamente, ele se choca com os valores universais da consciência humana. Doutrinariamente, incorpora as mais desacreditadas teorias de supostas superioridades raciais.

Ao repudiarmos o aparteidismo, repudiamos, também, qualquer pretensão da comunidade internacional de querer colonizar, culturalmente, as nações da África. Assim, quando nos regozijamos de que emergiam para a independência novas nações de língua portuguesa, não estamos fazendo a apologia de qualquer supremacia cultural, mas, simplesmente, nos congratulando com as oportunidades que as comunidades de língua abrem para um maior entendimento fraterno.

Assistimos, quase que impetuosos, à acelerada corrida armamentista, perseguida incessantemente sob o manto de protestos de distensão e de promessas de desarmamento. A desproporção entre o escopo do problema e a natureza das medidas adotadas para resolvê-lo só é menor do que a que existe entre as alegadas justificativas de defesa e o avassalador poder destrutivo já acumulado.

Mais que tudo, constrange ver a magnitude dos recursos financeiros e tecnológicos voltados para a produção armamentista, tantas vezes superiores aos que seriam necessários para reformar a estrutura atual de desigualdades econômicas e, dessa forma, permitir aos homens viverem num mundo mais livre do medo, mais desarmado do ódio e, sobretudo,

do, mais favorável à expressão de suas potencialidades criadoras.

Haveria razões, talvez, para celebrar ter o mundo evoluído, nestes últimos anos, de um clima de "guerra fria" para o clima de "detente". Mais razões teríamos, ainda, de celebração se pudessemos ver confirmada, no futuro, o que parece ser, no momento, a evolução desse clima para uma virtual "entente". Depende, em parte, de nós mesmos, os países que buscamos o desenvolvimento, que essa "entente" se concretize em nossa vantagem ou para nosso prejuízo. E, até certo ponto, natural que as grandes potências procurem essa "entente" e, sobretudo, a preservação do *status quo*, que, no entanto, só a curto prazo lhes beneficia. Mas à sua sombra, e este é o único benefício que obtemos, o que devemos procurar, os que somos menos fortes, é realizar uma política de cooperação mais estreita e descontrolada, no plano internacional. Devemos nos servir dessa abertura para logarmos uma melhor coordenação dos países menos desenvolvidos na defesa dos seus interesses de progresso econômico e social.

É surpreendente — diria até chocante — verificar que o mundo parece voltar suas preocupações para o Oriente Médio apenas quando se produzem crises de natureza bélica nessa conturbada região. A problemática que, há tantos anos aflige os povos do Oriente Médio deveria impor à comunidade internacional a preocupação de cooperação contínua e criadora. Dentro desse contexto, o cumprimento do disposto na Resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, se é verdade que constitui, possivelmente, uma das condições indispensáveis para o encaminhamento da solução do problema, não esgota o conjunto de medidas essenciais à consecução dos objetivos mais amplos de paz, segurança, tranquilidade e desenvolvimento econômico e social dos países da região.

O drama do Oriente Médio, se amplia e se universaliza, na medida em que envolve aspectos humanos que não podem ser ignorados. É impossível à comunidade das nações omitir-se nos seus esforços inclusive junto aos povos do Oriente Médio, para que atendam, com as medidas adequadas, ao sofrimento do povo palestino. É desumano pensar que será equitativa e é ilusório esperar que será duradoura qualquer solução que não atenda aos seus direitos.

Estamos certos, por outro lado, de que um maior esforço de cooperação internacional com os países do Oriente Médio, nos planos econômico e social, poderá prestar contribuição decisiva para a paz. É grato constatar que parecem abrir-se consideráveis avenidas nesse sentido.

O Brasil considera que é um direito inerente à soberania do Estado o livre uso e aproveitamento dos recursos naturais em seu território. Tal direito não pode aceitar restrições. No caso de recursos de natureza não estática e que fluem pelo território de mais de um país, tal direito continua inalterável, devendo ser aceitas apenas aquelas restrições que resultam da obrigação de não causar a outros países danos sensíveis ou permanentes, no aproveitamento dos recursos naturais nos seus territórios. Subordinar o aproveitamento soberano dos recursos naturais próprios a consultas de caráter suspensivo seria introduzir intolerável perturbação na ordem internacional, da qual resultaria letra-morta o direito que se estaria querendo preservar. O governo brasileiro, que não se recusa a utilizar ou a recorrer à consulta entre governos, neste como em qualquer outro assunto, e que a tem praticado abundantemente, não pode aceitar que seja desvirtuada de sua função cooperativa, pondo em dúvida a soberania dos Estados. Por isso, consideramos nossa obrigação alertar a consciência dos governos para as implicações dos princípios de consulta, que firmam o direito soberano dos países de utilizarem seus recursos naturais. Princípios, de aparência construtiva, mas potencialmente perturbadores da ordem internacional, que é nosso objetivo preservar, e impeditivos do progresso material das nações, que é nossa aspiração impulsionar. E não se desconheça que não apenas sobre a terra fluem recursos naturais, cuja utilização se pretende regular contra a decisão soberana dos governos territoriais. Há os que fluem debaixo da terra, como os que fluem no mar territorial. Essa mobilidade de certos recursos deve ser causa antes de um comportamento responsável por quem os utilize do que um imobilismo que a nenhuma parte beneficia.

GUINÉ DUVIDA DO BRASIL

E.S.P. - 26-09-74

NAÇÕES UNIDAS — O chanceler Azeredo da Silveira declarou, ontem, em Nova York, que a identidade de propósitos entre o Brasil, Portugal, Guiné-Bissau além de Angola e Moçambique, a partir do denominador comum do anticolonialismo, deixa antever que estas nações terão, a curto prazo, os laços de colaboração estreitados, notadamente no plano econômico.

Silveira admitiu que, no momento, não é estranhável que a diplomacia brasileira seja encarada com alguma reserva por Guiné-Bissau, que espera ver consequências práticas na ação do Hamaraty, acrescentando que tal quadro decorre de uma evidência que não pode ser ignorada: o Brasil, realmente, nada fez de positivo em favor

da descolonização da África, durante longo período. Acentuou, porém, que esta fase de reconquista de confiança dará lugar a uma nova era de perfeito entendimento. "pois a seriedade de propósito do governo brasileiro não deixará margem a qualquer dúvida".

Por outro lado, o chanceler português, Mario Soares, declarou, em entrevista coletiva, compreender a posição do chanceler de Guiné-Bissau, Victor Saude, ao conotar o Brasil a estagnar o aplainamento do processo de descolonização na África, colocação idêntica a feita momentos antes por Azeredo da Silveira em conversa informal com jornalistas brasileiros.

A triangulação Brasil-Portugal-Guiné constituiu o tema do-

minante das opiniões manifestadas ontem, nos bastidores da ONU, tanto por Silveira quanto por Soares. O ministro das Relações Exteriores do Brasil salientou que o relacionamento entre os dois países é, atualmente, realista e se reveste de grande profundidade, em detrimento das aparências, acentuando não ser por ninguém ignorado que, em passado recente, as relações bilaterais não correspondiam à solidariedade existente no plano internacional.

Curiosamente, ao mesmo tempo em que os chanceleres brasileiro e português dão ênfase ao processo de ajustamento das duas chancelarias, reconhecem a utilidade da participação comum na descolonização africana, e deixam antever

a disposição de somar esforços no mecanismo de intercâmbio comercial e presença econômica nas antigas colônias, evita-se qualquer referência expressa à comunidade luso-afro-brasileira, enquanto a delegação portuguesa dá garantias aos africanos de que não há nenhuma possibilidade de Portugal vir a exercer, no futuro, qualquer espécie de neocolonialismo.

Com relação a Israel, Silveira acentuou que o Brasil nada tem contra esse país e lembrou que a tese exposta em seu discurso, no que se refere aos direitos dos palestinos, tem ampla receptividade na comunidade internacional e foi expressamente referida nos discursos dos representantes do Peru e da República Federal da Alemanha.

HÁ GRUPOS CONTRÁRIOS

E.S.P. - 26-09-74

Os grupos contrários ao Brasil lembram, antes de mais nada, o apoio dado a Portugal sob o governo salazarista. Outros vêem no Brasil um país que estaria interessado em riquezas da África e citam a ideia da comunidade luso-brasileira como "neocolonialista". Para evitar resistências ou oposições, o Brasil procurará, sempre, que o próprio interesse nacional do país liberado dite a aproxima-

ção; ao Brasil competirá, porém, estar disponível, seja dialogando diretamente, instalando embaixadas, seja reiterando sua nova posição anticolonialista. Não haverá, de maneira alguma, aproximação que dê uma ideia de "ofensiva na África", a qual reforçaria algumas suspeitas. Nem se acredita que se trate de "comunidade", também capaz de provocar a imagem de "neocolonialista".

Por enquanto — segundo se observa na estratégia brasileira — há expectativa e uma ação de diálogo junto a Lisboa e a países africanos amigos do Brasil, como o Senegal e a Costa do Marfim, que o ministro do Exterior visitará este ano. A expectativa se justifica pela indefinição com relação ao processo de descolonização de Angola, que poderá ser bastante diferente do processo que marcou a liberação da Guiné-

Bissau e de Moçambique. Quanto a Angola, não apenas o interesse de Portugal (e de poderosos grupos econômicos) é maior, como há, também, um maior número de partidos políticos, além de uma presença branca mais expressiva que a de Moçambique. Enquanto não se processar a independência das três (Guiné, Moçambique e Angola) não se acredita que a ideia de comunidade possa ser encaminhada ou discutida.

Nós e as novas nações africanas

E.S.P. - Editorial
27-09-74

Admite-se que esse contributo se traduza em ajuda para o desenvolvimento, sob a forma de investimentos e de fornecimento de tecnologia agrícola e industrial. Nada mais lógico, desde que mutuamente interessante para as partes envolvidas. Mas o que nos parece mais válido, o que se nos afigura infinitamente mais relevante se quisermos cimentar em pedra eterna a família cultural luso-afro-brasileira, não é isso. É, antes, o estabelecimento de um programa, não amplo e generoso (quanto possível, de intercâmbio educativo entre o Brasil, Portugal,

Guiné, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Nossa posição a respeito, insistimos, é de uma clareza meridiana. É evidente que podemos proporcionar às novas nações irmãs da África expressivo apoio econômico e tecnológico. Mas, a longo prazo, se não fizermos um esforço coerente e sistemático para manter com elas os vínculos de civilização que nos unem, essa posição privilegiada ir-se-á gradativamente esvaindo na poeira da História. O que se impõe é, pois, atrair para as nossas escolas técnicas e universidades a juventude desses países

independentes ou a caminho da independência, formá-la com base na língua comum, que já constitui poderoso elemento de controposição psicológica, para que amanhã não se verifique a sua alienação das categorias mentais e morais luso-afro-brasileiras. Trata-se de uma tarefa em que o Hamaraty e o Ministério da Educação e Cultura devem trabalhar de mãos dadas, mediante a criação de bolsas de estudo em escolas brasileiras de todos os níveis e ramos do conhecimento, as quais deveriam ser largamente franqueadas a estudantes africanos de língua portuguesa. Se

agirmos com inteligência e senso de oportunidade, teremos garantido duradouramente a nossa participação na grande família tricontinental de expressão lusa. Caso contrário, desperdiçaremos o melhor do nosso patrimônio espiritual, que é a lição de fraterna convivência de todas as raças que o homem português nos legou, afirmando seus futuros dirigentes para centros exóticos de ensino, onde com a perda do idioma que todos falamos sentirão o estigma da discriminação racial, como acontece na sociedade soviética.

BRASIL, o mais importante país da América do sul

E.S.P. - 28-09-74

WASHINGTON — O secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, qualificou o Brasil, ontem, como o país mais importante da América do Sul, segundo informação divulgada pela agência UPI. O comentário, ainda de acordo com a agência, foi feito após uma conversa de duas horas que Kissinger manteve com o ministro das Relações Exte-

riores do Brasil, Azeredo da Silveira, durante um almoço privado.

Na reunião, os dois diplomatas discutiram assuntos de caráter global, como a crise no Oriente Médio e o problema do preço do petróleo; temas bilaterais, notadamente quanto ao comércio Brasil-Estados Unidos; e questões de interesse da co-

munidade interamericana, como o reingresso de Cuba na OEA.

Não foram liberadas informações pormenorizadas sobre os assuntos tratados, mas sabe-se que, com relação ao comércio entre os dois países, Silveira lembrou a Kissinger que, em 1973, houve um aumento nas exportações norte-americanas

para o Brasil, da ordem de 200%, enquanto as exportações brasileiras para os Estados Unidos aumentaram em apenas 10%; este ano, no primeiro semestre, as exportações norte-americanas para o Brasil cresceram 100%, enquanto as exportações brasileiras para os Estados Unidos subiram apenas 15%, em relação ao ano passado.



Compromisso com Arabes (ESP-29-9-74)

Em todo esse quadro, com o Brasil chamado a definir-se, o que menos importa é a linguagem frequentemente dubia e pouco esclarecedora dos comunicados ou declarações oficiais em nível de Chancelaria. O fato por todos reconhecido é que o governo de Brasília terá que usar de todos os seus recursos para agradar, a um só tempo, arabes e norte-americanos, se não optar por um alinhamento perfeitamente definido em favor de um grupo ou de outro. Como o chanceler Azeredo da Silveira tem dito frequentemente, nos últimos dias, que o Brasil é um País que já ultrapassou a fase dos alinhamentos incondicionais, e que a questão das fronteiras árabe-israelenses no Oriente Médio deve ser dissociada do problema do petróleo, tem-se a impressão de que a diplomacia brasileira tentará uma conciliação entre as duas posições.

A resultante desta opção — que se pronuncia bastante provável — traduz-se pelo fato de que, talvez mais do que em qualquer outra oportunidade, nos últimos anos, o Itamaraty terá que se valer de todos os seus recursos de habilidade, para que a diplomacia do pragmatismo responsável não se torne vítima de seu excessivo pragmatismo.

A permanência do chanceler Azeredo da Silveira em suas atuais funções — onde poderá ficar unido pela aura de negociador habilíssimo, ou de onde poderá sair por erros de avaliação no desdobramento político internacional do problema do petróleo — começou a ser jogada este fim-de-semana, em Washington, embora qualquer desfecho deva durar alguns meses.

A posição do Brasil é delicada, de vez que, depois de optar por uma estreita e crescente aproximação com aquelas nações — como ainda recentemente ficou evidenciado, com a visita do chanceler Omar el Sakkar, da Arábia Saudita, ao Brasil — não pode re-

negar, de plano, compromissos assumidos com os países árabes, como também não pode correr o risco de distanciar-se das posições de resistência aos árabes, agora defendidas com grande vigor pelos Estados Unidos.

Com relação a Cuba, os representantes brasileiros junto à Organização dos Estados Americanos, já admitem como fato consumado o seu regresso no organismo regional. O Brasil poderá, inclusive, votar a favor, sendo a abstenção uma hipótese remota e o voto contrário uma possibilidade já descartada. A posição brasileira, deverá corresponder à dos Estados Unidos.

Brasil e Chile: Mais Armas

E.S.P.-26-06-74

WASHINGTON — Brasil e Chile serão os países latino-americanos mais beneficiados pelos programas de vendas militares e assistência econômica dos Estados Unidos, durante o ano fiscal de 1975 (iniciado a 1.º de julho), recebendo mais de 26% dos 598.306 mil dólares solicitados pelo executivo norte-americano para a região. Ao Brasil caberá o total de 69.308 mil dólares (cerca de Cr\$ 480 milhões), assim distribuídos: 60 milhões de dólares, vendas militares a crédito; 8.508 mil, assistência econômica; 800 mil, ajuda militar.

A maior parcela, porém, será destinada ao Chile, que receberá 138.497 mil dólares, 63.676 mil dos quais sob a forma de ajuda econômica.

Maior Influência do Brasil no Prata

E.S.P. - 31-05-74

NOVA YORK — Um estudo sobre a América Latina, realizado por uma comissão de técnicos norte-americanos, chefiado pelo governador de Nova York, Nelson Rockefeller, chegou à conclusão de que "a influência da Argentina na bacia do rio da Prata está sendo substituída pelo Brasil" e que "o deslocamento da população brasileira para as zonas fronteiriças com a Argentina, Bolívia e Paraguai cria, nessa área, o temor do expansionismo territorial brasileiro".

O documento tem o objetivo de estudar as alternativas políticas dos Estados Unidos no mundo e dedica várias páginas à análise da situação latino-americana. Um de seus capítulos mais importantes trata do que denomina "o enorme desequilíbrio" na América do Sul, criado pelo "poderio econômico e influência do Brasil".

Segundo o estudo, em 1985 o Produto Nacional Bruto do Brasil chegará a uns 100 bilhões

de dólares, de acordo com as taxas históricas, e a 160 bilhões, "se mantiver a atual taxa de crescimento". Esse produto equivaleria a uma terça parte do PNB da América Latina, comparando-se com uma quarta parte atual.

O estudo afirma, também, que a substituição do predomínio argentino na bacia do rio da Prata está sendo conseguida por meio de "projetos conjuntos" com países fronteiriços, como a usina hidrelétrica com o Paraguai e o gasoduto com a Bolívia. E acrescenta que "a extraordinária expansão econômica do Brasil tem auxiliado na consolidação do bloco andino como um grupo defensivo político-econômico, destinado não somente contra os Estados Unidos e o mundo desenvolvido, senão também contra o Brasil".

A importância econômica do Brasil é destacada pelo documento ao mencionar que está sendo transformado também no principal sócio comercial dos países desenvolvidos, na América Latina, citando como exemplo seu crescente intercâmbio com o Japão.

'Poncho Verde' (E.S.P.-7-04-74)

Apesar da prioridade concedida ao retorno ao mar, o "expansionismo brasileiro" não é esquecido pela imprensa boliviana, que quase diariamente publica informações sobre o assunto, ora envolvendo a Bolívia, ora o Paraguai, com reflexos na opinião pública que, de maneira geral, vê o Brasil como um "país imperialista".

Via Buenos Aires, os jornais locais deram exagerado destaque ao chamado "Plano Poncho Verde", através do qual pretendia o Brasil alargar suas fronteiras, através da absorção pacífica de territórios da Bolívia, da Venezuela e do Paraguai. Quanto a este último país, merecem especial destaque na imprensa boliviana as teses do Partido Liberal Radical e de seu órgão de informações, "El Radical", sobre a "infiltração brasileira" na zona de fronteira.

O jornal boliviano "Presencia", na sua edição de ontem,

destaca a advertência de "El Radical" aos vizinhos do Brasil, para que "ponham as barbas de molho contra o colosso do Norte", cujo "extraordinário crescimento demográfico e seu pujante avanço técnico e industrial constituem uma ameaça para todos".

As queixas mais recentes de grupos de opinião da Bolívia não comprometidos com o governo são contra uma pretensa infiltração brasileira na região de Abuna, uma área de 3.150 km², cedida à Bolívia em 1903, como compensação territorial pela assinatura do Tratado do Acre.

Eles afirmam que empresários e colonos brasileiros estão se estabelecendo na área, avançando pacificamente sobre território boliviano, para posteriormente reivindicá-lo, "como fizeram com o Acre". Para tanto, insistem numa providência do governo boliviano, que seja a ocupação econômica da região, para afastar os estrangeiros".

PROGRESSO BRASILEIRO É EXEMPLO

E.S.P. 3-08-74

SANTIAGO — O Brasil está servindo como exemplo para uma campanha publicitária de uma companhia chilena, que pretende incentivar as inversões em fundos mútuos naquele país. Por meio de uma ampla campanha, um anúncio afirma que a melhor inversão

de capital está nos fundos mútuos, que beneficiam tanto o país como quem investe, obtendo-se uma maior rentabilidade.

O anúncio traz a fotografia de uma favela, mostrando como era o Brasil "há 15 anos" e, ao lado, apresenta uma se-

rie atual de cenas da indústria automobilística, de Brasília, de Copacabana e de uma criança negra sorrindo, afirmando que o Brasil é "o país de crescimento industrial mais rápido em toda a América". O texto diz ainda que um país que antes era conhecido apenas "co-

mo produtor de café, hoje exporta maquinarias, caminhões, ônibus, automóveis e toda a classe de artigos industriais, ao mundo inteiro. E este ressurgimento aconteceu graças ao esforço dos brasileiros e a confiança que depositaram em seu país, por meio das inversões em fundos mútuos".

O crescimento para dentro

VISÃO

4-11-74

Com a economia mundial em fase de estagnação e a ameaça de uma crescente onda protecionista, os estudiosos da economia brasileira — entre eles os planejadores governamentais — voltam suas atenções para o mercado interno e para suas possibilidades de mais rápida expansão.

A preocupação oficial está expressa no II Plano Nacional de Desenvolvimento, que apresenta, no segundo capítulo, as seguintes observações:

“Representam as exportações, ainda, parcela não muito elevada do PIB: 7% nos últimos três anos. Sem embargo, pelo seu intenso crescimento e pelos efeitos diretos e indiretos, foi essa atividade de grande significação como determinante da taxa de crescimento.

“Embora tal significação deva crescer do ponto de vista do equilíbrio do balanço de pagamentos, é possível que, do ângulo do crescimento do PIB, no próximo estágio, a expansão de novos e mais amplos segmentos do mercado interno, com a gradual formação do mercado de consumo de massa, adquira maior significação. Aqui se coloca a importância da população como fator de demanda, além de sua função mais conhecida, como fator de produção — aspectos interligados, evidentemente.”

Para Elcio Costa Couto, secretário-geral da Secretaria de Coordenação e Planejamento da Presidência da República, aquela orientação não chega a ser propriamente uma novidade: “A idéia do desenvolvimento apoiado no mercado interno já se revelava nos planos anteriores e, especialmente, no I PND. O mercado interno sempre foi o móvel dinâmico do processo de desenvolvimento”. Mas reconhece que “durante o I PND o mercado externo — por causa da expansão excepcional das exportações — teve uma influência marcante na evolução do processo”. Além disso, “na medida em que definimos metas de 20% ao ano para o crescimento das exportações, espera-se que o setor exportador continue a ter uma influência significativa na evolução do processo”.

Segundo Elcio Costa Couto, “apesar da maciça entrada de recursos que se espera no período do II PND, o esforço mais significativo do processo de desenvolvimento (da ordem de 80%) será derivado da poupança in-

terna. A função do setor externo, mais especificamente das exportações, continuará a ser significativa. Evidentemente, não esperamos que ele tenha a mesma significação que teve no passado”.

Entretanto, diz Couto, é difícil garantir que a ênfase do desenvolvimento apoiado na expansão do mercado interno (o consumo privado, segundo o PND, deverá crescer à taxa de 9%

ao ano) se deva exclusivamente à crise no mercado internacional. “Em primeiro lugar, não é possível fazer uma projeção de longo prazo pensando que a crise vai continuar. Tem de haver, a curto prazo, uma acomodação. Em segundo lugar, não acho, sinceramente, que nesse ponto tenha havido inovação em termos de modelo. Agora, quando se fala em consumo de massa, o que se quer dizer também é que a expansão do consumo é parte importante do processo de elevação do nível médio de vida.”

Para o secretário-geral da Secretaria do Planejamento, o consumo de massa “é não só uma preocupação social, mas uma forma evidente de, através da incorporação de novas áreas de consumo, criar condições para o aumento do mercado interno e, portanto, de manter o dinamismo da economia. Não podemos estruturar um processo de crescimento acelerado com base exclusivamente na expansão do setor externo. O centro dinâmico do crescimento já era e continuará a ser o mercado interno. No II PND o consumo privado deverá aumentar à taxa de 9% ao ano, uma taxa muito próxima da observada durante o I PND”.

Embora reconhecendo que, em termos relativos, o dinamismo do setor externo foi muito maior do que o do interno, Couto diz que, “enquanto as exportações representam 7% do PIB, o consumo total da economia é de 80%”. Além disso, acrescenta, o Governo está tomando medidas de estímulo ao mercado interno, como “a política de crescimento do salário real do trabalhador, com a incorporação dos aumentos da produtividade ao salário. Para 1974, por exemplo, o crescimento da produtividade é estimado em 4%”.

Por outro lado, diz ele, “há uma política de incorporação de novas fronteiras econômicas internas não só este ano como durante a execução do

II PND, seja através da expansão natural, seja por meio da criação de pólos artificiais. É o caso da incorporação da Amazônia, que se produzirá por meio da criação de quinze pólos agro-industriais e agrominerais. Essa é apenas uma parte da política de incorporação de áreas vazias ao processo produtivo”.

O falso problema

Para Couto, a diminuição do valor real do salário mínimo não seria obstáculo à expansão do mercado interno, pois, “nos últimos anos, a economia brasileira — agradavelmente para o Governo — começou a sentir problemas de escassez de mão-de-obra, inclusive de trabalhadores não qualificados, nas áreas mais industrializadas”. Embora, na opinião de Couto, não se saiba até que ponto é significativo o número de trabalhadores no Brasil que recebem o salário mínimo, na medida em que, no jogo da oferta e procura de trabalho, houve escassez de mão-de-obra, evidentemente a tendência do preço do trabalho foi para a alta, a níveis acima do salário mínimo. “Observando-se os vários dissídios coletivos, vê-se que a média salarial está sempre acima do salário mínimo.”

Voltando aos instrumentos diretos, um dos principais é o plano de criação de 6,6 milhões de empregos até 1979, o que representa uma “taxa de crescimento anual do emprego da ordem de 3,5%, quando a do crescimento demográfico é da ordem de 2,8% ao ano”. Para Couto, “isso significa concretamente a absorção do desemprego aberto ou disfarçado. Esses trabalhadores serão incorporados ao mercado, pois passarão a ter rendimento monetário”.

“Então”, diz Couto, “se temos uma política que aumente o volume de emprego e uma política salarial que aumente o salário real, estaremos realmente praticando, dentro do que é razoável no modelo de crescimento adotado, uma política de salário ajustada à realidade do que se pode fazer.”

De que forma, no entanto, é encarado fora do Governo o problema do alargamento do mercado interno? Para o professor Afonso Celso Pastore, do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, a opção “prioridade ao mercado externo ou ao interno” é um falso problema que volta à ordem do dia. Falso problema porque “na verdade” — como diz o professor Pastore — “não há dicotomia, a longo prazo, entre exportações e crescimento do mercado interno, pois, quando se começa a abrir alternativas de investi-

mento, a exportação pode alargar a produção. Além disso, ela aumenta a capacidade de importação da economia e cria mais demanda. Dessa maneira, tudo desemboca no mercado interno. Alargar o comércio exterior realmente significa aumentar o próprio mercado interno". Percebe-se, assim, que não se trata de inventar uma moral para defender o crescimento do mercado interno contra a expansão do externo, mas de pesar. a curto e a longo prazo, as conseqüências de cada política.

Desde o fim da II Guerra, houve um movimento de abertura das várias economias, mas, a partir do ano passado, essa situação se inverteu. Para o economista Paul Singer, do Cebrap — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, "com essa inversão, as economias passarão a fechar-se umas em relação às outras e — na medida em que esse movimento se ampliar — nenhuma delas poderá escapar à tendência, inclusive a brasileira".

Dificuldades políticas

Isso significaria que, quando a tendência era de abertura, se podia participar ou não: havia escolha. "Mas quando as outras economias se fecham, evidentemente há uma diminuição da demanda externa pelos nossos produtos e, em conseqüência, há uma crise — o setor de produtos para o mercado externo diminui sua produção. É mais provável que ocorra isso do que o *quantum* reverter para o mercado interno", diz o economista do Cebrap.

Para Singer, as dificuldades no comércio internacional são mais políticas do que propriamente econômicas.

Redistribuição da renda

Por isso, continua Singer, "enquanto essas dificuldades não se resolverem no plano político — e só no plano político poderão ser resolvidas —, as dificuldades no comércio exterior deverão continuar e, conseqüentemente, todos os países, inclusive o Brasil, terão um crescimento menos acentuado das exportações e importações".

Para manter o dinamismo da economia, será necessário aumentar o consumo de massa, diz o II PND. Singer concorda com essa tese e observa que "a produção de bens de produção e seu eventual crescimento são uma decorrência dos gastos em bens de consumo. Sendo assim, existe um problema de mercado, porque a distribuição da renda é desigual, ou seja, 40% da renda estão nas mãos de uns 10% da população e esta é a faixa de renda em que há alternativas. Os restantes 60% da renda são de gente que tem de gastar mesmo para manter-se e aí não há variação possível".

Assim, segundo Singer, só existem duas formas de manter o mercado interno crescendo com relativa rapidez: ou a população rica consome mais ou a renda é redistribuída. Pastore também acha que os salários reais deveriam aumentar, de preferência ainda em 1974. "O Governo poderia ter dois ganhos com isso: 1) a demanda de bens cujo volume não está crescendo poderia subir; 2) uma antecipação dos salários agora significaria um reajuste inferior no ano que vem, com menores tensões inflacionárias para 1975." Pastore julga provável até que o próprio setor industrial tome a iniciativa de dar reajustes superiores aos oficiais.

Substituição de importações

Para Singer, a situação de crise que o país atravessa não é obstáculo a uma elevação dos salários reais, sendo até provável que isso aconteça. Como exemplo, cita a crise de 1930, quando os salários reais aumentaram e "o que diminuiu mesmo foram os lucros".

Apesar da ameaça de recessão, o II PND afirma que a economia brasileira vai gerar 1.320.000 empregos por ano até 1979. Isso é possível à luz da demografia: a geração que hoje entra na força de trabalho é a que nasceu na década de 50, quando as taxas de crescimento populacional eram altas. Entretanto, deve-se examinar esta previsão também do ponto de vista da economia.

Segundo o professor Adroaldo Moura da Silva, do Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, "o emprego tanto pode ser criado pelo aumento das exportações como pelo aumento da substituição de importações". Como a primeira alternativa, em vista da conjuntura, se torna relativamente mais difícil, será preciso dar ênfase à segunda.

Neste segundo caso, temos duas possibilidades, conforme explica o pesquisador do IPE: a substituição de máquinas e equipamentos ou a substituição de matérias-primas e bens intermediários. Esta segunda escolha, em sua opinião, é plenamente correta. Já a substituição de máquinas e equipamentos diminuiria a eficiência do sistema econômico, comprometendo o desenvolvimento e a eficiência da indústria — pois essa classe de bens teria provavelmente menos tecnologia incorporada. "Por isso, trata-se de uma forma arriscada de criar empregos, pois teríamos maiores dificuldades em aumentar as exportações, principalmente à taxa de 20% ao ano, como pretende o II PND." Ainda há outro aspecto a ser considerado: cada dólar substituído em máquinas e equipamentos não poupa um dólar. "Na verdade, poupa 20 ou 30 cents — e hoje o Brasil importa 3 bilhões de dólares por ano em bens de capital."

VISÃO - 18-11-74

EMPRESÁRIOS

Crescer menos não amedronta

A respeito das mais recentes medidas na área econômico-financeira, uma incursão pelos meios industriais, mesmo sem intuítos estatísticos, revela que:

■ Os reflexos sobre a economia brasileira da conjuntura internacional desfavorável estão servindo para dinamizar empresas e setores antes menos dinâmicos — vários dos quais já haviam percebido, ainda quando o petróleo não se tornara o problema de hoje, que os tempos mudaram e, com eles, as regras do jogo administrativo e do mercado.

■ Embora se façam restrições a uma ou outra medida governamental isolada, a política industrial tomada globalmente é encarada como representativa de um pragmatismo que, tecnicamente, funciona e contribui para manter os ânimos a um nível compatível com as efetivas possibilidades de desenvolvimento, tanto das empresas como do país. Esse esforço de adaptação à realidade teria seu melhor exemplo nas medidas de ordem salarial, creditícia e tributária tomadas pelas autoridades governamentais em fins de outubro.

Sebastião Bonfá, diretor da Cerâmica Porto Ferreira S.A., acha muito bom que já não seja pecado admitir-se que o PNB possa crescer menos de 10%. Essa posição realista do Governo veio juntar-se a providências recentes que "sugerem a adoção de novo modelo econômico, entre cujas exigências certamente estará a maior eficiência por parte das empresas. Ao mesmo tempo, todo novo investimento deve ser pensado, para ajustar-se às reais possibilidades de sua inclusão e permanência no mercado".

Nuno Fidelino de Figueiredo, presidente da Máquinas Piratininga S.A., aponta para os planos de expansão da empresa como a melhor prova de que o Governo tem acertado no modo de procurar estimular investimentos. Como fabricante de máquinas e equipamentos, a empresa se beneficia de incentivos específicos para o setor, mas Figueiredo acha que, de modo geral, a indústria poderá reduzir os efeitos da conjuntura na medida em que souber orientar-se em função das prioridades estabelecidas em Brasília. Nem todos estariam fazendo isso com a necessária rapidez. Contudo, quem se apressar ainda poderá atravessar 1975 praticamente incólume. Há um preço a pagar, porém: é preciso comprimir margens de lucro e reinvestir maciçamente.

AUMENTO DAS IMPORTAÇÕES

ESP.13-10-74

Apesar das restrições criadas pelo Governo para a importação de produtos supérfluos, o dispêndio com a compra de bens de consumo no exterior aumentou de 43 milhões de dólares (Cr\$ 307 milhões) no mês de junho para 65 milhões de dólares (Cr\$ 463 milhões) no mês de agosto, configurando um acréscimo de 51%.

No cômputo geral, as importações também aumentaram nos últimos três meses, passando de 982 milhões de dólares (Cr\$ 7 bilhões 2 milhões) no mês de junho para 1 bilhão 219 milhões de dólares (Cr\$ 8 bilhões 691 milhões) no mês de agosto, ou mais 24%.

LIMITAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

ESP.20-11-74

O presidente da República aprovou ontem as instruções disciplinadoras da política governamental, que objetivam restringir as importações efetuadas por órgãos públicos, atendendo exposição de motivos dos ministros da Fazenda, Planejamento, Indústria e do Comércio e Minas e Energia.

Ao mesmo tempo, o chefe do governo baixou decreto proibindo os órgãos da administração direta, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista de promoverem diretamente a importação de quaisquer bens de consumo, bem como de sua compra no mercado interno, salvo com prévia aprovação do presidente da República.

A medida visa incentivar, por todos os meios disponíveis,

a produção de bens e serviços, principalmente substitutivos de importação e com viabilidade de exportação; reduzir as importações por órgãos do governo, sem sacrifício do processo de crescimento econômico do País; e apoiar a exportação de bens e serviços.

O decreto presidencial proíbe aos órgãos da administração direta, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, a importação direta de bens de consumo, a aquisição no mercado interno de bens importados, de qualquer natureza, inclusive máquinas e aparelhos de escritório. Além disso, nos editais de concorrência para aquisição desses bens serão excluídos os produtos importados, sob qualquer forma.

TEXTIL LIDERA EXPORTAÇÃO

ESP.-19-11-74

Durante os nove primeiros meses deste ano a exportação brasileira de manufaturados têxteis atingiu a cifra recorde de 343,129 milhões de dólares, ou seja, mais de 2,4 bilhões de cruzeiros. Este montante conferiu ao setor têxtil o primeiro lugar na pauta brasileira de exportação de artigos manufaturados.

Dentro de uma rígida projeção econômica, com base nas médias mensais obtidas até o mês de setembro último, calcula-se que até o final deste ano as exportações de têxteis ficarão em torno dos 450 milhões de dólares, pouco mais de três

bilhões de cruzeiros. Durante todo o ano passado o Brasil exportou o correspondente a 324,8 milhões de dólares em têxteis, pouco mais de dois bilhões de cruzeiros.

Segundo Luiz Américo Medeiros, presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado de São Paulo, "estes números vêm comprovar a renovada vitalidade da indústria têxtil, que, empregando todos os mecanismos econômicos e apoio incondicional que lhe vem sendo dado pelo governo federal, está empenhada na conquista de mercados externos, a despeito da atual conjuntura econômica internacional".

PEQUENA E MÉDIA EMPRESAS

ESP-23-09-74

Noventa por cento das empresas brasileiras são de tamanho médio ou pequeno. Mas é dos 10% restantes que saem 60% do valor da produção e nos mesmos 10% é que estão empregados 50% da mão-de-obra. Assim, em 90% das empresas acotovelam-se capitais que já não podem competir nos setores mais desenvolvidos e cujo pequeno volume não permite a seus possuidores simplesmente viver de juros ou dividendos.

São Paulo (Sucursal) — O valor dos títulos protestados na capital atingiu em agosto último a quantia de Cr\$ 158 milhões 817 mil, contra Cr\$ 158 milhões 409 mil do mês anterior. O total dos oito primeiros meses deste ano eleva-se para Cr\$ 993 milhões 948 mil, representando um incremento nominal da ordem de 115% em relação a idêntico período do ano passado, quando se alcançou a cifra de Cr\$ 462 milhões 220 mil.

A informação foi divulgada ontem pelo Instituto de Economia Gastão Viana, da Associação Comercial de São Paulo, acrescentando que "a participa-

ção relativa das promissórias sobre o valor global dos títulos protestados elevou-se de 38,3% nos oito primeiros meses de 1973 para 45,7% em igual período deste exercício, tendo em contrapartida a das duplicatas declinado de 50,9% para 44,6% e a dos cheques 7,9% para 6,1%.

Os requerimentos falimentares na Capital foram em número de 274 em agosto último e de 2 mil 141 até esse mês, contra 505 e 3 mil 922, respectivamente, em iguais períodos do ano passado, com decréscimo, portanto, da ordem de 45,4% neste exercício.

GEISEL CRITICA PROTECCIONISMO

ESP.-1-10-74

O presidente Ernesto Geisel, ao instalar ontem o II Encontro Nacional dos Exportadores criticou a atitude das nações mais desenvolvidas em recorrer a posição unilateral de barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio, na tentativa de transferir para outros países o ônus do reajuste por que está passando a economia mundial. O presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB), Giúnto Coutinho, ao saudar o chefe da Nação pediu ação enérgica de repúdio à prática do proteccionismo internacional e a montagem de melhor sistemática de informação sobre o comportamento e as tendências do comércio mundial.

O presidente Geisel, em seu pronunciamento, disse que as

medidas protecionistas são nocivas ao crescimento da economia mundial e que os responsáveis pelas políticas econômicas nacionais e internacionais não podem desconhecer nem seu conteúdo ético nem suas consequências, a longo prazo.

Após reiterar aos mais de mil representantes de empresas de exportação que participam do encontro que o governo manterá o sistema de incentivos fiscais em vigor, o presidente da República assinalou que sua preocupação fundamental será liberar de impostos as exportações de manufaturados e, quando indicado, de outras categorias de produtos. afirmou que o governo estará sempre pronto no plano interno como no externo a apoiar e defender os exportadores brasileiros.

INFLAÇÃO AUMENTA DE 43%

ESP.-13-11-74

A taxa de inflação cresceu 1,5% em outubro, atingindo um total acumulado, nos primeiros dez meses do ano, de 43%, segundo dados divulgados ontem no Rio, pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. O índice de custo de vida também subiu 1,5% no mês passado, totalizando 23,2% no período. A alimentação é a principal responsável pela elevação dos preços ao consumidor, com uma alta acumulada, nos dez meses, de 33,9%. Até dezembro, esse índice deverá alcançar 45%.

A projeção dos dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas indica que, mesmo sendo mantido o atual ritmo de crescimento, a taxa inflacionária apresentará uma elevação superior a 50% até o final do ano, superando a estimativa oficial de 32%. Em setembro, a inflação atingira 27,7%. Esse índice é medido pelo conceito de disponibilidade interna (produtos de uso no mercado doméstico) do Índice Geral de Preços.

CRISE É DOS CONSUMIDORES

ESP.-7-10-74

Quem está em crise é o consumidor e não os supermercados, afirmou ontem o presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Sr. Fernando Pacheco de Castro, durante a VIII Convenção Nacional de Empresas de Supermercados, que se realiza no Rio. Para solucionar os problemas do setor, pediu ao Governo a limitação da especulação imobiliária, estímulo à formação de empresas e *leasing* e *lease-back* e maior margem de lucro.

PROTESTOS EM S. PAULO

ESP.-12-10-74

São Paulo (Sucursal) — O valor dos títulos protestados na capital atingiu em agosto último a quantia de Cr\$ 158 milhões 817 mil, contra Cr\$ 158 milhões 409 mil do mês anterior. O total dos oito primeiros meses deste ano eleva-se para Cr\$ 993 milhões 948 mil, representando um incremento nominal da ordem de 115% em relação a idêntico período do ano passado, quando se alcançou a cifra de Cr\$ 462 milhões 220 mil.

A informação foi divulgada ontem pelo Instituto de Economia Gastão Viana, da Associação Comercial de São Paulo, acrescentando que "a participa-

ção relativa das promissórias sobre o valor global dos títulos protestados elevou-se de 38,3% nos oito primeiros meses de 1973 para 45,7% em igual período deste exercício, tendo em contrapartida a das duplicatas declinado de 50,9% para 44,6% e a dos cheques 7,9% para 6,1%.

Os requerimentos falimentares na Capital foram em número de 274 em agosto último e de 2 mil 141 até esse mês, contra 505 e 3 mil 922, respectivamente, em iguais períodos do ano passado, com decréscimo, portanto, da ordem de 45,4% neste exercício.

AGRICULTORES FICAM SEM RESPOSTA

ESP.-13-10-74.

Baseada apenas no discurso presidencial de lançamento e tendo como principal incentivo as medidas a serem adotadas pelo Proagro — o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, um ensaio para o seguro rural, ao qual o governo já destinou verbas de 500 milhões de cruzeiros — a Campanha Nacional de Produção e Produtividade, lançada na última quinta-feira, em Curitiba, não deu respostas a 40 milhões de ruralistas em todo o País, repentinamente convocados para um trabalho sem metas definidas.

Aqueles que esperavam uma campanha destinada a definir em termos práticos as intenções declaradas no II Plano Nacional de Desenvolvimento — a manutenção de taxas de crescimento em torno de sete por cento, aumento da participação na renda interna, maior contribuição para a redução na balança comercial — viram-se frustrados pela falta de referências a metas, atribuições e verbas. E, assim, como não chega a ser uma definição a informação de que as novas entidades implantadas ou em fase de implantação no Ministério da Agricultura, visando ao aperfeiçoamento dos mecanismos de crédito, pesquisa, assistência técnica e extensão rural representam os instrumentos da nova orientação imprimida ao setor, tampouco a lembrança de que o Ministério da Agricultura disporá para o próximo exercício de recursos superiores a 3,6 bilhões de cruzeiros garante que a produção agrícola brasileira permitirá ao país realizar tudo o que se programou com base no sucesso esperado.

Na verdade, desde abril as esperanças de sucesso no setor agrícola vêm sendo frustradas. Nesse mês, o ministro Alysson Paulinelli previu que o setor agrícola do Brasil no ano agrícola 73/74 deveria crescer 13 por cento, o que permitiria

atender às necessidades de desenvolvimento do país. Em agosto, porém, dificuldades nas safras de algodão, arroz, laranja e, principalmente, café determinaram uma redução nessa previsão para 10 por cento.

Com a divulgação, em fins de setembro, do II PND, a taxa de sete por cento passou a ser aceita como a real — a ponto de ser programada a sua repetição nos próximos cinco anos. A considerar os últimos resultados do setor agrícola nacional, entretanto, ela representará um crescimento de mais de 80 por cento sobre os 3,9 obtidos em 72/73, justamente numa fase em que todo o setor agrícola foi surpreendido por uma crise determinada pelos últimos acontecimentos internacionais, cujos efeitos não parecem tão afastados pela capacidade de improvisação dos países atingidos, como quer fazer crer o ministro da Agricultura.

Diante desse quadro, o que se esperava era que a Campanha Nacional de Produção e Produtividade viesse apoiada numa série de medidas que permitisse definir objetivos de desenvolvimento a serem alcançados pelo setor. Além da implantação do Proagro, entretanto, que representa uma providência objetiva no sentido de livrar o produto rural de obrigações financeiras cujo pagamento seja dificultado por danos inesperados causados à lavoura, nenhuma outra medida foi anunciada.

Até agora, o crescimento da agricultura no Brasil foi feito com base na política extensiva, de ocupação de áreas maiores, como revelam os últimos resultados obtidos pelas culturas da soja e do trigo, no Rio Grande do Sul e Paraná: a produção alcançou um significativo aumento, baseado no aumento da área plantada, sem correspondência com a produtividade, que em algumas regiões chegou a ser menor que nos anos anteriores. Além disso, esse crescimento está relacionado a algumas culturas que

oferecem maior rendimento. A falta de uma política de preços que satisfaça ao agricultor faz com que ele se dedique a certas culturas, e deixe as outras em plano secundário, apesar da sua importância.

O aumento da produção e, principalmente, da produtividade agrícola, no entanto, está acima dos problemas de terras e de preços. Ele depende de uma série de fatores que vai desde a motivação do trabalhador rural, até a absorção da tecnologia.

Em agosto do ano passado especialistas em economia agrícola de todo o mundo, reunidos em São Paulo num Congresso Internacional de Economistas Agrícolas, apresentaram soluções para o problema da produção de alimentos. E todas elas referiam-se aos esforços de pesquisa e desenvolvimento como básicas para a obtenção de resultados positivos para o setor.

Falando na abertura do congresso, o economista indiano Samar Sen chamava a atenção para a pesquisa tecnológica, capaz não apenas de contribuir para aumentar a produtividade rural, mas também de gerar novas formas de aproveitamento dos produtos agrícolas, abrindo soluções para o problema da escassez de produtos minerais. O talento inovador — que ele defendia como a chave para o futuro da agricultura — deveria também assumir formas de mudança institucional e de reforma social. Ele defendia a educação de massa, no sentido de ampliar a visão do homem do campo; reformas socio-econômicas, para dar melhores padrões de vida à população rural; e uma série de reformas econômicas educacionais e organizacionais, que permitissem à população rural caminhar gradativamente para um melhor padrão cultural e que levassem à adoção de tecnologia agrícola atualizada.

Nesse mesmo encontro, o presidente do Conselho de Desenvolvimento Agrícola de Nova York, Vernon Ruttan, abriu os trabalhos técnicos afirmando que as altas taxas de melhoria da produtividade exigidas pela crescente demanda de produtos agrícolas só seriam conseguidas, se a população rural fosse incluída nos níveis de consumo de produtos, serviços e lazer. Em suas conclusões, o especialista afirmava ainda que "muitos países deverão ser submetidos, na próxima década, ao teste que indicará se estão preparados para usar a fonte relativamente barata de crescimento aberta pela revolução verde".

É de medidas no sentido dessa preparação — nas quais se pudessem basear as metas de aumento da produção e da produtividade e o próprio objetivo de crescimento da agricultura — que os ruralistas brasileiros deverão se ressentir para atender ao apelo da Campanha Nacional de Produção e Produtividade. Sem uma estrutura específica na qual a campanha possa se desenvolver, e sem parâmetros nos quais possam se basear para a tarefa de produzir, eles não conseguirão sequer avaliar os resultados desse trabalho.

É curioso lembrar que, há dez anos, quando o governo Castelo Branco decidiu dar prêmios à produtividade, provocou um sério problema no Conselho Nacional de Economia, encarregado de estabelecer as porcentagens, uma vez que, na verdade, não existia no País qualquer estatística que permitisse o cálculo do aumento da produtividade no plano nacional ou mesmo setorial. Na última quinta-feira, a impressão deixada pelo lançamento da Campanha Nacional de Produção e Produtividade foi de que esse tipo de problema ainda não foi convenientemente superado. C.B.

GEISEL DEFENDE AGRICULTURA EMPRESARIAL

ESP. -11-10-74

Reafirmando as intenções do governo de criar condições para que o setor agropecuário alcance taxas de crescimento da ordem de sete por cento ao ano, o presidente Ernesto Geisel voltou a defender a maior participação da atividade privada na agricultura como necessária para que o setor possa acelerar o seu desenvolvimento. As afirmações, contidas em seu discurso de lançamento do Programa de Garantia da Atividade

de Agropecuária, o Proagro — e da Campanha Nacional de Produção e Produtividade, foram feitas ontem, em Curitiba. O presidente esteve também em Chapecó, Santa Catarina, onde entregou títulos de propriedade a agricultores da região e prêmios aos ganhadores do concurso de produtividade do milho. Lá, ele lembrou, ainda uma vez, que a agricultura é uma das metas prioritárias de seu governo.